UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

LORAINE LOPES DE OLIVEIRA

ENTRE A CRÍTICA DE ANITA PHILIPOVSKY (1886-1967) E AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM PONTA GROSSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

PONTA GROSSA
2018

LORAINE LOPES DE OLIVEIRA

ENTRE A CRÍTICA DE ANITA PHILIPOVSKY (1886-1967) E AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM PONTA GROSSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Martiniak

PONTA GROSSA
2018

Oliveira, Loraine Lopes de
O48e Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República/ Loraine Lopes de Oliveira. Ponta Grossa, 2018.
120f.

Dissertação (Mestrado em Educação – Área de concentração – Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Martiniak.

1. Anita Philipovsky. 2. Educação. 3. Mulheres. 4. Primeira República. I. Martiniak, Vera Lucia. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. III. T.

CDD : 372.981

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos– CRB9/986

TERMO DE APROVAÇÃO

LORAINE LOPES DE OLIVEIRA

ENTRE A CRÍTICA DE ANITA PHILIPOVSKY E AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM PONTA GROSSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a) Profª Dra. Vera Lucia Martiniak - UEPG

Profª Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel - PUC/PR

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior - UEPG

Prof. Dr. Névio de Campos - Suplente - UEPG

Ponta Grossa, 16 de agosto de 2018

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pelo conforto nas horas difíceis!

Agradeço imensamente aos meus pais, Nilson e Elisete, pelo apoio e incentivo que me deram desde o início da minha vida estudantil, pelo amor e carinho que me dedicam e por me auxiliarem a prover condições materiais para seguir com os estudos.

À Profa. Dra. Vera Martiniak, pela confiança em mim depositada, por ter acreditado em mim e no meu projeto de pesquisa, pelo incentivo, pela oportunidade profissional que me deu em 2016, pelo carinho com que sempre me recebeu, pela paciência e pela disposição em me orientar na construção desta pesquisa, pela relação saudável e amigável que manteve, pelos conselhos dados quando precisei e por me inspirar enquanto professora.

Aos membros da banca, professor Dr. Oriomar Skalinski Junior, professor Dr. Nevio de Campos e professora Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel por aceitarem o convite para participar da Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições na ocasião do Exame de Qualificação.

Agradeço em especial, ao professor Dr. Nevio de Campos, por ter me apresentado a Anita Philipovsky, a qual inspirou o projeto de Mestrado. Por ter sido sempre solícito com minhas dúvidas, por ter me dado a oportunidade de conversar algumas vezes, mesmo que de forma rápida sobre a pesquisa. Agradeço também pela amizade, pelos conselhos e por me inspirar enquanto pesquisadora.

Ao colega Eliezer Felix de Souza por ter sido gentil e querido ao ter suprido minhas dúvidas na construção do projeto de pesquisa.

Aos funcionários da Casa da Memória de Ponta Grossa, especialmente à Carla, por toda a atenção que me concedeu nas vezes em que a procurei.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

"A República noticiando a estada da distincta escriptora na capital, tecem-lhe os mais justos e merecidos elogios. Annita Philipowski não é apenas uma impressionista de superficialidades, como em regra são as escriptoras. Annita Philipowski pensa, philosopha, e aborda questões sociaes com superioridade de vistas. Nós que lhe acompanhámos os primeiros passos nas collumnas d'O Estado e na phase d'O Progresso nesta folha, temos muito prazer registrando esta noticia, da própria redacção d'A Republica, uma terra em que os intellectuais do interior são quase sempre esquecidos pelos seus super-civilizados collegas da capital".

Diário dos Campos, ed. 2825, 1 jun. 1921.

OLIVEIRA, Loraine Lopes. **Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República.** 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2018.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a trajetória formativa da escritora ponta-grossense Anita Philipovsky. O estudo parte dos pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético, buscando analisar o objeto de pesquisa na totalidade das relações políticas, econômicas e sociais da época. As fontes primárias utilizadas foram o jornal *Diário dos Campos*, os Relatórios dos Secretários de Governo do Paraná, Leis e Decretos. Este trabalho está estruturado em três capítulos que fundamentam-se em autores como: Almeida (2006, 2014); Marx (2002, 2007, 2011, 2013); Safiotti (1987, 2013); Saviani (1983, 2000, 2009), além da produção acadêmica que aborda a temática. Por meio da análise das fontes, foi possível constatar que Anita Philipovsky pode ser compreendida como uma exceção, entre as mulheres de seu tempo, não excluindo outras mulheres que também marcaram nesse contexto, na medida em que contrariou os padrões que esperava-se de uma mulher: não se casou; não teve filhos; poetisa, circulando num espaço marcadamente masculino; suas observações revelam a postura de uma mulher crítica. Identificou-se que alguns dos fatores que contribuíram para sua projeção como escritora, foram seu círculo social, condições materiais favoráveis para custear sua formação, influência do pai pelo gosto da leitura. Anita defendeu o ampliamento das possibilidades de ensino para as mulheres, na medida em que estas, deveriam ter acesso a outros cursos, para além do magistério. Acreditava que o trabalho, seria um meio para que as mulheres fossem menos dependentes, pois a sociedade do seu contexto, segundo ela, era "estreita e opressora".

Palavras-chave: Anita Philipovsky. Educação. Mulheres. Primeira República.

OLIVEIRA, Loraine Lopes. **Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República.** 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2018.

ABSTRACT

This research has a general objective analyze a formative trajectory of the writer Anita Philipovsky, was borned in Ponta Grossa – PR. The study starts from the theoretical assumptions of historical-dialectical materialism, seeking to analyze the object of research in the totality of the political, economic and social relations of the period. The primary sources used were the Diário dos Campos newspaper, the Reports of the Secretaries of Government of Paraná, Laws and Decrees. This work is structured in three chapters that are based on authors such as: Almeida (2006, 2014); Marx (2002, 2007, 2011, 2013); Safiotti (1987, 2013); Saviani (1983, 2000, 2009), besides the academic production that approaches the subject. Through the analysis of the sources, it was possible to verify that Anita Philipovsky can be understood as an exception, among the women of her period, not excluding other women who also marked in that context, as far as contradicted the standards that were expected of a woman: she did not marry; he had no children; poet, circling in a mostly masculine space; her observations reveal the posture of a critical woman. It was identified that some of the factors that contributed to her projection were her social circle, favorable material conditions to fund her formation, her father's influence by the pleasure of the reading. Anita advocated extending the possibilities of education for women, as far as they should have access to courses other than teaching. She believed that work would be a way for women to be less dependent because the society in their context was, according to her "narrow and oppressive".

Keywords: Anita Philipovsky. Education. Women. First Republic.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Relação de nomeados para cargos policias.....41
FIGURA 2 - Aula de pintura da Escola Profissional Feminina de Curitiba, 1916.....57
FIGURA 3 – Anita Philipovsky.....65
FIGURA 4 – Felicitações à Anita Philipovsky.....68
FIGURA 5 – Campanha feminista.....75
FIGURA 6 – Apresentação de Francisca de Queiroz, escritora, amiga de Anita Philipovsky.78
FIGURA 7 – Texto de Francisca de Queiroz dedicado à Anita.....79
FIGURA 8 – Balancete da Receita e despesa da Prefeitura de Ponta Grossa (jan. à març. 1922).....86
FIGURA 9 – Corpo docente do Senador Correia em 1918.....88
FIGURA 10 – Escola Intermediária.....90
FIGURA 11 – Anúncio para matrículas no Colégio Sant'Ana.....91
FIGURA 12 – Caderneta escolar de Diva Dias Franco.....92
FIGURA 13 – Utilidade da caderneta escolar e o regulamento do curso normal.....93
FIGURA 14 – Anúncio para matrículas no Colégio São Luiz.....94
FIGURA 15 – Anúncio de aulas de bordado e costura.....96
FIGURA 16 – Anúncio de aulas de pintura.....96
FIGURA 17 – Docentes da Escola Normal de Ponta Grossa (1924).....98

LISTA DE QUADROS E GRÁFICO

QUADRO 1 - Periodização da história da formação docente no Brasil.....27
QUADRO 2 – Currículo da Escola Normal de São Paulo em 1890.....31
QUADRO 3 – Número de escolas primárias paranaenses por sexo.....45
QUADRO 4 – Número de alunos e alunas na Escola Normal de Curitiba.....47
QUADRO 5 – Professores de Ponta Grossa em 1908.....87
QUADRO 6 – Número de escolas primárias subvencionadas em Ponta Grossa por sexo.....87
QUADRO 7 – Escolas Isoladas e número de alunos matriculados, em 1921.....91
GRÁFICO 1 – Feminização do magistério no paraná 48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7

1- A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL.....14
1.1 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ANITA PHILIPOVSKY.....14
1.2 A EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....23
1.3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL.....27
1.4 A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....32

2- A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NO PARANÁ: O PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES QUE ANITA PHILIPOVSKY NÃO DEFENDEU.....37
2.1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E O PAPEL DA MULHER NO CONTEXTO REPUBLICANO.....37
2.2 AS REFORMAS DO ENSINO.....48
2.3 O CURRÍCULO.....58

3- ANITA PHILIPOVSKY E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM PONTA GROSSA.....64
3.1 A ESCRITORA; A CRÍTICA E A EDUCAÇÃO FEMININA EM PONTA GROSSA ...64

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....100

REFERÊNCIAS.....104

APÊNDICES.....114

ANEXOS.....117

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da história das mulheres surgiu na graduação em Licenciatura em História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), quando passei a questionar as problemáticas que envolvem os sexos: predominância de mulheres em determinados cursos de graduação, diferenças salariais, predominância de homens em determinadas profissões, desigualdades entre homens e mulheres, preconceito, famílias que são rigidamente marcadas pelos papéis do homem como provedor da vida material e da mulher dona de casa. Assim, desenvolvi estudos que culminaram com o Trabalho de Conclusão de Curso que abordou as relações de gênero e luta feminista no Brasil.

No ano de 2015, em diálogo com o professor de História da Educação do curso de Pedagogia da UEPG, Dr. Nevio de Campos, apresentou-me a contista e poetisa Anita Philipovsky, que teve boa parte de seus textos publicados nos jornais paranaenses da Primeira República. Durante a investigação dos textos da escritora, deparei-me com uma crítica feita por ela à educação das mulheres em Ponta Grossa. A partir disso, surgiram alguns questionamentos: como era a educação direcionada para as mulheres ponta-grossenses do início do século XX? Qual a diferenciação da educação para meninos e meninas? A crítica da escritora, de fato, fazia sentido? O que levou Anita a ter uma vida fora dos padrões previstos para uma mulher do período republicano?

Com isso, desenvolveu-se o projeto de mestrado a partir do contato com os escritos, entrevistas e críticas da poetisa, mais especificamente da leitura de uma crítica[1] que Philipovsky fez com relação a educação das mulheres em Ponta Grossa, na qual apontou a precariedade das condições ofertadas para o sexo feminino na cidade, sem mencionar que, se alguma mulher pretendesse cursar a Escola Normal, teria que se deslocar até Curitiba (capital paranaense). Entretanto, eram poucas as famílias que tinham condições de custear os estudos de suas filhas em outra cidade.

Anita Philipovsky (1886-1967) nasceu em Ponta Grossa (PR), filha do engenheiro austríaco Carlos Leopoldo Philipovski (1846-1915) e Maria Nascimento Branco Philiposky (1849-1945). Poetisa, fazendo parte do grupo das escritoras pioneiras do Paraná, publicou seus textos de forma notória no período de 1910 a 1930. Seu poema mais divulgado é “Os poentes da minha terra”, publicado pela primeira vez, em 1936, no periódico curitibano “Prata de Casa”. Segundo Santos (2002) “Os poentes da minha terra” e outros textos como “Miguelzinho” (n.

[1] Crítica publicada no jornal *Diário dos Campos*, em 1912.

12), “Tapéra” (n. 10 e 11) e “Tibagy” (n. 5) publicados na revista Illustração Paranaense, contribuíram com a propagação do Movimento Paranista.

Foi filiada ao Centro Cultural Euclides da Cunha (SANTOS, 2002) fundado em Ponta Grossa, em 1947, por Faris Antônio Salomão Michaele. O referido centro “reunia intelectuais ponta-grossenses que discutiam assuntos pertinentes à cultura e aos valores da sociedade. Desenvolviam a literatura, a ciência, as artes e buscavam uma troca de ideias com o resto do país e as Américas” (AUGSTEN; DA SILVA, 2008, p. 6).

Na Primeira República, período em que o ideal de mulher propagado era a que não criticasse e que evitasse comentários desfavoráveis (DEL PRIORE, 2014); período em que o baixo nível de educação feminina reafirmava a visão conservadora da sociedade e a distinção entre o homem e a mulher, perpetuando a supremacia masculina; em que o “destino” das mulheres era o casamento e a maternidade; em que poucas mulheres circulavam em espaços predominantemente masculinos e que a profissão “melhor vista” pela sociedade foi a docência, Anita Philipovsky pode ser vista como uma exceção. Contrariou os padrões que esperava-se de uma mulher da sociedade republicana: não se casou; não teve filhos; poetisa, circulando num espaço marcadamente masculino; suas observações revelam a postura de uma mulher crítica.

Tais apontamentos justificam a importância do estudo aqui proposto. Sem contar que foram encontrados somente trabalhos que tratam de Anita no âmbito da literatura, havendo uma lacuna com relação a estudos que relacionem a escritora em questão com a História da Educação.

Deste modo, definiu-se como objetivo geral da pesquisa analisar a trajetória formativa da escritora ponta-grossense Anita Philipovsky e a defesa de um modelo educacional feminista. Como objetivos específicos:

- Discutir a organização escolar na Primeira República brasileira e a educação das mulheres em Ponta Grossa;
- Compreender como se deu o processo de escolarização das mulheres no Paraná;
- Identificar as condições que favoreceram a projeção de Anita Philipovsky como escritora.

Essa pesquisa justifica-se também, por considerar importante discutir a história, não somente por compreender, mas para agir, descobrir respostas, construir novos questionamentos, desconstruir visões. Assim, considerando que na constituição do quadro de docentes da educação básica no Brasil, no ano de 2017, cerca de 80,0 % dos professores são do sexo

feminino[2], pretende-se também por meio dessa pesquisa, fomentar o debate de que tal predominância do sexo feminino na docência, não se deu de forma natural e ocorreu a partir de um processo, o chamado processo de feminização do magistério, que teve início no final do século XIX, intensificando-se no início do século seguinte.

O magistério foi resposta "[...] às demandas do projeto liberal republicano de universalizar a escolaridade" (ALMEIDA, 2014, p. 59). Entretanto, tanto as escolas primárias como as Escolas Normais cresceram lentamente, sendo insuficientes para atender à demanda da população do país. Além disso, as escolas públicas na Primeira República encontravam-se em péssimas condições estruturais e materiais. Tais fatos revelam-se como contradições, na medida em que o Estado propagava escola pública para todos.

Entende-se que a educação não pode ser compreendida como uma dimensão isolada, separada da vida social, ou seja, a educação está totalmente inserida no contexto em que surge e se desenvolve, expressando os movimentos contraditórios que surgem do processo das lutas entre classes e frações de classe (LOMBARDI, 2010).

Os homens produzem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob escolhas que são diretamente ligadas ao passado inseridas em condições que lhe são dadas. Para Marx e Engels (2007, p. 42), a concepção de história

> [...] consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc.– e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos).

A partir de uma motivação inicial que são as necessidades básicas, o homem age sobre o mundo, conhecendo-o e transformando-o e ao mesmo tempo fazendo com que se transforme. Como resultado desse processo, obtém-se também, o conhecimento, que é um processo histórico, socialmente construído, que não resulta da imposição da natureza.

Nesse sentido, a análise do objeto desse estudo está diretamente relacionado ao seu contexto econômico e social; assim, esta pesquisa funda-se no materialismo histórico dialético, método em que a compreensão da sociedade se dá a partir do entendimento dos modos de

[2] Dado obtido por meio do Censo Escolar/INEP/MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ >

produção. A base da sociedade está no trabalho e é por meio dele que o homem transforma a natureza e transforma a si mesmo, fazendo história (MARX, 2013).

Alguns dos aspectos fundamentais que caracterizam o trabalho é a relação entre homem e natureza; ato exercido de forma exclusiva pelo homem e a transformação da natureza subjetiva e objetiva. Dessa forma, a produção da vida material é condição essencial da história, o trabalho é ineliminável da vida dos homens em qualquer forma de organização social. O homem é sujeito histórico e social, assim

> A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

As representações, as ideias, a consciência estão diretamente ligadas à realidade, ou seja, as produções humanas estão condicionadas ao modo de desenvolvimento das suas forças produtivas. O homem social não está separado ou independente da natureza. O homem vive e permanece em constante relação com esta. A relação homem-natureza é um processo permanente de mútua transformação, que corresponde ao processo de produção da existência humana. Em outras palavras, as ideias são produções, expressões da relação da atividade material do homem, da forma como ele vive, de como interage com outros homens, de suas necessidades.

Nesse sentido, considerar as relações sociais e o modo de produção da sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX foi de grande importância para analisar a educação das mulheres, já que como apontado anteriormente, a educação não pode ser compreendida isolada do contexto social, político e econômico.

Com relação aos procedimentos de pesquisa, realizou-se primeiramente uma busca por teses e dissertações sobre a temática das mulheres na História da Educação no contexto da Primeira República brasileira (já que um dos objetivos deste estudo é discutir a organização escolar na Primeira República brasileira e a educação das mulheres em Ponta Grossa) na qual foram cumpridas as seguintes etapas:

1) levantamento da produção científica disponível (no período de 2010 até 2017) no Banco de Teses e Dissertações de todos os Programas de Pós-Graduação em Educação por meio da Plataforma Sucupira;

2) leitura do material para identificação da temática selecionada;

3) elaboração do banco de dados e tabela[3] com os seguintes indicadores: nome do autor (a), título, local, ano e curso;

4) leitura analítica das informações obtidas e elaboração do texto.

No levantamento da produção científica, foram definidas cinco palavras-chave para busca de teses e dissertações: "mulher e educação", "feminização do magistério", "mulher na Primeira República", "escola normal" e "mulher e educação no Paraná".

Dentre os trabalhos levantados, foram selecionadas 6 dissertações e 4 teses relevantes para essa pesquisa. São trabalhos que têm como temática a "educação das mulheres" e "Escola Normal". Também incluiu-se no levantamento, outras produções relevantes encontradas, tais como os livros: Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República de Etelvina Maria de Castro Trindade; História das mulheres no Brasil de Mary Del Priore; A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti; Ler as letras: por que educar menina e mulheres de Jane Soares de Almeida e Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista de Guacira Lopes Louro.

A busca por estudos sobre Anita Philipovsky também foi feita no Banco de Teses e Dissertações de todos os Programas de Pós-Graduação em Educação por meio da Plataforma Sucupira. Foram encontrados somente 3 livros: "Anita Philipovsky: a princesa dos campos" de Luísa Cristina da Santos (2002); "Escritoras brasileiras do século XIX", organizado por Zahidé Lupinacci Muzart (2004) e "O percurso de um poema: os poentes da minha terra, de Anita Philipovsky", também de Santos, publicado em 2013.

As fontes utilizadas neste trabalho foram: jornal *Diário dos Campos*[4], edições do período de 1909 a 1924[5], encontrados na Casa da Memória de Ponta Grossa, onde foi possível encontrar subsídios sobre a educação em Ponta Grossa e sobre Anita Philipovsky; Acervo de Concessão de Terras de Ponta Grossa, de 1909 e 1926, também encontradas na Casa da Memória de Ponta Grossa; Relatórios dos Secretários de Governo do Paraná encontrados na

[3] A tabela encontra-se nos anexos.

[4] Jornal criado no dia 27 de abril de 1907, pelo russo alemão Jacob Holzmann, que chegou à Ponta Grossa no final do século XIX. O jornal, de início, circulou a cada três dias, tornando-se diário a partir de 1913, ano em que passou a se chamar Diário dos Campos (CHAVES, 2015, p. 3). O nome "O Progresso" "refletia as transformações e também os anseios e expectativas vividas por Ponta Grossa naquele começo de século" (Idem,).

[5] Das edições que circularam no período da Primeira República, encontram-se arquivadas na Casa da Memória, as de 1909 até 1924.

Biblioteca Pública do Paraná, do período de 1870 a 1930, nos quais foi possível visualizar Decretos, reformas, discursos sobre a educação; na medida em que a pesquisa avançava e leituras eram feitas, a busca por Leis educacionais foram encontradas em sites do Planalto do Governo, Câmara Legislativa e Assembleia Legislativa do estado de São Paulo; as leituras no decorrer da pesquisa levaram à busca pelos arquivos de Medicina encontrados no site do Repositório UFSC, sendo que nesse trabalho foi utilizado apenas uma fonte do ano de 1922.

É importante destacar que as fontes documentais são construídas, ou seja, são produções humanas e o ponto de partida para a construção historiográfica do objeto histórico estudado. Elas são registros, testemunhos dos atos históricos e portanto, são apoio para a produção do conhecimento histórico (SAVIANI, 2004).

Após a pesquisa das fontes, as mesmas foram analisadas levando em consideração o contexto em que foram produzidas:

> A análise dos dados representa o esforço do investigador de estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada. Mediante este trabalho, vão se identificando as determinações fundamentais e secundárias do problema, é no trabalho de análise que se busca superar a percepção imediata, as impressões primeiras, a análise mecânica e empiricista, passando-se assim do plano pseudoconcreto ao concreto que expressa o conhecimento apreendido da realidade. É na análise que se estabelecem as relações entre a parte e a totalidade (FRIGOTTO, 2010, p. 98).

As fontes consultadas e analisadas foram primordiais na construção deste trabalho, pois permitiram estabelecer relações com o contexto social, político e econômico, além de possibilitarem observar as contradições do Governo daquele contexto. É importante destacar, que optou-se em manter a grafia original das fontes utilizadas nesta pesquisa, destacando-se no texto em fonte itálica.

Dessa forma, este trabalho está estruturado em 3 capítulos. No primeiro, intitulado "A organização escolar na Primeira República e a educação das mulheres no Brasil: a crítica de Anita fazia sentido?", realizou-se o estado do conhecimento sobre a produção historiográfica da educação das mulheres, com o objetivo de visualizar o que se vem produzindo cientificamente sobre a educação feminina na Primeira República brasileira, com fins de contribuir com a própria pesquisa aqui proposta e de forma geral, com estudos nesse âmbito. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de teses e dissertações sobre a temática das mulheres na História da Educação no contexto da Primeira República brasileira. Bem como de publicações sobre Anita Philipovsky, a fim de identificar a produção científica sobre a escritora.

Além disso, pretendeu-se ainda nesse capítulo discutir a organização escolar na Primeira República e a educação das mulheres, com fins de identificar se a crítica de Anita com relação à distinção da educação ofertada para meninos e meninas fazia sentido.

No segundo capítulo "A escolarização feminina no Paraná: o projeto de educação para as mulheres que Anita Philipovsky não defendeu", buscou-se compreender como se deu o processo de escolarização das mulheres e seu papel na Primeira República paranaense, trazendo alguns apontamentos sobre o currículo, as reformas educacionais, o trabalho, educação e o papel da mulher no contexto republicano, "identificando" o projeto educacional que Anita se opunha.

O terceiro capítulo denominado "Anita Philipovsky e a educação das mulheres em Ponta Grossa: que fontes tiveram as mulheres para saciar a sede de saber?" teve o propósito de identificar as condições materiais que favoreceram a projeção de Anita Philipovsky no campo da literatura, identificar os espaços que a escritora ocupou para exercer sua crítica social. Além disso, considerando os elementos denunciados por Anita sobre a educação ponta-grossense do início do século XX, esse capítulo pretende discutir sobre as condições educacionais oferecidas à sociedade ponta-grossense, especificamente para as mulheres.

CAPÍTULO 1
A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL

Esse capítulo se propõem a apresentar um mapeamento de teses e dissertações acerca da produção historiográfica sobre a educação das mulheres no Brasil, a fim de identificar o que se vem produzindo, destacando os temas abordados nas pesquisas, os referenciais teóricos, as fontes e a metodologia que subsidiaram as investigações da história das mulheres, especificamente que abordam o período histórico que compreende a Primeira República brasileira. Bem como de publicações sobre Anita Philipovsky, a fim de identificar a produção científica sobre a escritora.

Além disso, pretendeu-se ainda nesse capítulo, discutir a organização escolar na Primeira República e a educação das mulheres, com fins de identificar se a crítica de Anita com relação à distinção da educação ofertada para meninos e meninas fazia sentido.

.

1.1 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ANITA PHILIPOVSKY

A produção historiográfica sobre as mulheres teve início a partir da década de 1970, tomando como ponto de partida uma referência teórico-metodológica pautada e marcada pelo marxismo, na medida em que sociólogas, antropólogas e historiadoras buscaram identificar as marcas da opressão dos homens e do sistema capitalista sobre elas (RAGO, 1995). As temáticas focadas estiveram relacionadas com o ingresso das mulheres no mundo do trabalho e as consequências deste fato, bem como as condições de acesso ao campo do trabalho. Dentre tais estudos no Brasil, destaca-se o pioneiro dessa perspectiva, intitulado "A mulher na sociedade de classes", de Heleieth Saffioti[6]. Além dessa obra, é relevante citar o estudo de Maria Valéria Junho Pena[7], que tem como título "Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril". Ambas as autoras tem como ponto central a discussão a respeito da situação da mulher na sociedade capitalista e as contradições existentes no mundo do trabalho.

[6] SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
[7] PENA, M. V. J. Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

A partir da década de 1980 despontou uma segunda vertente das produções científicas sobre as mulheres, preocupadas em desvendar a presença feminina na vida social, "[...] reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista" (RAGO, 1995, p. 82). Os estudos deste período tiveram como preocupação em revelar a mulher como sujeito histórico, como protagonista, salientando sua capacidade de participação na transformação da sociedade. Dentre outros, neste contexto, surgiram trabalhos como o "Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX", escrito por Maria Odila Leite da Silva Dias[8] e "Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930" de Margareth Rago[9]. Além destes, destacam-se os estudos de autoras como Maria Clementina P. Cunha, Magali Engel, Martha de Abreu Esteves e Raquel Soihet.

Margareth Rago (1995) ainda aponta os trabalhos de Laura Mello e Souza, Mary del Priori, Eni de Mesquita Samara e Leila Mezan, que se aproximam da história das mentalidades. No entanto, entende que para além das diferenças metodológicas e temáticas que abarcam tais estudos, é possível encontrar algumas aproximações entre eles, das quais destaca:

> Em todos eles, registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política. Além disso, estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade. Todas estas historiadoras revelam uma aguda percepção do feminino e trazem enorme contribuição para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso (RAGO, 1996, p. 83).

Desde os anos de 1970, independentemente da abordagem metodológica, a historiografia das mulheres vem se ampliando em diversas temáticas. Neste sentido, reconstruir a presença das mulheres na História da Educação contribui "[...] para compreender a história da mulher no processo de expansão da escola pública no Brasil e do próprio movimento de feminização que ocorreu no magistério" (TELLES, 2014, p. 2). Ou seja, compreender a presença feminina na educação brasileira, por meio da análise da participação das mulheres no ensino formal, do papel de educadora inserida numa realidade concreta, traz subsídios para o entendimento de como esses movimentos ocorreram na sociedade.

---

[8] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[9] LEITTE, M. M. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984; RAGO, M. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930. Rio de janeiro: Paz e Terra. 1985.

Nos dias atuais, não obstante todos os avanços conquistados pelas mulheres no sentido econômico, político e social, ainda permanecem as desigualdades sociais, que foram historicamente construídas e que se perpetuam ainda hoje, como as diferenças de salários entre homens e mulheres, de acesso ao mercado de trabalho e ao campo político.

Esses são um dos motivos da importância de se discutir sobre as diversas temáticas que envolvem os estudos das mulheres e para tanto, os estudos históricos tem muito a contribuir na investigação e problematização dos debates que giram em torno de tal tema, já que entende-se que os estereótipos, desigualdades, preconceitos e imagens acerca das mulheres existentes hoje, foram histórica e socialmente construídos.

Assim, pode-se visualizar na produção científica levantada sobre a educação das mulheres na Primeira República os poucos estudos sobre essa temática e a necessidade de ampliar as discussões a respeito da organização escolar e a oferta da instrução pública para as mulheres.

Na dissertação "A Escola Normal regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná", Hervatini (2011) investigou as práticas pedagógicas que foram desenvolvidas para a formação de professores nas Escolas Normais Regionais de Apucarana e Maringá, no contexto de influência do Movimento da Escola Nova no Paraná. Como metodologia, a autora utilizou pesquisa bibliográfica e documental, orientando-se nas produções científicas relacionadas ao objeto de estudo e em fontes históricas das escolas pesquisadas, pautando a construção da pesquisa no método histórico-dialético.

Ao reconstruir historicamente a criação destas escolas e a constituição de suas práticas pedagógicas, a autora retomou primeiramente a organização da formação do professor primário pelas Escolas Normais no Brasil e na sociedade paranaense nas primeiras décadas do século XX. O estudo constatou-se que a prática pedagógica era pensada e aplicada segundo modelos ideais, desconsiderando as situações reais dos alunos e do meio em que estavam inseridos. Além disso, o Curso Normal era estruturalmente elitizado, visto que o curso de primeiro ciclo, o Curso Normal Regional, foi ofertado aos alunos oriundos da quarta série primária e tinha caráter de terminalidade. Já o curso de segundo ciclo foi destinado às elites que formavam professores e podiam continuar seus estudos.

Antonia Telles (2015) por meio de pesquisa bibliográfica e documental[10] pautada no materialismo histórico-dialético, teve como objetivo geral em sua dissertação "História da Educação Brasileira: a mulher como protagonista da educação no ideário Positivista 1880-

[10] As fontes primárias foram levantadas junto ao CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas e da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro.

1930" compreender o sentido da presença da mulher na História da Educação no processo de feminização do magistério no Brasil sob a influência do positivismo. A proposta comtiana de reorganização e regeneração da humanidade teve a educação escolar e a mulher, como protagonistas nessa missão. Embora os positivistas fossem contrários ao ensino obrigatório nas escolas, eles confirmaram que seria a mulher a pessoa ideal para ser a primeira educadora. Sua função social era cuidar da família, de forma a construir uma sociedade equilibrada e organizada, desempenhando seu papel como esposa e mãe. Seu dever e destino, era a formação do homem.

Na tese intitulada "Mulheres plurais: a educação feminina à luz da missão educativa da Igreja Católica", Gomes (2015) buscou abordar e explicar as consequências e realidades do projeto educacional do Ultramontanismo, no recorte temporal de 1859 a 1963, mediante revisão bibliográfica e documental, tendo como aporte teórico nas concepções de Foucault. A autora afirma que o processo de educação feminina no Brasil teve início em 1859, com os colégios vindos da Europa, que tinham como proposta ensinar, instruir e civilizar as mulheres, por meio de regimes de internato, semi-internato com ensino primário, secundário e profissional. No começo do século XX, até 1965 existiam 196 colégios que tinham como objetivo preparar culturalmente as filhas dos fazendeiros. As mulheres iluminadas por ideais cristãos fortaleciam o discurso da maternidade, pelos aspectos da candura, da pureza e por ser responsável direta pela educação dos filhos, uma vez que aos homens competia a função de trazer o sustento ao lar.

Martins (2013) em sua tese "Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de educação: formação de professoras primárias em Minas Gerais (1892-1904)", baseada na perspectiva de autores como Burke, Certeau, Norbert Elias e Foucault, analisou e interpretou a atuação da Igreja Católica nos assuntos do Estado, de maneira a evidenciar que a relação entre essas duas instituições continuaram muito próximas no campo educacional. A pesquisa de caráter bibliográfico e documental, baseou-se em Relatórios de inspetores escolares enviados à Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais e documentos produzidos nas secretarias das Escolas Normais.

A tese apontou que frequentar as Escolas Normais nos fins do século XIX e início do XX era símbolo de status social, tanto por educar as mulheres dentro dos padrões de refinamento e erudição próprios de uma época ou por formar a mulher para o bom exercício da vida doméstica. As Escolas Normais surgiram em função[11] da necessidade de formar

[11] As primeiras Escolas Normais surgiram no Império, entretanto, não tiveram continuidade devido a diversos fatores. Sobre isso, consultar Saffioti (2013); Almeida (2014); Tanuri (2000).

profissionais capacitados para atuar no ensino primário, principalmente, para as mulheres de famílias mais tradicionais e filhas de comerciantes e funcionários públicos, tais escolas de cunho estatal representaram uma oportunidade de profissionalização ou esperança de um bom casamento.

Para a Igreja Católica era importante fornecer uma educação baseada na doutrina católica para que ela propagasse os valores cristãos no núcleo familiar. Já para o Estado era importante oferecer uma formação que possibilitasse o exercício do magistério primário, aumentando o quadro de professoras para desenvolver a docência nos primeiros anos de escolarização. Concluiu-se também, que Igreja e Estado compartilhavam o interesse de formar as moças nos padrões tradicionais da família, garantindo que estendessem os ensinamentos religiosos no interior da família ao mesmo tempo em que profissionalizou as mulheres no magistério primário.

A dissertação "Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917 – 1974)" defendida por Freitas (2011) teve como objetivo investigar o processo de criação e funcionamento da Escola Profissional Feminina de Curitiba enquanto instituição corresponsável pela preparação sócio-cultural da mulher do século XX, contemplando as propostas de arte, educação e trabalho da Escola em seus diferentes momentos de atuação, discutindo as diferentes representações de mulher que possivelmente poderiam ter perpassado pela Escola; construindo, assim, a conceituação de educação profissional desenvolvida pela Escola.

Calcada em autores como Bloch, Certeau, Le Goff, a autora respaldou-se em fontes como jornais, documentos escolares conservados na própria instituição, relatórios emitidos pelos Secretários e Superintendentes responsáveis pela sistematização dos dados da Instrução Pública do Estado, Mensagens dos Governadores do Estado, relatórios emitidos pela diretoria que organizaram o ensino profissional no período de 1917 a 1974.

A pesquisa salienta que as Escolas Profissionais foram criadas em diversas cidades, principalmente naquelas que já possuíam certo grau de desenvolvimento e apresentavam demanda de alunos para uma modalidade de ensino recém-iniciada. As artes e os ofícios foram o caminho educativo, didaticamente aceito, de inserir os jovens, provenientes das camadas baixas e médias da sociedade, no cenário da profissionalização.

A Escola de Curitiba exclusivamente feminina buscou organizar em seu currículo formas de tornar a mulher preparada para a vida adulta. Desenvolvendo, então, atividades diversas que a tornariam tanto boa dona-de-casa, como hábil artesã qualificada para enfrentar o mercado de trabalho.

Conceição (2012), utilizando principalmente o conceito de representação de Roger Chartier (1990), em sua dissertação "Educando mulheres, vendendo saúde. Propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920" apresenta apontamentos sobre como a mulher saudável era representada pela imprensa periódica de Curitiba na década de 1920. Abordou a forma como se educava a mulher para a saúde por meio de propagandas e de outros textos veiculados pelos jornais dos anos 1920. Também procurou compreender a participação de algumas mulheres curitibanas na divulgação de ações médico-científicas e de educação sanitária.

No decorrer do estudo, a autora demonstra que os jornais curitibanos contribuíram para a disseminação de ideias, que colocavam a mulher como alvo privilegiado da educação para a saúde, pois, a mãe era considerada responsável pelo futuro de sua família e, indiretamente, do próprio país. Entretanto, embora a função materna fosse considerada inerente à natureza da mulher, devido às características femininas como cuidado, dedicação, abnegação, paciência, a mulher nem sempre foi considerada capacitada para realizar tal tarefa, necessitando ser educada, instruída pelos médicos.

Utilizando como fonte o jornal e recorrendo ao aporte teórico de autores como Bourdieu, Burke, Chartier, Dosse, Duby, Foucault, Valente (2014) buscou entender em sua dissertação intitulada "Imprensa e educação: registro da escrita feminina no jornal O Operário (1909-1913)" sobre como as transformações ocorridas na sociedade brasileira foram percebidas pelas mulheres que escreveram nas páginas do referido jornal. O estudo também buscou compreender o modelo de educação que elas aspiravam e que estiveram presentes em sua formação, ressaltando suas necessidades com vistas a entender sua visão de mundo e suas reivindicações por educação.

A dissertação revelou que as mulheres que escreveram no jornal foram guiadas pelo pensamento libertário, defendendo o campo de trabalho, o uso do raciocínio feminino, do amor de livre escolha, da preservação do trabalho estafante e humilhante das fábricas, da alienação perante os padrões sociais e morais impostos pela sociedade da época (início do século XX).

Defendiam a necessidade da educação como instrumento de atuação social, ou seja, era preciso instruir para melhor reivindicar, ao mesmo tempo em que era necessário reivindicar para poder estudar mais. Questionavam o modelo de educação formal, tanto na transmissão do conhecimento quanto na formação da cidadania, pois seus interesses eram antagônicos aos projetos pedagógicos propostos pelo Estado e pela Igreja.

Grassi (2003) na dissertação intitulada "As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX" utilizando-se dos

fundamentos de Chartier e Ariés, teve como objetivo analisar o percurso histórico da formação da mulher professora. O estudo identifica os marcos do processo de formação, compreendendo o contexto sócio-econômico, cultural e político que marcou as faces dessas mulheres e também, como se estruturava e como funcionava o curso de formação de professores na cidade de Curitiba, no final do século XIX e no início do XX.

Os dados obtidos por meio de documentos como: relatório dos presidentes e governadores do Estado, relatórios de professoras, requerimentos de professoras e de mulheres, pareceres de autoridades, jornais, leis, decretos, pareceres, resoluções, regulamentos, regimentos, e analisados por meio da abordagem histórico-crítica, constatou que o contexto em que se exercia o magistério foi marcado por três momentos diferentes. No primeiro, o professor organizava suas ações, sem controle direto do Estado. O magistério se abriu às mulheres sendo criadas as primeiras cadeiras femininas de primeiras letras. Posteriormente, o Estado passou a administrar a instituição escolar, sendo que a Escola Normal passou a ser importante instituição de qualificação docente passando a receber mulheres em 1891. A partir da década de 1920, no terceiro momento, o Estado assumiu o papel de "patrão" e os professores de "empregados". Além disso, as escolas já estavam estruturadas num sistema centralizado e hierarquizado e o magistério era de predominância feminina, sendo trabalhadoras assalariadas do Estado.

O magistério foi assumido pelas mulheres num contexto de contradição[12], uma vez que foi visto como missão, sacerdócio, vocação e dedicação integral ao mesmo tempo em que o Estado era republicano, laico, positivista e liberal, mas fazia uso de ideias conservadoras vinculadas ao catolicismo.

Na clássica tese "Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República" Trindade (1996) buscou recuperar a presença feminina no contexto da Primeira República, na cidade de Curitiba. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fonte principal a imprensa periódica local, pauta sua análise nas concepções da Foucault, Bourdieu e Vovelle.

Trindade (1996) revela que as mulheres curitibanas são ao mesmo tempo figura doméstica e dama social, ou seja, ao mesmo tempo em que foi educada para o mundo interior, foi uma mulher solicitada a contribuir com o espaço público. O projeto de modernização e urbanização de Curitiba, vinculou-se à higienização da família, construção da cidadania e modernização, e nesse contexto, a mulher foi vista como parte deste.

[12] Almeida (2014) aponta que a feminização do magistério teve início no final do século XIX, sendo fortalecida no início do XX.

Na capital paranaense, nesse período, a concepção ideal que a sociedade veiculou é a da mulher dona de casa e mãe de família, entretanto, pode-se encontrar a presença feminina em espaços variados da cidade, bem como em atividades, que até então eram de predominância masculina como: eventos culturais, literatura, pintura, música, etc.

Priore (2001) em seu livro "História das mulheres no Brasil" apresenta uma coletânea de artigos que revela o cotidiano, a complexidade e diversidade das experiências vivenciadas pelas mulheres desde o período colonial brasileiro. Trata-se de discutir sobre as mulheres por meio das tensões e contradições que se estabeleceram em diferentes épocas. Na reconstrução da história das mulheres, os autores da coletânea se debruçaram em documentos como: processos-crime, processos da Inquisição, leis, livros de medicina, crônicas de viajem, diários, fotos, carta, jornais, pintura, testamentos, dentre outros.

Ao concluir sua pesquisa intitulada "A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade", Saffioti (2013) traz uma grande contribuição para os estudos sobre as mulheres na sociedade capitalista. A autora buscou explicar a situação da mulher na sociedade capitalista por meio da análise das relações entre o fator natural do sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção.

Saffioti (2013) explicita que no início da sociedade capitalista, tanto a nível superestrutural quanto a nível estrutural, as mulheres ficaram em desvantagem social, na medida em que as capacidades femininas eram vistas como inferiores com relação às masculinas e as forças produtivas a colocavam à margem.

A ideia implantada de que a mulher é destinada ao casamento e a gerar filhos, fez com que o grupo feminino da classe dominada ficassem com cargos trabalhistas subalternos, mal remunerados e sem perspectivas de promoção.

No livro "Ler as letras: por que educar menina e mulheres?" Almeida (2007) apresenta como a imagem da mulher mãe e rainha do lar vai se constituindo por meio da religião e da educação, afim de manter e reproduzir a dominação masculina e a própria estrutura da sociedade de classes.

Focando nas escolas católicas, protestantes e laicas de São Paulo do período de 1870 a 1930, Almeida (2007) revela que tanto no protestantismo, no catolicismo e no ensino privado, foram mulheres que se encarregaram das aulas. As mulheres ocuparam espaço como professoras e catequistas, desempenharam a docência nas pequenas escolas rurais e fortaleceram a fé católica nos orfanatos e colégios de freiras.

Louro (1997) pautada numa perspectiva pós-estruturalista, discute em seu livro "Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista" sobre as problemáticas

da história da educação das mulheres a partir da categoria de análise "gênero". Após discutir acerca da conceituação de gênero, diferenças e desigualdades, a autora discorre sobre a construção escolar das diferenças, apontando que a escola é uma instituição que constrói os gêneros, por meio da naturalização das práticas, gestos, comportamentos, palavras, currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação.

Além disso, aborda a respeito da feminização do magistério no Brasil, que teve início na segunda metade do século XIX com os discursos que se constituem pela construção da ordem e do progresso, pela modernização da sociedade, pela higienização da família e pela formação dos jovens cidadãos que implicam na educação das mulheres (mães).

A partir das pesquisas selecionadas e expostas, evidencia-se um menor número de trabalhos que recorrem ao aporte teórico materialista histórico-dialético, sendo a maioria desenvolvida segundo as contribuições da abordagem Foucaultiana e da História Cultural.

Nota-se também que boa parte dos trabalhos abordam a análise da influência do positivismo e da Igreja Católica na educação das mulheres na Primeira República. Do mesmo modo, é recorrente a utilização da categoria gênero para permear as problemáticas que envolvem as diferenças sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres.

Sobre Anita Philipovsky, foram encontrados o livro intitulado "Anita Philipovsky: a princesa dos campos" de Luísa Cristina da Santos (2002), que contempla sua biografia, reúne cartões enviados ou recebidos pela Anita e reúne sua obra. Além disso, discute sobre as tendências de escrita feminina da época e sinaliza prováveis leituras de Anita: Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Castro Alves, Cruz e Souza.

O livro "Escritoras brasileiras do século XIX", organizado por Zahidé Lupinacci Muzart (2004) reúne a história e algumas obras de 53 escritoras que nasceram no século XIX, dentre elas, Anita Philipovsky. Luísa C. dos Santos, autora das páginas que tratam sobre Anita no referido livro, apresenta sua biografia e algumas de suas obras.

Outra publicação abordando Anita, é "O percurso de um poema: os poentes da minha terra, de Anita Philipovsky", também de Luísa C. dos Santos, publicado em 2013. A obra teve o objetivo de preservar a integridade do poema mais conhecido de Anita "Os poentes da minha terra", lançado em 1936 na revista Prata da Casa. A autora também atualiza o poema para as normas ortográficas atuais.

Após a análise do levantamento das produções acadêmicas sobre o tema proposto a ser discutido aqui, não foi encontrado nenhum trabalho na área da História da Educação que contemplasse uma discussão sobre a trajetória formativa da escritora ponta-grossense Anita

Philipovsky. Sobre a personagem em questão, foram mapeados somente trabalhos que abordam a escritora na perspectiva da literatura, e não no viés da História da Educação, contemplando a investigação de sua formação, bem como de sua intervenção em defesa de um modelo educacional de educação feminista.

Nessa perspectiva, esse trabalho pretende "preencher" essa lacuna, abordando o posicionamento de Anita com relação à educação ponta-grossense, a fim de identificar o modelo educacional vigente no período e as críticas tecidas pela escritora.

Outra lacuna que pretende-se suprir, relaciona-se com a identificação das condições materiais que favoreceram a projeção de Anita como escritora no início do século XX, pois, como as próprias teses e dissertações apontaram nesta seção, na Primeira República esperava-se que as mulheres casassem, fossem mães, boas esposas, e se tivessem alguma ocupação no espaço público, o trabalho "mais aceitável" e próximo das características do lar seria o magistério. Assim como no lar, o magistério exigia o cuidado, zelo, afeto e delicadeza com as crianças.

Dessa forma, como já mencionado, os trabalhos sobre Anita apenas traçam sua biografia e fazem um compilado de seus escritos. São estudos importantes, pois reúnem os textos de Philipovsky e sua biografia, servindo como ricos materiais sobre a autora, no entanto, não tiveram a preocupação de discutir sobre sua trajetória formativa nem sobre sua crítica ao modelo educação feminino vigente na época, relacionando-a à área de estudos da História da educação.

1.2 A EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

No Brasil, o final do século XIX e início do XX foi marcado pela passagem do Império para a República, pelas transformações da transição do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pois o capitalismo marcado pela valorização do trabalho e do lucro não tem razão de existir e se manter numa sociedade escravocrata (COSTA, 1999). Numa sociedade capitalista, o trabalho representa o dinheiro e a posse, tendo como consequência para o homem a dependência deste sistema, pois a constante necessidade do trabalho e do dinheiro constitui-se na "[...] verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. A quantidade de dinheiro torna-se progressivamente a sua única propriedade" (MARX, 2001, p. 149).

Segundo Carvalho (1990, p. 9) nos anos iniciais da República, haviam "pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime": liberalismo, jacobinismo e positivismo. Decorrendo disso, novos padrões comportamentais, expectativas e valores de uma civilização moderna. As ideias passaram a se voltar para o progresso e à educação atribuiu-se o papel de provedora da modernização do país.

Carvalho (2003) atenta para alguns fatores que tornaram difíceis a ordem republicana em seus primeiros anos, como a ausência de um sentimento nacional, o país com um vasto território, a presença do povo mestiço e a presença de imigrantes como aponta Prado Junior (2006).

Passou-se a buscar um país civilizado, moderno, entretanto, a diversidade cultural, a heterogeneidade e a desigualdade social eram elementos que dificultavam a conquista de um país moderno. Para gerir as desigualdades sociais foi preciso estabelecer uma regulamentação jurídica e um discurso que legitimasse "as desigualdades sociais através da ideologia da igualdade natural entre os homens" (NORONHA, 2004, p. 56).

A Constituição brasileira de 1891 assegura no artigo 72, que todos são iguais perante a lei, por outro lado, a própria lei impõe instrumentos de diferenciação ao excluir das eleições os mendigos, analfabetos, praças e religiosos (CURY, 1945).

Com relação à igualdade posta na lei, Saffioti (1987, p. 68) argumenta

> Que esta igualdade é meramente formal, pois, na prática, alguns são mais iguais que outros. Mas, efetivamente, consta da lei esta igualdade entre todos. Ora, se todos são iguais, tanto o êxito quanto o fracasso são atribuídos às qualidades, ou ausência deles, de cada indivíduo.

Ao voltar-se para a sociedade no primeiro período republicano, inclusive para a sociedade atual, percebe-se que nem todos têm as mesmas oportunidades, ou seja, a classe dominada não tem a mesma oportunidade que a classe dominante, bem como os negros e mulheres, sendo que "[...] o homem branco e bem-nascido, pertencente à família abastada, entra no processo de competição com enormes vantagens, sendo, portanto, muito maiores suas possibilidades de êxito" (SAFFIOTI, 1987, p. 68).

Dentro do projeto republicano, a educação que fundava-se nos pressupostos da igualdade natural, livre iniciativa do indivíduo, era vista como instrumento civilizador, a fim de:

> Homogeneizar a república composta, de uma população tão heterogênea e diversa. A pedagogia liberal então se concentra nesse esforço de transformar o "súdito em cidadão" e em trabalhador. Os temas eram então o civismo e o nacionalismo. E a educação escolar era colocada como uma medida de profilaxia social, na formação do

> "homem novo" para a sociedade urbano-industrial que aos poucos se consolidava (NORONHA, 2004, p. 73).

Acreditava-se que a instrução poderia moralizar o povo, higienizar espaços sociais, alfabetizar para a política. Nesse sentido, Nagle (1974, p. 113) aponta que para o novo governo, "[...] a estrutura política, econômica e social da Nação apresentava-se instável porque sobre ela pesa a grande massa de analfabetos, que lhe ameaça as bases". Assim, o ponto central para a conquista da civilização é o sujeito alfabetizado, pois, sem ele não haveria "[...] nem progresso, nem cultura, nem evolução, nem preparo, nem organização, nem previsão, nem civismo, nem patriotismo" (NAGLE, 1974, p. 133). A alfabetização seria o pontapé inicial da educação primária.

Exemplo dessa compreensão da educação como instrumento modernizador, é esse recorte do jornal *Diário dos Campos* (1914):

> *É triste que, após mais de quatrocentos annos de existência a instrucção primária no Brasil, também, não tenha alcançado o desenvolvimento que todos auguram a este grande paiz. (...) Sem instrucção da massa popular, sem o seu realçamento social, não se obtem o progresso da sociedade, no seu todo, emquanto não se eleva o meio sem melhorar os indivíduos. O progresso é um triumpho (...) Voltemo-nos para os Estados Unidos do Norte e vejamos como ali a indústria e a lavoura aproveitam do progresso, da sciencia; voltemo-nos para a Allemanha e veremos – estudando-a sem preconceitos, mas serenamente, objectivamente – que ella é uma das nações mais prosperas e mais adiantadas, porque tem dezenas de milhões de indivíduos, que sabem ler e escrever que são aptos [...] Somente a instrucção fará compreender aos homens que elles não devem a prosperidade da força aos decretos [...] mas simplesmente do trabalho intelligente, continuo, methodico [...] É obrigação de todos elles que amam o paiz, os próprios eguaes, trabalhar por levar a todos a crença indispensável na efficácia das vontades livres e esclarecidas, a convicção de que a educação popular deve ser o principio fundamental de toda a politica republicana [...] (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 1220, 26 nov. 1914).*

O jornal impresso esboça uma crítica a inefetividade da educação brasileira, já que esta, deveria ser um meio para modernizar o país, para conseguir o progresso da sociedade. Segundo os republicanos, o desenvolvimento não seria alcançado sem "melhorar" os indivíduos.

A luta contra o analfabetismo ficou clara no relatório do Inspetor Geral do Ensino do Paraná Cesar Prieto Martinez, por exemplo, quando mencionou as seguintes palavras para o Secretário:

> *Na medida do possível empregamos esforços para que a escola publica do Paraná seja um elemento de combate firma contra o analfabetismo.*
> *Para isso, temos dado instrucções que nos parecem cabaes, tanto nas palestras como em nossas circulares e ofícios.*
> *No nosso modo de pensar a lucta contra o analphabetismo terá a sua victoria quando cada escola souber ser uma verdadeira escola (...)*

> *Não nos sendo possível, porem levar a todos os pontos uma instrucção completa, consigamos ao menos ensinar a ler a escrever e a contar, onde não pudermos fazer mais* (*PARANÁ, 1920, p. 28-29).*

A expansão e obrigatoriedade do ensino atuaram como peça importante na construção da república, pois foi o espaço propício para gerar o cidadão moderno. A função ideológica de construção da nova sociedade, pautada na ordem e progresso, coincidem com o movimento de libertação da mulher do espaço privado, proporcionando o ingresso das mulheres na escola. Dessa forma, o discurso ideológico que aproximava a profissão do educador à vocação, desvalorizando financeiramente e introduzindo a mulher como peça fundamental desse processo, encaixou-se apropriadamente no perfil da docência. Os homens foram retirando-se do lócus da escola e assumindo postos de trabalho nas fábricas, indústrias e demais serviços que surgiram com a sociedade capitalista. (ALVES, 2006).

Em meio a esse contexto, "[...] os papéis sociais da mulher e suas necessidades de instrução eram percebidos em consonância com as reformas sociais e políticas que cada corrente de pensamento pretendia realizar" (SAFFIOTI, 2013, p. 291). Para Almeida (2014), a imagem da mulher como símbolo da pureza e amor se estruturou nos finais dos oitocentos persistindo ao longo do século XX. Os limites da convivência entre os sexos eram claramente definidos, sendo que, "[...] das mulheres esperavam-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política" (ALMEIDA, 2007, p. 95).

Dentro desse quadro, foram criadas instituições de ensino superior e secundário nos Estados, que ficaram sob responsabilidade da União, sendo que os Estados ficaram incumbidos de prover manutenção e organização da instrução primária e do ensino profissional, que compreendia as escolas normais, para as mulheres, e as escolas técnicas, para os rapazes. Essa configuração gerou o dualismo na educação brasileira, oficializando a separação entre a educação para a classe dominante e a educação para a massa (MARTINIAK, 2003).

Com a educação tornando-se um instrumento de difusão das letras e meio para civilizar a população, foi preciso expandir as escolas primárias[13], aumentando a necessidade de professores formados. Assim, foi preciso aumentar o número de Escolas Normais[14], para garantir a formação de docentes que atuariam no ensino primário.

---

[13] É importante salientar que as escolas primárias não são uma invenção republicana. De acordo com Saviani (2014, p. 30): "O advento da República marcou uma continuidade em relação ao Império, ao manter as escolas primárias, portanto, o ensino popular, sob a égide das províncias, transformadas em estados federados".

[14] Frente a Idade Moderna, a criação das Escolas Normais estiveram atreladas à institucionalização da instrução pública, quando por meio da estruturação do ideário liberal colocou-se a questão da instrução popular. Saviani (2009, p. 143) corrobora que "a primeira instituição com o nome de Escola Normal foi proposta pela convenção,

1.3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL

No Brasil, as primeiras escolas de formação de professores surgiram ainda no Império, entretanto, não tiveram continuidade, pois eram instituições com limitações orçamentárias que afetavam seu bom funcionamento, abrindo e fechando em função de decisões políticas (ALMEIDA, 2014).

De acordo com Saviani (2009) pode-se salientar seis períodos que marcam o processo de institucionalização da formação docente no Brasil:

QUADRO 1 - Periodização da história da formação docente no Brasil

Períodos	**Processo de institucionalização da formação docente no Brasil**
1º	Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890)
2º	Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932)
3º	Organização dos Institutos de Educação (1932-1939)
4º	Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971)
5º	Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996)
6º	Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006)

Fonte: Dados retirados do texto "Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro", escrito por Saviani (2009) e organizados pela autora.

A preocupação com a formação de professores apareceu pela primeira vez na Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada no dia 15 de outubro de 1827, quando foi determinado que o ensino deveria ser desenvolvido por meio do método mútuo e que os professores deveriam ser formados nesse método, nas capitais das províncias.

Nesta mesma Lei em seu artigo 11°, foi determinado que houvessem escolas destinadas às meninas nas cidades e vilas mais populosas, somente se os Presidentes em Conselho julgassem necessário. O artigo 12° determinou que as professoras não ensinassem

em 1794 e instalada em Paris em 1795", sendo que a partir daí, teve início a distinção entre Escola Normal Superior, a qual destinava-se à formação de professores de Nível secundário e Escola Normal ou Escola Normal Primária, destinada a formar professores do ensino primário.

noções de geometria ás meninas, restringindo o ensino da aritmética e as quatro operações, além do ensino de prendas que serviam à economia doméstica.

Seriam nomeadas pelos Presidentes em Conselho, somente mulheres brasileiras e honestas. Foi previsto na lei, que o valor do pagamento seria o mesmo para ambos os sexos (BRASIL, 1827). Sobre isso, Louro (2001, p. 444) argumenta que no momento em que a primeira lei de instrução pública foi regulamentada:

> Seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrassem dignas de tal ensino, compreendendo também o coser e bordar. Aqui vale notar que, embora a lei determinasse salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro – que só seria usufruído pelos professores.

A legislação acabou por introduzir diferenças entre os currículos das escolas primárias de ambos os sexos, revelando a visão que se tinha da mulher, para a qual de nada serviria o conhecimento da geometria.

O Ato Adicional de 1834 determinou que a instrução primária devesse ficar sob responsabilidade das províncias e que estas adotassem o modelo de formação de professores que vinha se desenvolvendo na Europa: as Escolas Normais. Assim, no ano de 1835, foi criado em Niterói, a primeira Escola Normal do Brasil, seguido da Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Nestas escolas, o currículo "era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras" (SAVIANI, 2009), pressupondo que os professores deveriam dominar apenas os conteúdos que deveriam ser transmitidos às crianças. De acordo com Tanuri (2000) as primeiras Escolas Normais surgiram somente para formar homens, excluindo-se as mulheres, sendo uma profissão inicialmente masculina.

A Escola Normal de Niterói formou em 1849, apenas 14 alunos, dos quais 11 se dedicaram ao magistério. Villela (2003, p. 109) corrobora que a Lei nº 10 de 4 de abril de 1835 determina que:

> A escola será regida por um diretor que ensinará: conhecimentos de leitura e escrita pelo método lancasteriano, cujos princípios doutrinais e práticos explicará; as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; noções de geometria teórica e prática; elementos da geografia; princípios da moral cristã e da religião oficial e gramática nacional.

Essa escola e as demais supracitadas, tiveram vida efêmera, obtendo êxito a partir da década de 1870, quando os ideais liberais de democratização, liberdade de ensino e obrigatoriedade da instrução primária se consolidaram (TANURI, 2000).

Saffioti (2013) em seus estudos sobre as mulheres na sociedade de classes, aponta que o fracasso das primeiras escolas normais no país se deve à ausência de um quadro de professores bem preparados e qualificados, bem como da desorganização do sistema nacional de educação. Além disso,

> Como as escolas normais visavam, precipuamente, à qualificação profissional de quadros para o ensino primário, destinavam-se, de preferência, às camadas pouco privilegiadas pela fortuna. Estas, num país de alto índice de analfabetismo, não aspiram à instrução como veículo de ascensão social, só vindo a fazê-lo quando os efeitos da industrialização e da urbanização intensa se tornam presentes. Neste sentido, a escola normal não representava a propriamente uma exigência da sociedade brasileira de então, mas constituía meramente um item no conjunto de ideias liberais nascidas em países de economia mais integrada e para aqui transplantadas [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 282-283).

Nos anos finais do Império, as Escolas Normais foram se abrindo para as mulheres e progressivamente se tornaram um espaço de frequência predominantemente feminina, além disso, consolidaram-se no Brasil os debates em torno da escolarização e cada estado ficou responsável por implantar suas reformas. Entretanto, com a consolidação de São Paulo como a principal força econômica do país, o estado apresentou-se como espelho de modernidade aos demais estados e a reforma da educação realizada pelos dirigentes e intelectuais serviu como modelo de inspiração aos demais.

A partir de 1890, com a reforma da instrução pública do estado de São Paulo, foi fixado o padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais. Para os reformadores da época, *"[...] sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz*" (SÃO PAULO, 1890). A reforma foi marcada pelo currículo, o qual teve seus conteúdos anteriores enriquecidos e pela ênfase nos exercícios práticos de ensino.

Também foi marco dessa reforma, a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal, destinada à formação técnica de professores que posteriormente atuariam no ensino das Escolas Normais. Essa nova organização se estendeu para o interior das cidades do estado, tornando-se referência para os outros estados do país, sendo que o padrão da Escola Normal se firmou e expandiu por todo o Brasil (SAVIANI, 2009). Segundo Almeida (1995, p. 672) a reforma

> Foi fortemente influenciada pelo pensamento pedagógico de Rangel Pestana, o qual, por sua vez, admirava a estrutura do ensino norte-americano. Para ajudar na reforma foi convidada uma norte-americana radicada há pouco no Brasil, Marcia Browne, que lecionava à época no Mackenzie College, e d. Guilhermina Loureiro de Andrade, que estava morando no Rio de Janeiro e que estudara nos Estados Unidos por quatro anos.

Ainda segundo Almeida (1995), a reforma da Escola Normal realizada por Caetano de Campos, em 1890, pode ser considerada a única reforma que alterou significativamente o ideal da formação prática do professor e que alicerçou a escola no sistema escolar.

Ao instituir a Escola-Modelo como lócus de formação prática do professor, pode-se perceber claramente no pensamento de Caetano de Campos o ideário liberal que estava ligado às importações intelectuais. Seu pensamento estava pautado na ideia de que a formação técnica do professor era primordial, já que a formação na Escola-Modelo priorizava o treinamento do domínio de técnicas e não propriamente uma formação profissional (ALMEIDA, 1995).

Com os novos ideais republicanos e com a importância dada à educação como meio para a conquista do progresso, foi atribuído às mulheres a missão de civilizar a sociedade. Tinha-se a visão de que embora o espaço privado, ou seja, o lar fosse o lócus da mulher, a sociedade feminina deveria responsabilizar-se pela civilização, de forma a cuidar da saúde física e moral da nova nação que desejava-se construir. Nos fins do século XIX, o magistério surgia como possível trabalho feminino.

As escolas normais começaram a ganhar prestígio entre a população e passaram a atrair cada vez mais o público feminino, que encontrou uma oportunidade de educar-se e instruir-se. A presença das mulheres na educação brasileira começou muito discretamente a surgir quando passaram a ser admitidas na Escola Normal.

No estado do Paraná, por exemplo, a primeira mulher que solicitou matrícula na Escola Normal foi Julia Wanderley, que em 1891, requereu junto ao Governador do Estado a matrícula de mulheres.

As solicitações de Julia foram deferidas pelo Governador de Estado, que recomendou que outras colegas iniciassem, em 1891, o Curso Normal junto com ela. No ano seguinte, juntamente com Julia Wanderley concluíram o curso três mulheres e três homens, Maria Rosa Gomes, Isabel Guimarães, Cândida Nascimento, Ernesto Luis de Oliveira, Veríssimo de Souza e Lourenço de Souza (SOUSA, 2013).

Bruschini e Amado (1988) apontam que as moças que concluíam o magistério, ou davam aula nas poucas vagas disponíveis no primário para meninas ou eram contratadas como professoras particulares nas casas ou fazendas. A Escola Normal,

> Explicitava a função de dar formação profissional, aumentar a instrução e formar boas mães e donas-de-casa, e era procurada pelas jovens de bom poder aquisitivo para aprimorar sua educação, mas que não manifestavam a intenção de dedicar-se ao magistério, como também por moças mais pobres que a ela se dirigiam em busca de um diploma que lhes permitisse exercer uma profissão e sustentar-se. Nesse período ganhavam também força os movimentos pelo aprimoramento da educação da mulher, na esteira das ideias republicanas (ALMEIDA, 1995, p. 671).

Até o Império, pode-se considerar que o desenvolvimento da Escola Normal e do ensino foi pouco significativo, "[...] servindo estes mais como apoio às relações hegemônicas da sociedade da época e à reprodução dos aspectos sociais e econômicos vigentes no País" (ALMEIDA, 1995, p. 672). Se comparar a Primeira República com o Império, ver-se-á que a nova forma de governo elevou o nível de estudos e organização curricular da Escola Normal, "[...] embora esta continuasse funcionando mais como uma instituição que promovia uma cultura geral humanista, de baixa profissionalização, como bem apontam seus programas" (ALMEIDA, 1995, p. 672).

QUADRO 2 - Currículo da Escola Normal de São Paulo em 1890

PRIMEIRO ANO
Português
Aritmética
Geografia e Cosmografia
Exercícios Militares (para o sexo masculino)
Prendas e Exercícios Escolares (para o sexo feminino)
Caligrafia e Desenho
SEGUNDO ANO
Português
Álgebra e Escrituração Mercantil (para o sexo masculino)
Geometria
Física e Química
Ginástica
Música
Desenho
Economia Doméstica e Prendas (para o sexo feminino)
TERCEIRO ANO
História do Brasil
Biologia
Educação Cívica e Economia Política
Organização das Escolas e sua Direção
Exercícios Práticos

Fonte: Reis Filho, 1995, p. 52-53.

O currículo da Escola Normal de São Paulo estava estruturado em três anos, que correspondiam aos três graus da instrução primária. As disciplinas inicialmente tinham um caráter prático, atreladas à formação humanista, decorrente dos ideais burgueses e do capitalismo. Nota-se uma diferenciação na formação de homens e mulheres, já que as

disciplinas de Exercícios Militares, Álgebra e Escrituração Mercantil estariam destinadas ao sexo masculino e as disciplinas de Prendas e Exercícios Escolares e Economia Doméstica e Prendas para o sexo feminino, revelando uma concepção diferenciada de educação para os dois sexos.

Como aponta Tanuri (2000) os estados brasileiros organizaram seus sistemas de acordo com seus reformadores, devido à falta de apoio da União na manutenção das escolas normais na Primeira República. A exemplo da Reforma de 1890, existiram várias outras, sendo que cada estado formulava a sua própria.

As Escolas Normais além da função primordial de formar docentes para o magistério primário, acabaram por exercer uma segunda função, a de conferir aos alunos uma certa cultura geral desvinculada de preocupações utilitárias. Com isso, essas escolas eram também procuradas por mulheres que não tinham intenção de desempenhar atividades profissionais, e sim adquirir elevação de instrução cultural (SAFFIOTI, 2013).

Segundo Almeida (2007) o magistério representou durante as primeiras décadas da Primeira República, praticamente a única carreira, "bem vista" pela sociedade, possível às mulheres. As mulheres nesse período tinham pouco acesso às demais profissões e ao curso superior, o que fez do magistério a opção mais procurada e adequada para pelas mulheres. Fato que foi reforçado pela ideia de missão, vocação e extensão do lar.

1.4 A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Após a proclamação da Independência, a Constituição de 1823 trouxe a questão da instrução às mulheres, apresentando-se como proposta de instrução gratuita a todos os cidadãos. O ensino primário na Lei mostrava-se gratuito, no entanto seu acesso era muito limitado, sendo que com exceção das mulheres das classes dominantes, a maioria não teve acesso à escolarização nesse período.

O Estado republicano trouxe a escola como um lócus de domesticação, de cuidado, amparo e amor. Essa visão de educação se estendeu até as décadas seguintes da República, colocando nas mãos femininas a responsabilidade de educar e guiar a infância, de modo a moralizar os costumes.

Além dessa visão do magistério como prolongamento do lar, a docência do ensino primário era pouco remunerada, o que fez com que os homens se afastassem do magistério para buscar ocupar cargos administrativos na escola, ou outras profissões disponíveis na sociedade

do período. Sendo que as salas de aula se tornaram rapidamente um espaço de predominância feminina (SAFFIOTI, 2013).

No decorrer dos séculos, as construções ideológicas acerca do feminino pautaram-se na inferioridade da mulher, o que acabava por determinar as representações sociais de sua imagem e sustentar o controle pessoal e profissional. Almeida (2006, p. 3) afirma que "[...] os estudos sobre a profissão docente se defrontam com o dado inequívoco de sua feminização, impondo-se a interface com as questões de gênero, as origens desse dado podem elucidar problemas a ele concernentes". Nesse sentido, a autora salienta a importância dos estudos sobre o magistério quanto à sua gênese, ou seja quanto à sua origem, do ponto de vista da história da educação, o que permite o entendimento dos problemas da profissão.

Almeida (2014) salienta que a inserção feminina no magistério pode ser vista como resposta às demandas do projeto liberal republicano, tendo como meio para o progresso, a universalização da escolaridade. É pertinente destacar, que o momento de inserção das mulheres no magistério coincidiu com as primeiras reivindicações pela liberação feminina, pela superação das desigualdades e das injustiças sociais.

Não obstante as mulheres terem conquistado determinados avanços como o acesso a formação profissional e a algumas profissões, a mentalidade de mulher do lar continuava impregnada na sociedade, sendo que o trabalho só poderia ser bem visto, se significasse o cuidado, pois o conceito de vocação disseminava-se na sociedade, de forma a legitimar aumento do número de mulheres no magistério. Sobre esse aspecto, Bruschini e Amado (1988, p. 7) corroboram que

> Historicamente o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas.

Ou seja, o conceito de vocação era propagado como mecanismo de indução à escolha da profissão, uma vez que a educação das crianças era considerada como extensão das funções feminina do lar. Além disso, entendia-se que o magistério era uma possibilidade de conciliação aos trabalhos domésticos. A partir de tal perspectiva, pode-se dizer que a inserção do feminino na docência é resultado da junção dos ideias liberais e da naturalidade das diferenças biológicas. Dessa forma, a presença das mulheres na docência, significou também uma grande oportunidade de transição do espaço privado para o público.

Dada a importância atribuída à escola, o magistério e a educação eram vistos como instrumentos essenciais para a formação de docentes que pudessem atuar no ensino. Assim, as

Escolas Normais eram vistas como meio para suprir a mão de obra de professores, já que a meta era que o ensino se expandisse pelo país. A educação se ampliou quantitativamente

> E as escolas começaram a ser inauguradas: colégios católicos, escolas protestante e escolas públicas, todas herdeiras de um mesmo pressuposto: educar as mulheres para tornar melhores os homens, instruir futuras mães para que contribuíssem para a grandeza da pátria. Deveria haver uma educação básica como alicerce da moralidade e em seguimento a esse princípio, as mulheres seriam as principais indicadas para se incumbirem em modelar uma infância saudáveis, patriótica e livre de vícios que degeneram a raça e a sociedade (ALMEIDA, 2014, p. 70).

Nos primeiros anos republicanos, as mulheres passaram a fazer-se cada vez mais presentes nas instituições normalistas e as procuravam para adquirir preparo para a vida matrimonial, conhecimento e para poderem sobreviver por meio de seu próprio rendimento. Durante esse período, a docência representou praticamente a única profissão aberta para as mulheres, apesar de algumas buscarem a enfermagem. No entanto, para as mulheres das classes média e dominante, o trabalho era aceito somente em casos particulares, como viuvez ou falência econômica. Mesmo presentes no mundo púbico, a sociedade burguesa esperava determinados comportamentos como: o cuidado do lar, do marido, dos filhos. Nesse caso, a instrução feminina deveria reverter-se em benefício da família e da pátria (ALMEIDA, 2014).

Segundo Almeida (2007) as mulheres da classe dominante poderiam garantir a produção da vida por meio do casamento ou herança familiar, no entanto, para as que necessitavam garantir sua própria subsistência, exerciam a função de governanta em casas de famílias mais abastadas, por exemplo. Com relação a produção da vida, Marx e Engels (2007, p, 50) apontam que:

> A primeira premissa de toda a existência humana, e portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens, para 'fazer história', se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades [...]

Neste sentido, o magistério surgiu como uma grande alternativa, já que para as mulheres da classe dominada, que não poderiam contar com o casamento, seria necessário produzir a vida, produzir meios materiais para sustentar as necessidades básicas da vida.

Nesse contexto, a religião também exerceu o papel de edificar regras e valores, na medida em que ditou "hábitos e costumes, normatizando corpos e esculpindo mentes, organizando, assim, uma escala axiológica que regra comportamentos e modela uma teia inconsútil nas relações entre homens e mulheres" (ALMEIDA, 2007, p.15). Dessa forma, a

religião teve grande influência na sociedade, mantendo e reproduzindo tanto a subordinação das mulheres quanto a estrutura da sociedade de classes. Ainda para a autora:

> A liberação econômica para as mulheres, por meio do trabalho remunerado, e seu desenvolvimento intelectual, representado por uma educação não diferenciada da masculina, significariam a ruptura com os acordos tacitamente estabelecidos, ocasionando desordem social ao alijar do sexo feminino a subordinação ao modelo androcêntrico vigente (ALMEIDA, 2007, p.15).

Era preciso que as mulheres fossem educadas para que beneficiassem o lar, o marido e os filhos e que fossem mantidas dentro dos limites aceitos, na medida em que essa era a prioridade, a instrução das mulheres não ameaçariam o espaço privado. Com esse posicionamento, concordavam a Igreja Católica, os positivistas, os liberais e os conservadores, sendo que na maioria das vezes, as próprias mulheres. Segundo Telles (2015, p. 97):

> O discurso ideológico da profissão de educador como profissão vocacionada, desvalorizado, financeiramente, e logo mais, realocando a mulher como peça importante nesse momento estratégico, sendo ela mais 'apropriada' à profissão de educadora, encaixou-se no perfil profissão, descrito pela ideologia dominante. Do lar a escola, a mulher foi realocada.

Desse modo, o magistério pode ser apontado como uma abertura de campo de trabalho para a mulher, na medida em que os homens assumiram outras profissões, enquanto as mulheres adentraram o campo escolar como professoras.

Entretanto, Anita Philipovsky apontou em 1912, que *"a Escola Normal prepara as moças especialmente para professoras, porém poucas são as que têm vocação e a indispensável dedicação para a carreira, e por este motivo vem a ser, quase todas, mestras bem medíocres" (O PROGRESSO, ed. 595, 08 ago. 1912)*. As palavras da escritora revelam o quão marcadamente feminino era o ensino normal, pois Anita relaciona a Escola Normal diretamente e somente com "as moças". Embora o magistério tenha se revelado como uma conquista feminina, Anita salientava que nem todas as mulheres que cursavam o magistério tinham vocação ou escolhiam essa formação porque se interessavam e gostavam, e acabavam se mostrando professoras "medíocres".

Isso porque conforme esse capítulo revelou, a educação voltada para as meninas era diferenciada da dos meninos; as oportunidades de acesso à outros níveis de ensino, que não o curso normal, era limitado paras mulheres. Saffioti (2013, p. 308) aponta que, no ano de 1929, dentre outros cursos, Medicina contava com 5787 meninos e 72 meninas matriculados, tendo concluído o curso, 609 homens e 4 meninas; em Odontologia matricularam-se 680 meninos e 72 meninas, e somente 156 homens e 13 mulheres concluíram; Ciências Jurídicas e Sociais, teve 3180 meninos e 20 meninas matriculados e 401 homens e 2 mulheres concluintes.

Esses dados mostram que embora as mulheres estivessem no ensino superior, o número delas ainda era muito pequeno, revelando que ainda não tinham conquistado seu espaço nesse nível de ensino.

Entender o processo de feminização do magistério pressupõe compreender o processo educacional brasileiro mediante as contradições e imposições econômicas do momento histórico, assim, compreender a gênese dessa feminização auxilia no entendimento dos problemas atuais da profissão docente.

CAPÍTULO 2
A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NO PARANÁ: O PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES QUE ANITA PHILIPOVSKY NÃO DEFENDEU

Neste capítulo buscou-se compreender como se deu o processo de escolarização das mulheres e seu papel na Primeira República paranaense, trazendo alguns apontamentos sobre o currículo, as reformas educacionais, o trabalho, educação e o papel da mulher no contexto republicano, "identificando" o projeto educacional que Anita se opunha.

2.1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E O PAPEL DA MULHER NO CONTEXTO REPUBLICANO

A partir da Revolução Industrial Inglesa no século XVIII, no bojo da ascensão do capitalismo, introduziu- se uma profunda mudança na concepção de trabalho, legitimando definitivamente o uso da força de trabalho da mulher.

Sobre a categoria teórica "trabalho", em seu sentido ontológico, Marx na obra "O Capital", explicita em sua análise que:

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua própria corporeidade: seus braços, pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. [...] No final do processo do trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, L. 1, p. 255-256).

A produção da vida material é condição fundamental de toda a história, dessa forma, o trabalho é intrínseco à vida humana e pode ser apreendido em sua generalidade em qualquer forma de organização social. O trabalho em seu sentido fundante é a relação entre o homem e a natureza que consiste na transformação da natureza pelo homem, orientada para um fim. Partindo dessa análise do trabalho em seu sentido ontológico, o autor analisa a categoria teórica em questão na sociedade capitalista:

> O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho.

> Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2013, L. I, p. 336-337).

O processo de trabalho na sociedade capitalista tem sua força de trabalho apropriada pelo capitalista, na medida em que este, tem o controle sobre o trabalhador e a posse do seu trabalho, sendo que o produto gerado pelo trabalhador não pertence a ele. Nesse sentido, o trabalho sob o tipo de sociedade em questão não é inerente ao homem nem à mulher e sim correspondente a um determinado momento da evolução histórica da humanidade. A sociedade capitalista então, acaba exigindo certos trabalhos femininos, embora de reduzido prestígio.

Segundo Saffioti (2013, p. 65):

> O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, perifericamente situada no sistema de produção.

Nesse sentido, tanto no nível da superestrutura que diz respeito às normas jurídicas, comportamentos políticos e sociais, manifestações religiosas, quanto da estrutura que refere-se às relações sociais do trabalho, marginalizaram a mulher. Assim, o Estado e a religião, por exemplo, em virtude de seu modo de percebê-la, acabou interferindo em sua vida material.

Exemplo da interferência de normas jurídicas no “mundo feminino”, é o Decreto Federal 181 de 24/01/1890, do Governo Provisório, que estabelecia em seu art. 56, que seriam efeitos do casamento, dentre outros: investir o marido da representação legal da família e investir o marido do direito de fixar o domicílio da família, de autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos (CURY, 2001). Enquanto o casamento durasse, a mulher era assim vista, submissa e incapaz.

A ideia de que a mulher é destinada ao casamento, ao lar e a procriação interferiu também no processo de trabalho destas, pois destinou "[...] as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção" (SAFFIOTI, 2013, p. 95). A baixa remuneração era justificada por fatores biológicos, já que existia uma subvalorização das capacidades femininas em relação ao masculino.

Saffioti (2013, p. 94) explicita que:

> A mulher da pequena burguesia encontrava-se diante de alternativas pouco promissoras: ou resignar-se à perda de função econômica, permanecendo no lar, ou aceitar as poucas oportunidades que se lhe abriam no mercado de trabalho – ser costureira ou preceptora de crianças -, ocupações que, além de mal remuneradas, implicavam desprestígio de classe.

No Brasil, um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem, ficando excluídas da metalurgia, calçados e mobiliário, que eram ocupados por homens. No estado de São Paulo, no ano de 1894, por exemplo, dos 5019 trabalhadores das indústrias, 840 eram do sexo feminino, no setor têxtil, encontravam-se 569 mulheres, nas confecções 137 (RAGO, 2001).

Não obstante o grande número do sexo feminino no setor fabril, não pode-se dizer que estas substituíram os homens no mercado de trabalho. É pertinente destacar que não havia nenhuma legislação trabalhista[15] de proteção às mulheres contra as precárias condições de trabalho feminino, contra a falta de higiene nas fábricas ou assédio sexual.

Entretanto, houveram protestos por parte do movimento operário, por exemplo, que reivindicavam contra as formas de exploração do trabalho feminino. Anarquistas e socialistas organizavam as trabalhadoras dentro dos sindicatos e comitês para discussão dos problemas acerca do trabalho feminino (RAGO, 2001).

No Paraná, as mulheres compuseram a categoria operária representando um contingente significativo no trabalho dos engenhos de erva mate, fábricas de cerveja, de balas, de bolachas, de vidro, lojas, escritórios, hospitais, escolas (TRINDADE, 1996). Boschilia (1997, p. 116) comenta que "[...] com exceção das indústrias extrativas de minérios, indústria mecânica, da construção civil e da produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto, a mulher estava presente nos demais setores industriais em atividade no Estado [...]".

[15] A primeira legislação que ao menos "nas letras da lei" considerou a proteção do trabalho feminino foi promulgada em 1932, por Getúlio Vargas (SAFFIOTI, 2013).

As mulheres fizeram parte da economia regional, atuando como empregadas ou empregadoras, e sua participação contribuiu para uma maior autonomia das mulheres, conforme o argumento de Mariana Coelho (2002, p. 182):

> *Aqui na capital do Paraná ainda que muito morosamente, o progresso feminino vai-se desenvolvendo naturalmente – sem o mínimo atrito entre os sexos; é, por enquanto, um feminismo inconsciente. As moças procuram avidamente os empregos, por necessidade, não por convicção. (...) não há um estabelecimento na capital paranaense, quer seja comercial, industrial ou bancário, onde não estejam mulheres empregadas (...)*

Embora o texto defenda o direito das mulheres à participação do mercado de trabalho, reconhece-se o caráter "inconsciente" de sua atuação na economia. Coelho (2002, p. 182-183) ainda retrata que:

> *Duas mulheres têm exercido em Curitiba a profissão de barbeiro!*
> *Nas Secretarias, no Congresso, nos bancos, nos cartórios, em casas comerciais, no Palácio da Presidência, trabalham datilógrafas, escriturárias e caixas. Há mulheres no telégrafo, telefone, revisão de jornais, no Correio (...) É muito comum ver-se em Curitiba senhoras e senhoritas guiando automóveis.*

Embora fosse raro, algumas mulheres já adentravam em alguns cursos da Universidade do Paraná, causando uma certa preocupação da concorrência no mercado de trabalho, conforme observa-se nas seguintes palavras:

> Não é séria. Essa concorrência que a mulher vem fazendo ao homem é desleal. Desleal e lesiva dos próprios interesses das Evas modernas cheias de ideias avançadas para...trás.
> Vamos à "discussão" do caso. Em toda parte, no comércio, na indústria, no funcionalismo público ou não, por todos os cantos de mete a mulher evoluída. O que acontece com isso? Os homens vão sendo desbancados nos empregos e são lesados os próprios pais, os próprios irmãos da costela que progride ou julga progredir (DIARIO DA TARDE, 1929, apud TRINDADE, 1996).

Para Trindade (1996) a ideia de uma maior participação da mulher na sociedade não abala a visão já consolidada que se tinha da mulher exercendo sua função primordial: mãe e esposa. Mesmo com a participação ativa das mulheres em vários setores de trabalho na sociedade, como fábricas, comércio, lavoura, a direção que se dava a elas era para o interior da família, para o lar, cumprindo com seu papel de esposa e mãe.

Entretanto, a circulação das mulheres em alguns cargos, como por exemplo, na polícia, era restrita. No documento[16] a seguir, pode-se verificar a relação nominal dos cidadãos que durante o 3º trimestre de 1910, foram nomeados para cargos policias. Nota-se que somente homens faziam parte do meio policial, excluindo-se as mulheres.

[16] Os dados da referida relação foram organizados pelo encarregado da seção de estatística Oliveira da Costa Lima e enviados ao Secretário dos Negócios do Interior pelo Dr. Estanislau Cardozo, chefe da Polícia.

FIGURA 1 – Relação de nomeados para cargos policias

Gabinete de Identificação e Estatistica

Relação nominal dos cidadãos que durante o 3º trimestre de 1910, foram nomeados para cargos policiaes:

NOMES	DATA		CARGOS	LOCALIDADES
	DIA	MEZ		
Manoel Joaquim Pereira	1º	Julho	1º Supp.	Barracão
Francisco F. Nascimento	5	"	Comm.	Curityba
Domingos N. Sobrinho	"	"	"	"
Joaquim Marcondes Pupo	8	"	"	S. A. Imbituva
Zeferino Galvão da Silva	"	"	1º Supp.	"
José Roiz Sampaio Almeida	"	"	Comm.	S. J. Pinhaes
Joaquim Taborda Ribas	21	"	S. Comm.	Bom Jardim
João Wenceslão da Silva	16	Agosto	3º Supp.	S. A. Platina
Nestor de Almeida	23	"	S. Comm.	Ponta Grossa
Benedicto T. Cordeiro	26	"	Comm.	"
José Agostinho da Silva	"	"	"	Rio Negro
Benedicto A. dos Santos	10	Setembro	2º Supp.	Ponta Grossa
João Vicente de Carvalho	"	"	"	C. de Abreu
Pedro Pinto de França	"	"	1º "	"
Joaquim Antonio da Silva	19	"	Comm.	Jaguariahyva
João Maciel Teixeira	27	"	1º Supp.	Rio Branco
Honorio Lourenço Miranda	"	"	2º "	"
Benedicto G. da Silva	28	"	"	Bom Jardim
Aprigio Ferreira do Rosario	"	"	"	"

Fonte: Relatório apresentado pelo Dr. Estanislau Cardozo, chefe da polícia, ao Secretário dos Negócios do Interior (1910, p. 127).

Em espaços da política, as mulheres também não tinham participação, como no caso desse exemplo na cidade de Ponta Grossa (PR):

> *[...] Faz publico na forma da lei, que em reunião havida hoje 30 de Dezembro de 1908, foram organizadas as mezas Eleitoraes Federaes pela maneira seguinte:*
> *1ª. secção, mesários Ricardo Ribas, Firmino José da Rocha, José Lustosa Ribas, Nestor Guimarães, Jayme Domingues Teixeira.*
> *Supplentes, Alfredo Guimaraes Villela, João Cavallin, Hygimo Rolim Ayres, Liberato de Almeida, Manoel Correa Baptista [...] (O PROGRESSO, ed. 261, 15 fev. 1910).*

O trecho noticia aos leitores do jornal a organização das mesas eleitorais, das quais eram compostas somente por homens.

Positivistas, liberais, Igreja Católica difundiam o discurso de valorização da maternidade, associando-o ao ideal de constituição da identidade nacional. As mulheres seriam responsáveis pela manutenção moral da família e pela educação de seus filhos. Consideradas como educadoras por natureza, poderiam exercer a profissão de professora, ensinando as crianças como se fossem seus filhos (RAGO, 2001). O magistério então, estaria ligado às ideias de maternidade, sendo essa a profissão bem quista e ideal para as mulheres.

É importante destacar que as mulheres foram também protagonistas nesse processo, aproveitando dessa oportunidade para se fortalecerem e conquistarem esse espaço. Exemplo disso é o da professora Julia Wanderley, que como citado em capítulo anterior, fez um requerimento de matrícula no curso normal de Curitiba, em 1891.

Guacira Lopes Louro (2001, p. 460) dá exemplo desse fortalecimento no espaço do magistério, por meio da fala de Almeida Júnior à Associação de Professores de São Paulo, em 1933:

> A mulher insinuou-se maneirosamente no ensino primário e foi aos poucos afastando o homem. As leis e as praxes a mantiveram arredadas por muito tempo da administração, alegando-se como elementos irremovíveis os excessos de sua afetividade e a insegurança e seu temperamento. Mas a resistência cedeu.

No entanto, as próprias mulheres ao mesmo tempo em que avançavam na defesa de determinadas questões, como, igualdade de direitos, ficavam presas no pensamento do contexto em que viviam. Como no caso de Mariana Coelho:

> *O sexo feminino, da mesma forma que o masculino pode, socialmente falando, subir a escada do progresso até onde as próprias forças intelectuais lhe permitam, sem jamais abandonar o seu primordial e simpático papel, que sempre representará, vitorioso, no lar – convertido em verdadeiro paraíso quando a mulher alia a uma sólida educação a qualidade indispensável de boa filha, esposa e mãe, trindade admirável que a diviniza fazendo dela o eterno símbolo encantador da ternura e da paz (DIARIO DA TARDE, 1901, apud TRINDADE 1996).*

Para o entendimento da escritora, feminista e educadora, a mulher atingiria a participação política se a educação contribuísse na formação voltada para uma boa esposa, boa mãe e boa filha. Uma educação completa, seria a que possibilitasse o desenvolvimento de todos esses papéis femininos.

Marx e Engels (2007, p. 94) afirmam que:

> A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas.

Em outras palavras, as ideias são produções, expressões da relação da atividade material do homem, da forma como ele vive, de como interage com outros homens, de suas necessidades. Ou seja, ao mesmo tempo em que Mariana Coelho avançou nas reflexões acerca da mulher, seu modo de vê-la também ficou atrelado ao modo de ver da sociedade daquele

contexto. Pode-se dizer a partir das palavras de Marx e Engels (2007) citadas acima, que Mariana Coelho, assim como os demais indivíduos, são frutos de seu tempo.

O desenvolvimento da industrialização no país, indicava que a escola deveria ser um lócus de instrução dos cuidados com o corpo, disciplina e higiene, constituindo componentes fundamentais no processo de criação de uma nova cultura escolar até então inexistente, cujo objetivo estava em implementar uma pedagogia higiênica voltada à formação do futuro operário. A escola transmitiria a formação moral burguesa, vista como necessária aos objetivos da indústria emergente. Esse novo ajustamento à construção de uma nova nação, traria alterações na educação feminina.

A educação não pode ser entendida como uma dimensão isolada, separada da vida social, ou seja, a educação está totalmente inserida no contexto em que surge e se desenvolve, expressando os movimentos contraditórios que surgem do processo das lutas entre classes e frações de classe (LOMBARDI, 2010).

Os homens produzem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob escolhas que são diretamente ligadas ao passado inseridas em condições que lhe são dadas. A partir de uma motivação inicial que são as necessidades básicas, o homem age sobre o mundo, conhecendo-o e transformando-o, ao mesmo tempo em que transforma. Como resultado desse processo, obtém-se o conhecimento, que é um processo histórico, socialmente construído (MARX; ENGELS, 2007).

Saviani (2000, p. 151) corrobora que a educação pode ser compreendida como uma prática social, que é definida nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais, permite compreender que "[...] a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão-de-obra (força de trabalho)". O sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, na medida em que o homem produz a vida material a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos. (SAVIANI, 1986).

Nesse sentido, a escola, criada no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, cumpre sua principal função educativa dos princípios de convivência em sociedade. Sobre isso, Saviani (2000, p. 163) explicita que:

> A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna, familiarizando-os com os códigos formais integrantes do universo da cultura letrada, e ao mesmo tempo capacitou-os, minimamente, a integrar o processo produtivo. A introdução da

> maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola primária.

As funções educativas atribuídas à escola, não se produzem naturalmente, pois são determinadas pelas contradições entre as classes sociais. Correspondente a isso, a divisão social do trabalho impulsiona uma divisão social da escola, ao constituir escolas próprias para a elite e escolas para a grande massa de trabalhadores e seus filhos.

Pode-se dizer, que a universalização da educação, processada na sociedade capitalista, dá-se de forma contraditória, por instituir escolas diferenciadas para classes sociais diferentes. A educação pública no período republicano, seria então, uma das vias pela qual seria difundido os ideais republicanos.

A educação das mulheres era desenvolvida nas instituições de ensino a partir de determinados objetivos, delineados pelos intelectuais aliados ao poder, que projetavam a educação. De acordo com Saffioti (2013, p. 291) dentro desse contexto "[...] os papéis sociais da mulher e suas necessidades de instrução eram percebidos em consonância com as reformas sociais e políticas que cada corrente de pensamento pretendia realizar".

A necessidade de educar as mulheres estava diretamente ligada à modernização, ao processo de higienização da família aliados à ideia da criação de um sentimento nacional vinculado a ordem e progresso. Segundo a autora supracitada:

> Se, por um lado, o ideal de educação doméstica se conservava, por outro, a necessidade da educação escolarizada para a mulher fazia sentir-se de maneira crescente. Obviamente, este processo não representava a consciência de que ela deveria receber educação idêntica à do homem, nem a equiparação social dos papéis tradicionalmente atribuídos a representantes de um e outro sexo (SAFFIOTI, 2013, p. 257).

Dada a importância atribuída à escola pela organização social do contexto, o magistério e a educação eram vistos como instrumentos essenciais para a formação de docentes que pudessem atuar no ensino. As Escolas Normais eram uma ferramenta para suprir a mão-de-obra de professores, já que a meta era que o ensino se expandisse pelo país. Almeida (2014, p. 70) menciona que a educação se ampliou quantitativamente

> E as escolas começaram a ser inauguradas: colégios católicos, escolas protestante e escolas públicas, todas herdeiras de um mesmo pressuposto: educar as mulheres para tornar melhores os homens, instruir futuras mães para que contribuíssem para a grandeza da pátria. Deveria haver uma educação básica como alicerce da moralidade e em seguimento a esse princípio, as mulheres seriam as principais indicadas para se incumbirem em modelar uma infância saudáveis, patriótica e livre de vícios que degeneram a raça e a sociedade (ALMEIDA, 2014, p. 70).

Entretanto, a ampliação das escolas se deu de forma lenta, como é possível notar na seguinte notícia retirada do jornal ponta-grossense, a qual demonstra a indignação da sociedade com a falta de escolas na região de Socavão, PR:

> *É grande a grita e lamentável a situação em que se encontra a infancia desta prospera localidade do município de Castro. São continuas as reclamações que daquella localidade recebemos e que vamos reenviando ao dr. Afonso Camargo, presidente do estado.*
> *Há fundo desgosto entre os moradores, e um prurido de revolta tal, que convém, para o caso, chamar a attenção do governo.*
> *Este, agindo com toda a prudência e circumspecção que o caracterizam, sem duvida levará em conta as nossas palavras ponderadas de aviso. Fomos informados que os paes de família, de Socavão, porque não têm escolas para seus filhos, estão indignados contra a cobrança da taxa escolar (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 1150, 03 set.1914).*

Na cidade de Tomazina, por exemplo, haviam somente dois estabelecimentos de instrução primária, um público para o sexo feminino e outro particular para o masculino subvencionado pelo Estado (PARANÁ, 1910, p. 148).

QUADRO 3 – Número de escolas primárias paranaenses por sexo[17]

Ano	Masc.	Fem.	Promíscuas
1894	32	26	69
1895	71	30	95
1896	82	34	106
1897	80	32	110
1902	58	29	109
1903	55	29	114
1906	61	28	129
1907	58	31	148
1908	65	35	147
1909	115	56	279
1910	78	41	162
1911	83	40	173
1912	89	64	156
1913	87	65	167
1914	79	63	176
1917	154	73	102

Fonte: Retirado do Relatório dos Secretários do Governo e organizado pela autora

[17] A ausência do número de escolas referente às datas do período republicano que não foram contempladas no quadro, justifica-se por não conter nos Relatórios dividido por sexo.

Por meio do quadro, nota-se que o número de escolas aumentou de forma lenta no estado. Além disso, o número de escolas primárias destinadas às meninas, cresceu em quantidade menor. As escolas promíscuas poderiam ser frequentadas por meninos e meninas.

A ênfase na educação como medida de modernização era tão grande, que em relatório enviado ao Desembargador Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, o promotor público Hugo Gutierre Simas (1910) descreve que a falta de escolas primárias é o fator que mais contribui para o crime. Nas palavras de Simas (1910):

> *É, era nosso modo de ver, resultado da observação, o factor que entre nós mais contribue para o crime é a falta de escolas primarias. Assim é que nas cidades, onde as escolas estão mais ou menos difundidas, a cifra dos delictos é relativamente deminuta. Digo – entre nós – porque nas grandes cidades é a a miséria – que é punida pelas nossas leis que fazem della um delicto – o fator primordial dos crimes.*
> *Pela fundação de escolas primarias o Governo, com um só golpe, suprimiria grande numero de delictos, filhos da ignorância apavorante em que vivem as nossas populações sertanejas, e a sua obra, atacando a causa, seria maior que a sua justiça que se atrofhia punindo os effeitos (...) (PARANÁ, 1910, p. 67-68).*

Mais adiante em seu relatório, escreve que:

> *Escolas primarias, é o bando que me ocorre como representante humilde do Ministerio Publico da minha terra, que com ella a cifra dos nossos annaes criminalogicos terá diminuido consideravelmente. Aproveitamos a índole mansa e pacifica dos nossos homens para, por meio de uma pequena cultura, iniciarmos a phase mais brillhante e eloquente de nossa vida democratica, formando os núcleos de uma população laboriosa, culta e pacifica, elementos seguros de um culto à ordem social, pelo reinado sereno da Justiça. (PARANÁ, 1910, p. 69-70).*

Dessa forma, as escolas primárias eram essenciais para a ordem, o progresso, a constituição de uma sociedade culta e pacífica. No entanto, existe uma contradição nessa questão, na medida em que o Estado proclamava a difusão do ensino, mas na realidade, as escolas eram instituídas de forma muito lenta nas regiões interioranas e menos desenvolvidas do país.

A necessidade de ampliar o ensino e formar a sociedade nos moldes do projeto de nação, fez com que se instituíssem Escolas Normais para aumentar o quadro de profissionais do estado. Assim, indicou-se a criação de uma Escola Normal em Curitiba, a qual foi criada pela Lei nº 278 de 19 de abril de 1870, com o objetivo de formar docentes do ensino primário.

No ano de 1876, obteve-se a autorização para criação de um Instituto e de uma Escola Normal. Entretanto, apesar da instituição desta escola, o magistério sofria desprestígio, salários eram baixos. Os homens passaram a se desinteressar pela docência. Tal situação, pode ser verificada nas palavras do Diretor Geral da Instrução Pública, retratada em 1882:

> *A Escola Normal do Paraná não funciona por falta de alunos. V.Ex . que compreende tão bem a necessidade que temos de um corpo docente idoneo, proporá sem dúvida ao corpo legislativo provincial, sérias medidas para melhorar o estabelecimento que deve preparar professsores para as nossas escolas. [...] Julgo que o único meio de que a província se poderá servir para conseguir com que a escola normal seja devidamente frequentada, está em dar maiores vantagens aos professores diplomados para essa escola, faciltando, ao mesmo tempo, aos atuaes professores os meios que habilitem a cursar as aulas desse estabelecimento [...] Para esse fim, imitando o que tem sido feito em outras partes do Império, conceder-lhes licença com vecimentos, ficando eles obrigados a deixar em suas cadeiras substituos idoneos, pagos a sua custa. Afim de que todos os professores sejam forçados a passar pela Escola Normal, poderá ser determinado um prazo razoável, findo o quel, aqueles que não houverem apresentado à matrícula, ou perderão o direito a suas cadeiras ou sofrerão qualquer ou pena severa que for considerada justa. (PARANÁ, 1882, p. 6).*

No mesmo relatório o Diretor da Instrução Pública Dr. Moyses relata favoravelmente a possibilidade do ingresso de mulheres na Escola Normal:

> *È um fato reconhecido pelos paises os mais adiantados que as mulheres são naturalmente mais bem dotadas que os homens para as funções de Ensino primario. Esta verdade é intuitiva desde que considerarmos que para ser mãe, a mulher deve conhecer todos os recantos do coração e do espirito da criança. [...] O magistério é uma carreira que oferece um modo de vida honesto que pode ser abraçado por muitas senhoras desamparadas e que servirá também de garantia felicidade domestica de famílias pobres. [...] Julgo que será de vantagem que a provincia ofereça maiores facildades as senhoras que queiram fazer o curso normal e nesse sentido, tenho a honra de repetir aqui a opiniçao que, verbalmente, já manifestei à V.Ex. sobre a idéia da criação de um pensionato normal para meninas, nesta capital. Nesse pensionato serão recebidas meninas pobres que queiram se dedicar ao magistério. A província encarregar-se-á de fornecer-lhes os meios necessários á vida, nesse estabelecimento, e a instrução Conveniente na escola normal. Aquelas que chegarem ao fim do curso serão obrigadas a ensinar na província um certo número de anos e, se preciso for, de seus ordenados futuros serão descontadas, pouco a pouco, as despezas que com elas possa ter feito a província (PARANÁ, 1882, p.7).*

Com o passar do tempo, as Escolas Normais de um modo geral, tornaram-se um espaço predominantemente feminino. Os homens buscaram áreas de trabalho mais valorizadas e melhor remuneradas, na medida em que as mulheres assumiram a função de professora primária. Foi no ano de 1891 que as primeiras mulheres passaram a frequentar o curso normal, e conforme o quadro abaixo, a partir de 1898, passaram a ser maioria:

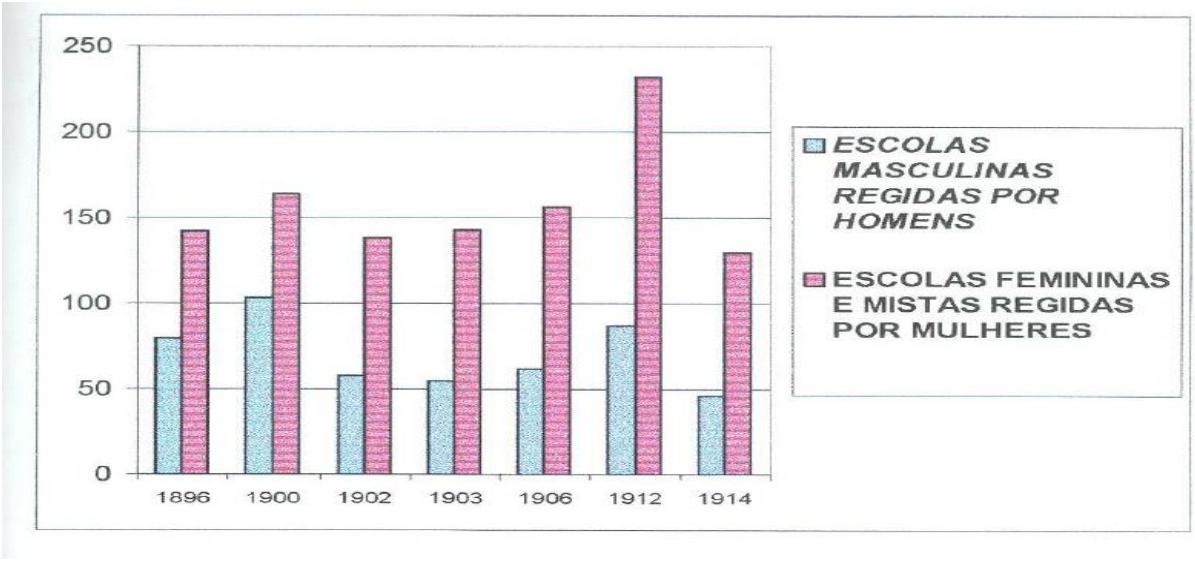
QUADRO 4 – Número de alunos e alunas na Escola Normal de Curitiba

1898	1 aluno e 24 alunas
1899	2 alunos e 30 alunas
1900	10 alunos e 21 alunas
1901	10 alunos e 25 alunas
1902	15 alunos e 51 alunas
1903	16 alunos e 80 alunas

Fonte: Dados retirados da dissertação de Tânia Mara Grassi (2003, p. 101) e organizados pela autora.

As mulheres passaram a ter predominância no curso normal e também no exercício do magistério, enquanto decresceu o número de escolas masculinas regidas por homens, conforme mostra o gráfico:

GRÁFICO 1 - Feminização do magistério no Paraná



Fonte: Relatórios dos Secretários da instrução pública de 1891 a 1924 apud (GRASSI, 2003, p. 110).

Enquanto as mulheres predominavam nos cursos normais, havia a ausência da presença feminina em outros espaços da educação, o que pode ser observado no relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Dr. Arthur Pereira de Cerqueira (1910), no qual consta que ao final do ano de 1910 concluíram o curso do Ginásio somente 4 alunos: Arthur Branco Ferreira dos Santos, Hastimphilo R. Loyola, Frederico Buys Mendes Ribeiro e Francisco Natel de Camargo, ou seja, somente homens formaram-se no Ginásio de Curitiba.

Segundo Almeida (1998), as mulheres foram adentrando ao magistério não apenas por vocação, mas porque a docência era vista como uma oportunidade digna de trabalho e de maior liberdade. O magistério possibilitava às mulheres conciliar seu trabalho com a vida privada, ou seja, com o lar.

Com o avanço das relações capitalistas e a nova estrutura social, o governo iniciou a criação de reformas[18] para solucionar os problemas educacionais mais graves.

[18] Segundo Thomas Popkewitz (1997, p 11), para fins de análise, os termos *reforma* e *mudança* podem ser diferenciados. Reforma "é uma palavra que faz referência à mobilização dos públicos e às relações de poder da definição do espaço público". Já mudança tem um cunho menos normativo e mais "científico", pois "o estudo da mudança social representa um esforço para entender como a tradição e as transformações interagem através dos processos de produção e reprodução".

2.2 AS REFORMAS DO ENSINO

Em 1901, foi sancionado o Decreto n. 93 (PR), que instituía que os professores primários deveriam dar exemplos de polidez e moralidade em seus atos, tanto na escola como fora dela; se esforçar para que os alunos adquiram hábitos de ordem, asseio e polidez, desenvolvendo o civismo; era vetado aos professores comerciar, advogar, exercer qualquer indústria ou profissão, salvo lecionar particularmente fora das horas de aula, qualquer matéria estranha ao programa de ensino primário.

Ainda segundo o Decreto (Art. 217), o curso da Escola Normal seria oferecido em 3 anos, composto pelas seguintes matérias: português, francês, aritmética, elementos de geometria, geografia e cosmografia, corografia do Brasil, especialmente do Estado do Paraná, elementos de história universal, história do Brasil e especialmente do Paraná, elementos de física e química, elementos de botânica, zoologia, agronomia e higiene, pedagogia, noções de moral, de direito pátrio e de economia doméstica, desenho, ginástica sob o ponto de vista higiênico, prendas domésticas para o sexo feminino.

Em relatório apresentado ao presidente de estado Dr. Francisco Xavier da Silva, o coronel Luiz Antonio Xavier, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública apresentou a necessidade de reorganizar a instrução pública, a fim de adequar aos princípios pedagógicos modernos:

> *Foi suspensa, ainda este anno, em virtude da resolução expressa do Poder Legislativo, a execução da lei n. 894 de 19 de Abril de 1909, já regulamentada, e que remodelava radicalmente, segundo um plano systematico, a organização desse serviço, sob todas as suas faces essenciaes.*
> *A mesma lei n. 944 de 4 de Abril deste anno, que determinou esta medida de suspensão, ao mesmo tempo dispoz, embora provisoriamente, a continuação da vigência do Regulamento que baixou com o Decreto n. 93 de 11 de Março de 1901 (PARANÁ, 1910, p. 13).*

Xavier (1910, p. 13-14) aponta que o regulamento citado, coloca o ensino público em situação de anormalidade, sendo que o problema poderia ser solucionado no momento de seleção do professor, que deveria ter: *"preparo intelectual, cuidadoso e conveniente, da perfeita integridade moral e da vocação decisiva para o magistério".*

Entretanto, a constituição do curso normal, de acordo com o Regulamento, não possibilitou cumprir com tal objetivo. Xavier enfatizou que seria necessário também separar os cursos Ginasial e Normal, já que tem objetivos formativos diferentes. Nas palavras do Secretário:

> *O curso do Gymnasio Paranaense, com efeito, é exclusivamente ministrado sob o ponto de vista doutrinário, afim de servir apenas de base para estudps superiores,*

> *aos que se destinam às differentes academias do Paiz, ou então como simples preparo essencial ao melhor exercício de qualquer profissão, publica ou liberal.*
> *Ao contrario disso o curso da Escola Normal é especialmente destinado à formação dos professores e, como consequência decorrente desse fim, no estudo de suas matérias disciplinares, o methodo deve ter um predomínio fundamental sobre a doutrina, exigindo-se sobretudo, como convém, a pratica do ensino mediante o systema melhor apropriado (PARANÁ, 1910, p. 15).*

Com relação ao Ensino Secundário, o Decreto nº 437 estabeleceu para os diretores e professores de escolas de ensino primário, secundário e profissional:

> *1º Franquear os seus estabelecimentos às visitas do Director Geral da Instrucção Publica, e do Inspector Escolar, assim como ao seu exame, os livros da respectiva matricula.*
> *2º Apresentar mensalmente ao Inspector Escolar mappas do movimento dos estabelecimentos, mencionando os nomes dos alumnos matriculados, com declaração da frequência, e das faltas durante o mez, bem com os dias em que deixaram de dar aula, e os motivos. Esses mappas, como o attestado do exercício passado pelo Inspector Escolar, serão por este remettidos ao Director Geral da instrucção publica para que n'elles ponha o seu visto, formalidade indispensável para o pagamento da subvenção.*
> *3º Remetter ao Directos Geral da Instrução Publica, por intermedido do Inspector Escolar, no fim de cada anno, um relatório sobre o estado do estabelecimento, acompanhado de um mappa contendo os nomes dos alunnos com as observações necessária sobre cada um (PARANÁ, 1910, p. 48).*

Em relatório enviado ao presidente do Estado do Paraná, João Ferreira Leite[19] (1911) argumentou que o Regulamento da instrução pública até então em vigor, não condizia com determinadas exigências daquele contexto e anunciou a necessidade de uma remodelação, a fim de a educação paranaense "progredir", elevando-a ao progresso e técnica dos demais estados do Brasil. A respeito das estratégias que estão dando bons resultados, Leite (1911) citou os professores subvencionados:

> *O ensino por meio de professores subvencionados também vae dando bons resultados, sendo preciso que fique organizando um grupo de dedicados servidores, fallando a lingua nacional e com bons conhecimentos das extrangeiras para, por meio de um ensino pratico e comparativo, se conseguir maior adiantamento dos alumnos e principalmente dos innumeros colonos que existem no nosso território despreocupados do nosso evoluir, das nossas attitudes politico-sociaes e só pensando em retirar da terra uberrima o necessario para a sua subesistencia (PARANÁ, 1911, p. 16).*

Com relação à imigração, esta foi incentivada pelo Governo para substituir a mão-de-obra escrava. A maioria dos imigrantes foram destinados para as lavouras de café, cuja produção necessitou de maior força de trabalho devido sua importância econômica.

[19] João Ferreira Leite passou a exercer o cargo de Secretário no dia 13 de Junho de 1910, já que o Coronel Luiz Antonio Xavier se aposentou em outubro do mesmo ano (PARANÁ, 1911).

Juntamente com o objetivo de substituição da mão-de-obra escrava, havia também o propósito de branquear a população brasileira por meio da imigração, sendo que o Estado deu preferência aos alemães, poloneses e italianos (NASCIMENTO, 2004).

Aos Estados, transmitia-se a ideia de progresso, cuidado e responsabilidade com seu território, aliado aos interesses da nação, unificadora de um povo. Nesse sentido, algumas estratégias eram realizadas pelo Governo, a fim de que o nacionalismo se consolidasse (HOBSBAWM, 1989). Uma dessas estratégias foi tornar o ensino da língua nacional obrigatório nas escolas, além de promover festas cívicas, "culto" aos heróis e símbolos nacionais.

A ideia de nacionalismo acentuou-se nesse período principalmente a partir da chegada de imigrantes no Brasil. Com a diversidade regional, foi preciso unir o povo. O nacionalismo, assim como o patriotismo ganharam força no final do século XIX e início do XX, sendo formas de consolidação do regime republicano. O Patriotismo era considerado

> *O que há de mais bello e mais puro, mais claro e mais evidente, no coração, na alma humana, é admiravelmente synthetisado pelo sentimento de Patriotismo, de Amor à Pátria.*
> *Como é grato de ver-se este sentimento nobre e grandioso, próprio do homem e com elle nascido, apoderar-se-lhe do espirito, do coração, com um enthusiasmo inédito, com uma alegria immensa, tornando-o às vezes titânico, impávido e heroe quase sempre [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1227, 4 dez. 1914).*

O civismo e patriotismo eram fortemente associados à educação, como espaço de difusão de uma "nova" moral positiva e evolucionista.

> *Revestiram-se do maior brilhantismo as festas levadas hontem a effeito em homenagem à gloriosa data da proclamação da Republica em nossa pátria.*
> *Antes das 14 horas, no Grupo Senador Correa, os alumnos desta casa de ensino cantaram um hymno comemorativo da data, abrilhantando esta festa a banda de musica Uniao e Recreio.*
> *A's 14 ½ teve lugar a passeiata annunciada, tendo comparecido com suas escolas, o professores srs. João Dias da Costa e Alcidio Ribeiro e D. D. Maria da Luz V. da Silva, Ocatacilia Hasselmann, Lucia Dechandt, Luzia Fernandes e Judith Macedo da Silveira.*
> *Fizeram se representar, tendo comparecido seus alumnos, das professoras D. D. Maria de Faria Branco e Sára Santos de Almeida.*
> *Deixaram de comparecer algumas escolas publicas.*
> *As escolas particulares e as associações, não obstante terem sido convidadas, não tomaram parte [...] (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 1211, 16 nov. 1914).*

Era comum e incentivado que as cidades realizassem desfiles cívicos, afim de estimular o patriotismo. A citação acima refere-se ao desfile cívico em comemoração ao dia 15 de Novembro, no qual principalmente as escolas e o quartel desfilavam.

Trindade (1996) aponta que nesse contexto, todos os esforços do Estado se voltaram para a formação do patriota nacional, com o objetivo de impedir que existissem outros

interesses, além dos da construção da nação brasileira. Dessa forma, a escola foi vista como um centro de formação da nacionalidade. "A educação pretende [...] impedir ou inculcar elementos de permanência na vida dos indivíduos, repelindo, no ambiente escolar, tudo o que seja representativo das forças políticas das outras nações - língua, tradições" (TRINDADE, 1996, p. 98).

Em relatório apresentado ao Dr. Marin Aloes de Camargo, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos (1912) informou que o Regulamento de 11 de março de 1901 que ainda estava em vigor não satisfazia as necessidades da educação paranaense, já que segundo Santos (1912) o Regulamento era incompleto, deficiente e anacrônico.

O Diretor da Instrução Pública ainda salientou que para atuar como professor, este deveria ter vocação e preparo técnico necessário para a função. E para que se tenha professores mais bem preparados, se fazia necessário separar a Escola Normal do Ginásio, bem como acrescentar mais um ano de formação no curso e criar uma escola Modelo anexa à Escola Normal, a fim de os alunos praticarem a profissão demonstrando *"afeto, carinho, solenidade do caráter particular*[20]*, bom humor e alegria" (PARANÁ, 1912, p. 5).*

Segundo Souza (2014) a Escola-Modelo destinou-se à prática dos alunos das Escolas Normais, funcionando como um campo de experimentação que promoveu a formação técnica dos professores. Além disso, "[...] atuou como centro de irradiação dos novos métodos de ensino – propriamente o método intuitivo ou lições de coisas – e, ainda como referência de organização da escola primária" (SOUZA, 2014, p. 105).

O professor deveria se esforçar para aguçar os sentidos das crianças, já que neste contexto acreditava-se que era por *"intermedio dos sentidos que as ideias penetrarão no cérebro" (PARANÁ, 1912, p. 6).*

Sobre o ensino do período, Santos (1912, p. 13) descreve que:

> *O ensino hodierno é mais concreto e mais pratico; e nessas condições justo é lembrar que as escolas devem ser dotadas de aparelhos taes de ensinamento material de modo que o alumno pela lei do menos esforço enriqueça o seu espirito sem fadiga nem cansaço.*

Mais adiante em seu relatório, descreveu que o fim da educação é:

> *Fazer da criança um homem útil a si mesmo, à sociedade e ao mundo, formal-a apta, polida, para o convívio social, harmoniosamente delineados os preparos de seu espirito pelo desenvolvimento de suas faculdades, tal é a funcção do professor nesse empenho a que se consagra, empenho salutar a benéfico para o futuro da pátria, se*

[20] O Relatório não traz a significação de "solenidade do caráter particular". Mas pode ser entendido como alguém que mantém uma postura respeitosa perante outras pessoas.

> *aquelle que o exerce tiver o seu espirito formado convenientemente para a realização do ideal (PARANÁ, 1912, p. 14).*

Em relatório do Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, apresentado ao presidente do Estado em 1913, verificou que o Diretor Geral da Instrução Pública, o Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, que até então, não implantou a reforma da educação paranaense, pois conforme seus argumentos faltavam recursos orçamentários para tanto. Dessa forma, o Regulamento de 11 de março de 1901 ainda estava em vigor.

Com relação às Leis sancionadas pelo Poder Executivo no ano de 1913, Santos (1913, p. 69, 70, 73, 75) mencionou várias, dentre elas, que se referem ao ensino:

> *N. 1239 de 26 de fevereiro. Crea diversas escolas publicas no Estado [...];*
> *N. 1246 de 5 de março. Declara que os bachareis em sciencias e letras do Gymnasio Paranaense poderão obter o titulo de normalistas desde que se sujeitem a prestar os exames das matérias do curso normal que se sujeitem a prestar os exames das matérias do curso normal não existentes no curso do Gymnasio e autorisa o Poder Executivo a admittil-os a exame vago das matérias que lhes faltam para completar o curso normal [...];*
> *N. 1247 de 5 de março. Autorisa o Poder Executivo a considerar validos para a Escola Normal os exames do Gymnasio que lhe forem correspondentes, prestados pelo bacharel Samuel Cezar de Oliveira e a permittir a sua admissão nos exames da segunda epoca [...];*
> *N. 1296 de 27 de março. Autorisa o Poder Executivo a permittir que diversos alumnos da Escola Normal prestem exames fora da época regular [...];*
> *n. 1309 de 4 de abril. Crea escolas primarias em diversos Municipios do Estado [...];*
> *N. 1314 de 5 de abril. Autorisa o Poder Executivo a subvencionar diversas escolas [...];*
> *N. 1337 de 10 de abril. Autorisa o Poder Executivo a permittir fora da época regulamentar, a admissão nos exames de sufficiência para a matricula na Escola Normal, de diversos candidatos [...];*
> *N. 1341 de 10 de abril. Autorisa o Poder Executivo a crear um grupo Escolar em Antonina e mandar construir o edifício respectivo; crea mais uma cadeira para o sexo masculino na mesma cidade [...].*

No relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco R. de Azevedo Macedo, apontou o que era necessário fazer para reorganizar o ensino público no Paraná: levantar o nível moral e intelectual dos professores em exercício do cargo, bem como melhorar a estrutura formativa da Escola Normal, estender o curso para quatro anos da Escola Normal visando a qualidade da formação dos futuros professores. O Diretor Geral constatou que as escolas contavam com docentes sem competência e vocação, por isso, sugeriu a instituição das Escolas Complementares; inspeção técnica das escolas; meios de executar a obrigatoriedade do ensino e a possibilidade do exercício da docência por mulheres em escolas de meninos. Segundo Macedo (1913, p. 23):

> *[...] só ha vantagem em que meninos até os dez annos sejam ensinados por mulheres e juntamente com as meninas. Isto é tão evidente que eu não me darei ao trabalho de demonstrar.*

> *Não duvido que possa justificar- se o facto de não se entregar a professores a regência de escolas para meninas; não o facto de não ser permitido que professoras dirijam escolas para meninos.*
> *É certo, que, em regra, as mulheres têm muito mais vocação para o ensino do que os homens; há da parte das professoras, mais solicitude no cumprimento dos seus deveres do que da parte dos professores, mais do que estes com toda a sua força physica, ellas são respeitadas pelos alumnos, devido à sua força moral sómente.*

Sobre a presença feminina no ensino, Louro (2001) corrobora que os defensores das mulheres na função de professoras, argumentavam que estas, tinham por natureza uma aptidão para o trato com as crianças, "[...] que elas eram as primeiras e 'naturais educadoras'" (LOURO, 2001, p. 450), dessa forma, ninguém melhor do que as mulheres para o posto de educadora das crianças.

Em 1914 instituiu-se o Decreto n. 350, que ampliou o tempo de estudos de determinadas matérias, do curso da Escola Normal; o horário das aulas ficou sob organização dos lentes do Ginásio e da Escola Normal; o estudo da Pedagogia passou a ser completado pela Prática Pedagógica feita diariamente, durante quatro horas; o aluno que reprovasse duas vezes numa mesma matéria ficaria com sua matrícula trancada; somente alunos com no mínimo 16 anos de idade poderiam se matricular.

No relatório para o Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Macedo (1914) argumentou que lhe pareceu oportuno que as alunas da Escola Normal adotassem um traje uniforme, sendo que as principais vantagens seriam: igualdade no vestuário de todas as alunas, na medida em que as alunas pobres não ficariam mais envergonhadas pelas suas roupas diante de outras alunas que usavam roupas de última moda; o uniforme evitaria preocupações frívolas da moda, que quando excessivas atrapalhavam os estudos e seriam incompatíveis com a missão de professora; o uniforme é um vestuário econômico, conforme a justificativa do Diretor.

Caracterizada como "escolas de mulheres", "[...] seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar menina/mulheres em professoras" (LOURO, 2001, p. 454).

No ano seguinte foi aprovado o Código do Ensino do estado do Paraná, por meio do Decreto n. 710 de 18 de Outubro de 1915. Dentre as suas disposições gerais, salientam-se: a obrigatoriedade do ensino primário para meninas de 7 a 12 anos e de meninos de 7 a 14 anos nas escolas públicas primárias, exceto para as crianças que residiam à distância de mais de três quilômetros da sede da escola urbana ou rural mais próxima; os professores deveriam dar aos alunos exemplo de pontualidade, assiduidade, energia, perseverança e amor ao trabalho, o comportamento na vida pública e privada deveria ser exemplar, deveriam tratar os alunos com

carinho e amenizar os trabalhos escolares; o curso da Escola Normal destinava-se à formação de professores das escolas infantis primárias e intermediárias do Estado, sendo que dentre as alterações, pode-se destacar o ensino de trabalhos manuais que se destinavam às meninas e consistia no ensino de cozinhar, bordar e outras atividades domésticas, bem como na prática de trabalhos aplicáveis ao ensino infantil. Deveriam ser ofertadas na Escola Normal aulas de ginástica sueca para meninos e meninas e exercícios militares, de esgrima e outros somente para os meninos (PARANÁ, Decreto nº 710/1915).

Auxiliando na construção do modelo da mulher que atende às necessidades do espaço público, mas que também cumpre com o trabalho do lar, a escola permitiu o contato com os saberes científicos sem deixar de enfatizar as aprendizagens voltadas ao doméstico. "Formar a mulher para a vida social não é nivelá-la, entretanto, ao homem no conteúdo dos conhecimentos, muito menos na área científica" (TRINDADE, 1996, p. 64).

O propósito de Enéas M. dos Santos (1916), Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, foi criar um grupo escolar[21] modelo na capital do estado, que passou a funcionar na Casa Escolar "Xavier da Silva[22]", com o intuito de dar início à prática dos métodos empregados nos grupos escolares paulistas. No grupo escolar Xavier da Silva funcionavam oito salas, divididas em seções masculinas e femininas, sendo que a exigência para os homens era ter praticado a docência em São Paulo e para as mulheres, exigia-se que fossem normalistas e que tivessem demonstrado *"decidida vocação pelo ensino" (PARANÁ, 1916, p. 5).*

Segundo Souza (2014) os primeiros grupos escolares foram criados em São Paulo, em 1893, a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade e em meados do século XX passaram a ser uma modalidade de ensino primário predominante no país, não obstante a existência e funcionamento das escolas isoladas.

Os grupos escolares eram instalados em edifícios próprios, cuja arquitetura era baseada nos estilos neoclássicos e ecléticos. Muitos grupos eram notados pela sua suntuosidade, beleza, comodidade. O ensino primário era oferecido em quatro anos, abarcando as disciplinas de educação física, intelectual e moral, visando a educação integral. Além disso, a organização pedagógica previa a adoção do método intuitivo, que era concreto, racional e ativo.

Baseado nas formulações de Froebel e Pestalozzi, o método intuitivo foca na observação para gerar o raciocínio, dessa forma, as atividades propostas pelos professores

[22] O Grupo Escolar Xavier da Silva foi o primeiro instituído em Curitiba, em 1903. O segundo foi o Grupo Escolar Vicente Machado, criado em 1904, na cidade de Castro (SCHRAM, 2014).

devem motivar o desenvolvimento da observação e da inteligência. Conforme apontamentos de Valdemarin (2014, p. 89):

> A superioridade do método intuitivo consiste na colocação de fatos e objetos para serem observados pelos alunos, criando situações de aprendizagem em que o conhecimento não é meramente transmitido e memorizado mas emerge no entendimento da criança a partir dos dados inerentes ao próprio objeto. O diferencial caracterizador das lições de coisas residiria, portanto, no procedimento didático de "colocar as ideias frente à necessidade de nascer".

Contrapondo-se ao ensino livresco, o referido método parte da premissa de que toda a educação deve começar pela educação dos sentidos, por isso, a observação e a experiência são fundamentais. Esse método foi visto por seus idealizadores como um instrumento pedagógico capaz de reverter as lacunas e ineficiências do ensino escolar que se ofertava até então (VALDEMARIN, 2014).

Outro decreto importante com relação à formação feminina, é o Decreto n. 548, de 8 de agosto de 1917, instituiu-se oficialmente a Escola Profissional Feminina, dirigida pela professora D. Maria Aguiar de Lima (PARANÁ, p. 18, 1917). A escola tinha como objetivo oferecer uma formação diferente da formação ofertada pela Escola Normal, na medida em que prepara as meninas para as artes, economia doméstica e prendas manuais, fato firmado no artigo primeiro do seu Regulamento:

> *A Escola Profissional Feminina da Capital é um estabelecimento diretamente subordinado ao Secretário do Interior e Instrução Pública, destinado ao ensino das artes, economia doméstica e prendas manuais a alunos do sexo feminino (PARANÁ, 1917).*

Pretendia-se oferecer uma formação diversa à educação difundida pelo ensino normal. Segundo Freitas (2011) normalmente quem se matriculava na Escola Profissional eram meninas da camada desprivilegiada da sociedade, cuja intenção era aplicar sua aprendizagem no mercado de trabalho, o que não excluiu o interesse de mulheres com melhores condições materiais em matricularem-se, já que poderiam aperfeiçoar o conhecimento acerca dos trabalhos domésticos.

FIGURA 2 - Aula de pintura da Escola Profissional Feminina de Curitiba, 1916

Fonte: Arquivo Público do Paraná.

A escola ofertava às alunas formação constituída por desenho, pintura, datilografia, corte e costura, bordados, fabrico de flores e ornamentação de chapéus e economia doméstica. Com relação às atividades de costura, Barreto (2007, p. 103), sugere que estas, estavam "[...] relegadas a um plano considerado inferior e eram destinadas às mulheres destituídas de dinheiro, conhecidas, na época, como 'pobreza envergonhada' sendo, portanto as artes da costura direcionadas às meninas pobres".

Segundo Fonseca (2001) embora as mulheres pobres vivessem

> Cercada de uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da 'mulher pública'. (FONSECA, 2001, p. 516).

Cercada por uma visão idealizada da imagem feminina, as mulheres pobres não poderiam se dedicar exclusivamente ao lar, pois suas condições materiais à projetavam a buscar um lugar no mercado de trabalho. Contribuindo com tal problemática, a Escola Profissional Feminina de Curitiba propôs a oferta de suas matrículas, a partir de 1917, seguindo as seguintes especificações:

> *Art 7º O ensino será eminentemente prático e distribuído nas seções constantes do art. 1º compreendendo quatro anos, sendo o último complementar;*
> *Art 8º O 1º ano abrangerá as seguintes seções:*

a – desenho
b – corte e feitio de roupas para senhoras (1 parte);
c – datilografia;
d – corte e feitio de roupas de uso doméstico.
Art 9º O 2º ano compreenderá as seguintes seções:
a – pintura
b – corte e feitio de roupas brancas para senhoras (completo);
c – rendas e bordados.
Art 10º O 3º ano terá as seguintes seções:
a – corte e feitio de vestidos para crianças;
b – fabrico de flores e ornamentação de chapéus;
c – arte culinária em todos os seus ramos e economia doméstica.
Art 11º O 4º ano destinar-se-á ao aperfeiçoamento profissional da seção que de preferência for escolhida pela aluna (PARANÁ, 1917).

Mesmo focando na formação da mulher trabalhadora, não desvinculava-se a relação da figura da mulher do lar. Trindade (1996) menciona que a Escola Profissional Feminina de Curitiba acolheu mulheres de diferentes categorias sociais: "[...] senhoritas casadouras preparam enxovais; jovens egressas de grupos economicamente favorecidos produzem para a comercialização; moças pobres adestram-se na prática de um ofício" (TRINDADE, 1996, p. 55).

A escola colaborou com conhecimentos que aperfeiçoavam as habilidades manuais das mulheres, sendo que ao mesmo tempo em que oportunizou melhores chances de buscar um bom casamento, também profissionalizou aquelas que necessitavam de emprego.

No ano de 1920, o Inspetor Geral do Ensino Cesar Prieto Martinez, além de outras considerações, providenciou a separação da Escola Normal do Ginásio, sendo esta uma das primeiras medidas tomadas em sua gestão, na medida em que a justificou pela missão distinta de cada instituição. Com isso, várias matérias foram estendidas ao 3º e 4º ano, com o objetivo de melhorar a formação dos professores. Além disso, possibilitou que a prática pedagógica pudesse ser realizada no grupo escolar que foi criado anexo à Escola Normal conforme os moldes das escolas paulistas.

No edifício inaugurado, denominado de Palácio da Instrução, nome que recebeu a Escola Normal passou a funcionar além das aulas da Escola Normal, *"o grupo modelo annexo, o curso intermediário e duas escolas isoladas, modeladas pelo padrão que deve formar os demais estabelecimentos desse gênero" (PARANÁ, 1920, p. 17).*

No dia 07 de setembro de 1922, foi inaugurado o Palácio das instruções, sendo que o curso normal teve início no ano seguinte, "com currículo próprio, cujas matérias foram distribuídas em um curso geral, com 3 anos de duração e um curso especial, com 2 anos e meio" (MIGUEL, 2008, p. 14). "Nas Bases Educativas da Escola Normal e dos objetivos do ensino, bem como nas medidas de organização da referida Escola, estava implícita a concepção de

educação como o molde do caráter do povo fundamentado na tríplice base: higiênica, cívica e moral" (MIGUEL, 2008, p. 15).

Miguel aponta que a reforma de 1923, institucionalizou a formação de professores no Paraná, na medida em que o Curso Normal configurava-se como profissionalizante, funcionando num espaço próprio (MIGUEL, 2008).

2.3 O CURRÍCULO

Em 1913 o currículo da Escola Normal era dividido em três anos e contava com as seguintes disciplinas no 1º ano: Aritmética; Português; Pedagogia e Francês. No 2º ano: Geometria; Geografia; Francês; Pedagogia; Português e Física. No 3º ano: Rev. Português e Aritmética; História Natural; Pedagogia; Prendas; Música e História Universal (PARANÁ, 1913).

Em 1914, por meio do Decreto n. 350, assinado pelo Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque, o currículo da Escola Normal passou por reformulações, passando a ofertar o curso normal em 4 anos, sendo as disciplinas assim distribuídas: 1º ano: Português; Francês; Aritmética; Cosmografia e Geografia Física; Desenho linear; Música e Trabalhos manuais. 2º ano: Português; Francês; Aritmética, acrescida de noções de Álgebra, até Equações do 1º grau; Geografia Política; Pedagogia, parte geral; Geografia plana; Desenho de objetos; Música e Trabalhos manuais. 3º ano: Português; Corografia do Brasil; História Natural; Geometria no espaço; Pedagogia, parte especial; História da civilização; Desenho de objetos de ornatos; Música; Trabalhos manuais. 4º ano: Noções de Moral, Direito Pátrio e Economia Política; Higiene e Agronomia; História da civilização no Brasil, especialmente no Paraná; Física; Química; Prática Pedagógica, inclusive Ginástica Escolar (PARANÁ, 1914).

É notório nessa reforma curricular, a ênfase e importância dada à disciplina de trabalhos manuais, além disso, nota-se a presença do ensino de Noções de Moral e Higiene. Sobre isso, Trindade (1996, p. 28) afirma que no início do século XX, pretendia-se "[...] difundir a ética e a fé, enaltecer o progresso e o trabalho; distribuir a disciplina e a ordem, incentivar o civismo e introduzir a saúde e a higiene". Ainda segundo a autora:

> Na mulher republicana a escola pretende desenvolver atributos que a tornem apta a exprimir uma face interna e intimista, voltada à manutenção da unidade familiar, e uma figura externa e pública que preencha os interesses da sociedade e da Nação. A primeira compõe a "mulher interior", contida, restrita aos espaços domésticos e ao círculo da parentela; a segunda, a "mulher manifesta", aberta aos espaços do mundo social, do mercado de trabalho e da comunidade política (TRINDADE, 1996, p. 31).

De acordo com as necessidades políticas, sociais e econômicas do contexto, pretendia-se "construir" um modelo de mulher que pudesse tanto atender as exigências do lar, quanto colaborar com a construção do Estado. Tendo em vista que a educação estava sob o poder da classe dominante e que, consequentemente, atendia a seus interesses, a República manipulava e dava os encaminhamentos da educação conforme o projeto de estado que se pretendia. Na medida em que se pretendia a "construção" da mulher que atendesse tanto as funções do lar, como as necessidade econômicas, políticas e sociais da época, era preciso difundir também por meio do currículo, o pensamento e concepção da classe dominante.

O Código de Ensino de 1915 apenas alterou as disciplinas de Física e Química para o 3º ano e, em 1920 algumas matérias foram estendidas ao 3º e 4º anos. Segundo Martinez (1920, p. 16) o programa de Pedagogia passou, a título de experiência, pela seguinte reforma que compreendeu: Antropologia e Pedagogia no 2º ano; Psicologia infantil aplicada à educação no 3º ano; Metodologia Geral e História da Pedagogia no 4º ano.

No ano de 1922 a Escola Normal foi separada do Ginásio Paranaense, sendo consolidada como escola feminina (GRASSI, 2013).

Colocando a mulher como peça importante na construção da sociedade liberal republicana, o Diretor da Escola Normal, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa (1923, p. 130) teceu as seguintes palavras:

> *Portanto, é fatal e promissor: à mulher paranaense está reservada a nobre missão de assegurar aos escolares, uma educação racional e de lhes ministrar o mínimo de conhecimentos concretos úteis e que os inicie na vida laboriosa e fecunda, e que torne cada paranaense um fator real do progresso brasileiro. Ninguém mais apto que a mulher para o exercício de tão nobres e misteres e a formação da mulher mestre deve ser o objetivo primordial das nossas Escolas Normais.*

Tanto a escola, quanto a mulher, foram utilizadas como veículo de reprodução dos objetivos do Estado. A escola é o lócus de transmissão dos ideais liberais e a mulher é a formadora "das futuras gerações".

Sobre a transmissão das ideias republicanas por via dos professores, é possível notar essa questão nas palavras de Martinez (1921, p. 51):

> *[...] Convem ainda difundir ideias e medidas relativamente a hygiene escolar, meios de contagio das moléstias mais comuns e perigosas, medidas praticas para debelar o mal, etc. [...]*
> *É necessário que o professor, conhecendo bem o assumpto, esclareça seus alumnos sobre os perigos a que nos expomos, em virtude de desconhe-los, qual a marcha*

> *seguida pelos diferentes males que facilmente se propagam, como combate-los e, sobretudo como evita-los.*

A higiene escolar, o combate à propagação de doenças e epidemias, o asseio corporal estava ligado ao moderno e modernizador. Dessa forma, seria uma estratégia educar e transmitir novos hábitos profiláticos e de higiene para as crianças das escolas, as quais passariam o conhecimento adquirido para as famílias.

A formação de uma consciência sanitária era fundamental para o desenvolvimento da escola, das crianças e da sociedade. Para disseminar as ideias higienistas, em 1920, Martinez solicitou a implementação de um curso elementar de higiene gratuito, com duração de dois meses, para os professores do Paraná, que acontecia no salão nobre do Gymnasio Paranaense (LAROCCA, 2009).

Entretanto, os médicos Barros de Barreto, Luiz Medeiros e Francisco de Paula Soares argumentam que era preciso ir além, pois:

> *Não basta o que se tem feitos até aqui [...] O assumpto exige cuidados serios, recursos maiores. Com a remodelação da Escola normal do Estado, uma cousa não deveria ser esquecida; a creação de uma cadeira de hygiene independente e não, como está, ligada, subordinada e sacrificada pelo ensino da historia natural. Somos os primeiros a reconhecer os esforços do illustre profissional, a quem está affecto o ensino de tal disicplina; no emtanto, dada a extraordinária importância que o assumpto reveste, hoje em dia, e o simples facto do ensino da hygiene estar subordinado ao da historia natural, a ninguem é dado concordar quanto á efficiencia de um curso assim feito, pois, cada um dos programmas a ser vencido, bastará para prender as attenções e o tempo de um professor (ARCHIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, Ano III, set. 1922, n. 5, p.191-193).*

De acordo com os médicos, seria mais relevante e traria maiores resultados se fosse criada uma disciplina para os estudos que envolvessem a higiene. Enquanto isso não acontecia, as normalistas recebiam visitas de médicos paranaenses para tratarem sobre o assunto. Dessa forma, as futuras professoras poderiam transmitir seus conhecimentos acerca do higienismo para seus alunos, participando da construção de uma consciência sanitária nacional (LAROCCA, 2009).

O novo projeto de nação previa a expansão das Escolas Normais para formar professores do ensino primário. Entretanto, no Paraná, até o fim da década de 1910, existia somente uma Escola Normal.

Nesse contexto, faziam parte do Paraná, vinte e uma cidades, as demais localidades eram vilas ou povoados. Dessa forma, o governo considerava as regiões do litoral, Curitiba e campos gerais como as mais desenvolvidas e preparadas para receber escolas de formação de professores.

Fato que pode ser visto nas palavras de Martinez (1923):

> *Considerando ainda que uma Escola Normal na capital é insuficiente, pois que do interior dificilmente se encaminham candidatos; e mais ainda que os professores aqui formados não deixam a capital, preferindo permanecer na expectativa de uma colocação no centro, ou desistindo, em busca de outro rumo; ficando, como consequência, sem professores a zona afastada do litoral e do interior, servida exclusivamente por pessoal leigo, com graves prejuízos para o ensino, alvitrei a criação de mais duas escolas: uma em Ponta Grossa e outra em Paranaguá (p. 24).*

A escolha das cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá para a institucionalização das Escolas Normais se justificam por terem sido cidades mais desenvolvidas economicamente e por estarem estrategicamente localizadas. Entretanto, as demais regiões não possuíam curso de professores, o que se tornava um problema para as pessoas que tinham a intenção de fazer o curso normal, mas que não tinham condições de se deslocarem com frequência até as regiões mais populosas.

Referindo-se à cidade de Ponta Grossa (PR), Anita se posicionou sobre a educação nas seguintes palavras:

> *"[...] para frequentar o curso secundário na capital poucos paes podem arcar com as despesas [...] Seria prematuro reclamar universidades ou academias no Paraná onde se salientassem mulheres como Mne. Curie Lente da Sorbonne, Luiz e Jacobsen na Dinamarca, Anna Rogstad membro do Parlamento na Noruega e ultimamente até uma secretaria da legação, Clotilde Luici, nomeada pelo Governo do Uruguay para a respectiva legação em Bruxellas" (O PROGRESSO, ed. 595, 08 ago. 1912).*

O trecho citado, além de mostrar a sintonia e atualização de Anita Philipovsky com os acontecimentos de outros países, revela apontamentos que contrariam a situação educacional das mulheres daquele período. Na medida em que, se houvesse interesse da população feminina frequentar um curso secundário, teria que ir para Curitiba, o que era impossível para as famílias que não tinham condições de manter seus filhos em outra cidade.

Na tentativa de resolver o problema dos interessados em cursar o ensino normal, mas que não podiam se deslocar até as regiões mais populosas, instituiu-se a Lei Orgânica do Ensino Normal, mas somente em 1946 (DECRETO-LEI nº 8530).

Desse modo, considerando a discussão posta nesse capítulo acerca da escolarização feminina no Paraná e desse trecho retirado de sua crítica, é possível visualizar o projeto de educação que Anita teceu críticas. Pois dentre outras limitações, as escolas tinham condições estruturais precárias; os cursos secundários inicialmente existiam apenas na capital, dificultando o acesso para todas, que acabavam optando pelo curso normal, entretanto, o magistério existia apenas em Curitiba. Além disso, Anita sinalizou a falta de universidades no

Paraná que pudessem formar também o público feminino, pois a primeira universidade do Paraná, a Universidade do Paraná, passou a funcionar apenas em 1913 (CAMPOS, 2009).

Ao citar um grupo feminino como “Mne. Curie, Luiz e Jacobsen, Anna Rogstad, Clotilde Luici” Philipovsky entende que as mulheres poderiam ocupar cargos “importantes” na sociedade e também circular em outros espaços sociais, e não somente no magistério.

CAPÍTULO 3
ANITA PHILIPOVSKY E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM PONTA GROSSA: QUE FONTES TIVERAM AS MULHERES PARA SACIAR A SEDE DE SABER?

Este capítulo tem o propósito de identificar as condições materiais que favoreceram a projeção de Anita Philipovsky como escritora, identificar os espaços que a escritora ocupou para exercer sua crítica social. Além disso, considerando os elementos denunciados por Anita sobre a educação ponta-grossense do início do século XX, esse capítulo pretende discutir sobre as condições educacionais oferecidas à sociedade ponta-grossense, especificamente para as mulheres.

3.1 A ESCRITORA; A CRÍTICA E A EDUCAÇÃO FEMININA EM PONTA GROSSA

Anita Branco Philipovsky nasceu no dia 2 de agosto de 1886[23], em Ponta Grossa, filha de Carlos Leopoldo Philipovsky (1846-1915) e de Maria Nascimento Branco Philipovsky (1849-1945). Neta de José Joaquim Pereira Branco[24], dono de terras na região de Ponta Grossa e vereador da cidade de 1857 até seu falecimento (SANTOS, 2002). Carlos Philipovsky nasceu em Viena[25], estudou engenharia e

> Ocupou o cargo de engenheiro da Estrada de Ferro Rainha Elizabeth, sendo mais tarde nomeado chefe do Escritório Central em Budapeste, capital da Hungria, e da Estrada Real do Império da Áustria, até 1872. Foi contratado pelo governo imperial brasileiro para trabalhar como ajudante do engenheiro-chefe da construção da estrada de ferro de Macaé a Campos. Durante a permanência nesse cargo, conheceu o Barão de Capanema, diretor geral dos Telégrafos, sendo convidado pelo mesmo a ocupar o cargo de engenheiro construtor da linha telegráfica de Antonina a Iguape; fora nomeado em 1º de março de 1875, como inspetor de 3ª classe e promovido a 2ª classe em julho do mesmo ano [...]
> Durante a construção das estradas de rodagem de São Luiz a Ponta Grossa, foi, em 1º de setembro de 1893, nomeado diretor do serviço de construção da estrada de Imbituva a Guarapuava, cargo que causara sérios danos à sua saúde, sendo então, nomeado ao cargo de inspetor encarregado da secção de Ponta Grossa e Palmas. Em 1880, contraiu matrimônio em Ponta Grossa, com D. Maria Nascimento Branco, aqui fixando residência [...]
> Em 1880, hospedara em sua residência, o Imperador D. Pedro II, quando este visitara a Colônia Tavares Bastos, em Ponta Grossa. Em agradecimento à família Philipowski, a Princesa Isabel enviou-lhes uma foto sua, em companhia de Conde D'Eu e seus

[23] É possível encontrar variações tanto da data de nascimento, quanto ortográficas do nome de Anita. Para tanto, utilizou-se a data e o nome contidos em sua certidão de óbito, que pode ser encontrada nos anexos. Faleceu em 1967.
[24] Informação contida também na certidão de óbito da mãe de Anita, nos anexos deste trabalho.
[25] Nacionalidade contida em sua certidão de óbito, nos anexos deste trabalho.

> filhos. Também recebia cartões com mensagens de várias regiões do globo, portanto era um homem conhecido pelo trabalho que exercia (WALDMANN, 2013).

Anita e sua família moravam numa fazenda distante da cidade, o que dificultava que sua educação acontecesse numa escola. A família contratou professores que eram em sua maioria estrangeiros, os quais passaram a residir na fazenda. Esses professores foram responsáveis pelo ensino básico, ensino de alemão e francês, artes, música (cítara) e pintura.

Foi uma filha muito apegada ao pai, que demonstrava ser inteligente e possuidor de grande cultura. Foi o maior incentivador da filha nos estudos, o qual também estimulou a leitura de forma significativa, por meio de uma rica biblioteca que possuía em casa.

FIGURA 3 – Anita Philipovsky

Fonte: *Diário dos Campos*, ed. 1477, 23 out. 1915.

Em virtude do falecimento de seu pai, a produção literária da poetisa passou a declinar, quando cessou, em 1945, com a morte de sua mãe[26]. Manteve-se solteira durante a vida e não teve filhos. Sobre isso, Perrot (2007, p. 46) argumenta que:

> Não era simples manter-se na condição de jovem solteira, neste período, com as restrições do corpo e do coração, quase sem liberdade de escolha quanto ao seu futuro, seus projetos amorosos, exposta à sedução, à maternidade indesejada, impedida de procurar o pai da criança. Ápice do "estado da mulher", o casamento era a condição normal da grande maioria das mulheres [...] O celibato era considerado a situação das desprezadas, "das solteironas", que seriam boas tias (deixando herança) ou intrigantes temíveis.

Não foi possível identificar se Anita não casou por opção, mas conforme a citação acima, o casamento era o ponto alto da vida de uma mulher.

Nos últimos anos de sua vida recolheu-se em sua residência, passando a prover a vida por meio de bordados e aulas de música. É importante destacar que Anita teve a possibilidade de trabalhar com bordados e aulas de música, devido às condições de educação que sua família proporcionou em sua infância (SANTOS, 2002).

Anita teve como professora de pintura, Giovanina Bianchi, que como ela própria mencionou numa entrevista concedida ao jornalista Raul Gomes, foi uma mulher que circulou no meio literário, colaborando de forma significativa. *"Raul Gomes: Das vossas amigas que escrevem qual a que produz mais? Anita Philipovsky: Giovanina Bianchi, que com brilhantismo já collaborou na "Folha Rósea" e tem de sua lavra uma belíssima série de poesias" (O PROGRESSO, ed. 594, 6 ago. 1912).*

A poetisa aponta que seu primeiro texto publicado "A legenda do ciúme", foi resultado da influência de sua professora Giovanina Bianchi[27]:

---

[26] Após o falecimento de sua mãe, Anita morou na casa de sua irmã Clara. Segundo Santos (2002) Anita foi se isolando e destruiu seus escritos, dentre eles, alguns inéditos, devido à indiferença das pessoas com sua obra. Wanke (1999, apud PINTO e DENIPOTI, p. 252) sustenta que a escritora perdeu seu primeiro livro de poemas na oportunidade de publicá-lo, pois a gráfica incendiou. Ainda segundo o autor, Anita teria enlouquecido, jamais voltando a si.

[27] Também conhecida como Gina Bianchi, nasceu na Itália em 1867 e faleceu em Curitiba em 1956. Foi pintora, desenhista, poetisa, escritora e professora. Chega ao Brasil em 1899. Em 1900, casa-se com Edoardo Bianchi, em São Paulo/SP. Colabora com o *Jornal Fanfula* durante muitos anos e obtém vários prêmios literários, embora as artes plásticas sejam predominantes em sua preferência. Aprende a pintar com Ercília Marcori Cecchi, italiana que tinha vindo ao Brasil para decorar a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Em 1910, os Bianchi mudam-se para Ponta Grossa/PR; Gina e Ercília abrem uma escola de desenho e pintura, freqüentada pelas moças da sociedade local. Quatro anos mais tarde, fixam residência em Curitiba/PR, no Palacete Wolf (atual sede da Fundação Cultural de Curitiba), transferindo a escola para esse endereço. Entre os alunos que ali estudam está o jovem Theodoro De Bona. Gina participa de exposições de arte decorativa, tapeçaria, bordados e pintura, tanto em Curitiba quanto em São Paulo. Na pintura, dedica-se à natureza morta, com especial preferência pelas rosas, daí ser chamada de *Fada das Rosas*. Entre 1928 e 1932 mora na Itália, período em que faz restaurações de capelas, estátuas e estatuetas. Retorna ao Brasil, onde dá continuidade à sua arte. Disponível em: < http://www.artesnaweb.com.br/index.php?pagina=home&abrir=arte&acervo=448>. Acesso em: 26 mar. 2018.

> *Raul Gomes: Há tempo que escreveis?*
> *Anita Philipovsky: Há um ano aproximadamente. Numa dessas noites de inverno, que para nós não tem a boa palestra de intimidade nas cidades se gosa "au coin du feu"; que no campo são monótonas e parecem intermináveis, tornando-se indispensável a cada um qualquer distracção para combater o tédio, eu experimentei escrever o meu primeiro conto. E depois escrevia sempre. Mas não daria nunca a publicação os meus modestíssimos escriptos se a isso não me instigasse minha professora de pintura, d. Giovanina Bianchi, à quem dediquei inédita a primeira produção minha que foi publicada – A legenda do ciúme – que os redatores d' O Progresso tiveram a benevolência de inserir nessa folha acompanhadas de algumas palavras animadoras para mim. Confesso, porém, que foi muito receosa que enviei essa composição à redacção; temia, em vista do seu nenhum merecimento, ver o meu envolto n'uma crítica; decerto justa, mas sempre incomoda (O PROGRESSO, ed. 594, 6 ago. 1912).*

Ao publicar seu conto no *Diário dos Campos*, dedicou-o à Geovanina Bianchi. Nota-se que a poetisa circulou entre pessoas pertencentes à elite ponta-grossense e principalmente, entre mulheres que já faziam parte do meio intelectual da cidade, facilitando a entrada de Anita nesse meio.

Bueno (2010) comenta que no Paraná do final do século XIX e início do XX, houve um entusiasmo literário. A referida autora explica que, em virtude da intensificação da vida social nesse período, ocorreu significativa ampliação cultural que se deu principalmente entre as camadas de posses da sociedade. Aliado à veiculação de ideias críticas sobre as relações sociais e a crescente industrialização, os jornais se expandiram. Vieira (2007, p. 13 apud Bueno, 2010, p. 65) aponta que a imprensa permitiu a circulação de debates, posicionamento de personagens ilustres e anônimos. Embora a importância das letras tenha aumentado nesse período, a participação das mulheres ainda era rara.

Sobre o meio literário, Philipovsky comenta em entrevista à Raul Gomes:

> *Raul Gomes: Há em Ponta Grossa um meio literário?*
> *Anita Philipovsky: Creio poder responder affirmativamente. Não constituem esse meio um elevado numero de elementos, porém entre eles alguns bastante e merecidamente considerados no mundo intellectual paranaense, e que com educação digna de louvor mantem a folha lieterária que aqui se publica, e outros, que ainda principiantes, mas que pelo talento e applicação ao estudo promettem um futuro bastante lisonjeiro para a literatura pontagrossense (O PROGRESSO, ed. 594, 6 ago. 1912).*

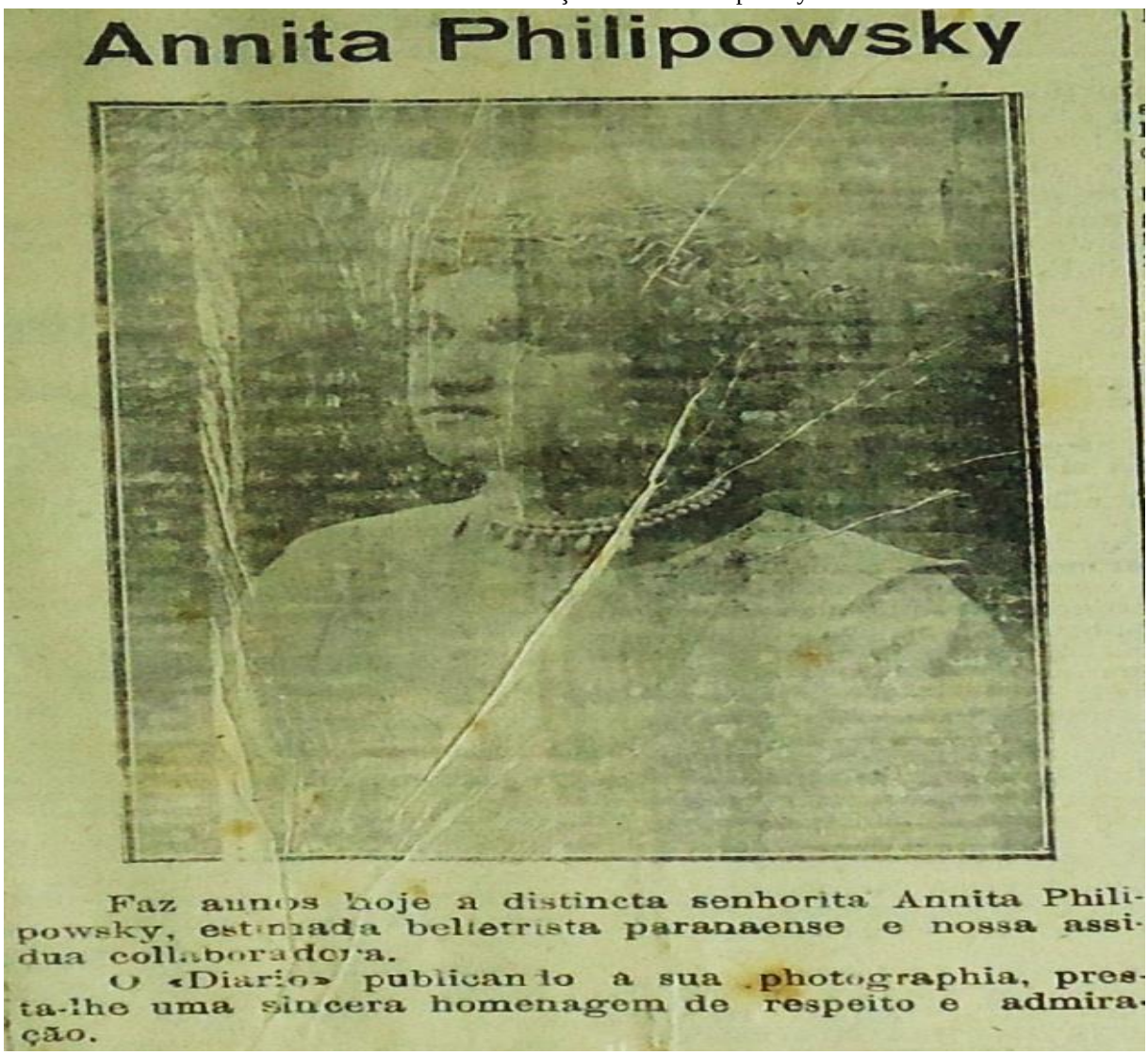
As mulheres cronistas publicavam em periódicos locais, principalmente sobre assuntos considerados femininos, como moda e casamento. Essa foi para as mulheres, uma das entradas no campo literário. Como é o caso da já citada escritora, feminista e educadora Mariana Coelho[28], a qual iniciou seu trabalho na imprensa escrevendo sobre moda (BUENO, 2010).

[28] Coelho nasceu em Portugal em 1872 e chegou em Curitiba em 1892. Dentre suas ações, fundou em 1902, o Colégio Santos Dumont na capital paranaense. Faleceu em 1954 na capital paranaense (BUENO, 2010).

Anita Philipovsky, ao contrário de Coelho, não “passou” por uma coluna de “assuntos femininos”, publicou desde o início seus poemas ou crônicas, mas que nada tinham em comum com apontamentos sobre moda ou casamento. A poetisa escrevia sobre suas impressões acerca de determinados assuntos, sua cidade natal, lugares que passou. Sua produção é construída de “intermitências entre momentos de encantamento e momentos de profunda tristeza” (SANTOS, 2002, p. 41), sendo que os títulos dos seus escritos revelam por si só seus conteúdos: “Paisagem, Flores, A cruz do ermo, Saudade, Rompimento [...]” (SANTOS, 2002, p. 41).

A homenagem do *Diário dos Campos* à seguir, prestada à Anita em virtude de seu aniversário, mostra a estima por parte do jornal e a forte participação da escritora em suas páginas, que em 1912, publicou seu primeiro texto, que como já mencionado, foi dedicado à sua professora de pintura. É importante destacar que o *Diário dos Campos*, foi um grande influenciador da opinião pública ponta-grossense (CHAVES, 2015).

FIGURA 4 – Felicitações à Anita Philipovsky


Annita Philipowsky

Faz annos hoje a distincta senhorita Annita Philipowsky, estimada bellettrista paranaense e nossa assidua collaboradora.

O «Diario» publicando a sua photographia, presta-lhe uma sincera homenagem de respeito e admiração.

Fonte: DIARIO DOS CAMPOS, ed. 1698, 2 ago. 1916.

Com relação à dedicatórias contidas nos textos das escritores do período, Bueno (2010) relata que Mariana Coelho manteve uma rede de sociabilidade, a qual permitiu que suas produções fossem publicadas e bem recebidas. Essa rede pode ser vista por meio das dedicatórias. Este hábito de publicar textos dedicados a alguém, era uma prática comum entre os escritores, que funcionava como uma estratégia de divulgação da produção, e ao mesmo tempo era uma forma de manter o vínculo editorial.

Assim como Coelho, Anita também publicou alguns de seus textos com dedicatórias: "Legenda do Ciúme, dedicado à Giovannina Baldisseri Bianchi; Colloquio Intimo, dedicado à Maria da Luz Pupo; Minimo, dedicado ao Sr. Alcidio Ribeiro; A Recompensa, destinado ao sr. Julio Pernetta"[29], dentre outros.

Com relação à cidade natal de Anita Philipovsky, historicamente, Ponta Grossa-PR, origina-se da tradição tropeira, ou seja, por

> [...] estar no caminho das tropas, foi se organizando economicamente pela atividade pastoril, servindo também de passagem de "invernagem" do gado que ia ser vendido na feira de Sorocaba. As fazendas, [...] foram se formando nos Campos Gerais, juntamente com a abertura dos Caminhos, organizando e realizando atividades de subsistência dos Campos Gerais (NASCIMENTO, 2004, p. 19).

A região ponta-grossense foi passagem dos tropeiros que saíam do Rio Grande do Sul para vender gado em São Paulo. Fazendas e pequenas povoações foram surgindo gradativamente ao longo do Caminho dos Tropeiros, bem como comerciantes motivados a gerar renda com o suprimento das necessidades dos tropeiros.

O acesso entre uma vila e outra era limitado, fazendo com que a economia natural se sobressaísse. Assim como os homens, as mulheres também integravam a produção da subsistência da família, por meio de "[...] uma indústria doméstica, gerida diretamente pela mulher do estanceiro, que produzia queijos, lingüiças, conservas, charques, tecidos, rendas, artigos de couro, etc" (FREITAS, 1980, p. 37).

Segundo Wachowicz (2010, p. 99), no início do século XIX, Ponta Grossa "(...) já estava integrada social, política e econômica aos núcleos que formariam o Paraná. Apesar dessa integração, as populações não latifundiárias dos Campos Gerais eram relativamente pobres".

Ponta Grossa foi província de Castro até 1823, quando foi elevada a freguesia. Embora tenha adquirido a emancipação de Castro e o título de freguesia, Ponta Grossa dependia juridicamente da referida Comarca que tinha fazendeiros poderosos, cujo poder político estava sob seus comandos, tendo o poder de "[...] eleger, ficavam com a direção da Comarca e Justiça,

[29] Retirados dos textos de Anita reunidos no livro de Santos (2002).

para os momentos oportunos e entregavam aos suplentes, que eram representados por pontagrossenses; os trabalhos e aborrecimentos oficiaes" (NOVAES, 1943, p. 37).

Com o desenvolvimento da população de Ponta Grossa, seus habitantes reivindicavam a separação da Comarca de Castro e a criação de escolas na região. Como não foram atendidos, "[...] os pontagrossenses, [...]se reuniram e fundaram uma escola particular, de duração efêmera" (NOVAES, 1943, p. 37).

Em Ponta Grossa foi significativa a presença de vários grupos étnicos de imigrantes vindos da Europa, que vieram para substituir a mão-de-obra escrava e pela promessa de receberem terras para ocuparem e administrarem conforme seus interesses. Os imigrantes já chegavam endividados no país, enganados por falsas promessas e em condições precárias de trabalho. Também formavam colônias, que localizavam-se em locais mais distantes do centro da cidade:

> *Varias colônias, todas de polacos, ficam nas proximidades da cidade (Iguassú, Cachoeira, Canoa, Taquaral e Agua Branca). Os colonos entregam-se principalmente à extracção da hervamate, ao plantio do feijão, centeio, milho, batata doce e paraguaya e mandioca; havendo diversas fabricas de farinha de mandioca e tratando alguns da viticultura e da criação de abelhas, sem empregar, entretanto, os processos hodiernos. A principal exportação de todo o município consiste em herva mate. Mais de 400 mil arrobas deste producto escoam-se pela via fluvial com destino a Coritiba, todo o anno. É a maior fonte de rendas para emprezarios vapores (O PROGRESSO, ed. 548, 16 abr. 1912).*

No final do século XIX e início do XX, a economia da cidade passou por iniciativas industriais e a imigração produziu um intenso crescimento regional, fortalecida pela produção da erva mate.

Além disso, a estrada de ferro inaugurada em 1907 também foi fator de expansão do comércio e da população. Ponta Grossa estava localizada em uma região estratégica, sendo ponto de encontro entre as principais regiões do Estado. A ferrovia impulsionou a importância da cidade, que passou a ser considerada

> *[...] o coração do Paraná; incontestavelmente é o centro da sua vida commercial e industrial.*
> *Asseguram-lhe, fatalmente, essas qualidades preponderantes, a posição da cidade, no mappa estadoal, o facto della ser no futuro, o ponto de partida de ramaes ferroviários, ponto obrigatório da parada de trens e ponto do cruzamento de importantes estradas de rodagem de penetração. Para Ponta Grossa, como para um coração humano, convergem dois systemas mais ou menos completos de viação, os quaes, em breve, se notabilisarão pela execução de um plano formidável de desenvolvimento ferroviário (O PROGRESSO, ed. 586, 16.jul. 1912).*

A ferrovia atraiu a instalação de várias indústrias, ampliando o mercado e a economia da região. Algumas das indústrias e comércio eram: Café Piriquito de Bernardo Johnsecher,

Fábrica a vapor de conservas de carnes de José Buchler (O PROGRESSO, ed. 245, 8 jan. 1910), Fábrica Camponeza de sabão e velas, Frigorífica Pontagrossense de José Buchler, Ferraria Flor dos Campos de José Jacob Buhrer, Alfaiataria Ribeiro de Pedro C. Ribero (O PROGRESSO, ed. 440, 22 jul. 1911), Ferraria Flor dos Campos de José Jacob Buhrer, Alfaiataria Ribeiro de Pedro C. Ribeiro, Relojoaria e Ourivesaria de Guilherme C. Quentel (O PROGRESSO, ed. 386, 9 mar, 1911), Cervejaria Adriática de Henrique Thielen, Fábrica de Fogos São Pedro de Pedro Barbosa, Casa de calçados de Gaspar Schwab, *Pharmacia* e Drogaria Central de João M. de Milasch (O PROGRESSO, ed. 2282, 7 jan. ed. 1919).

Enquanto os homens eram os grandes proprietários das indústrias e comércio, as mulheres anunciavam no jornal seus trabalhos independentes, a fim de conseguirem uma possível clientela: Bianchi e Cecchi anunciavam aulas de pintura no Atelier de Pintura das professoras Bianchi e Cecchi, Amanda Garcia anunciava aula de bordar e costurar, Anna Herzog oferecia seu trabalho de lavagem e engomagem na rua Pitanguy esquina de Santos Dumont, Helena Silipinsky empalhava cadeiras e móveis de todo e qualquer formato e qualidade na rua Coronel Balduíno Taques, a modista Donna Zenny aprontava-se com prontidão chapéus para senhoras e meninas num sistema moderno, assim como, reformava e renovava chapéus usados (O PROGRESSO, ed. 245, 8 jan. 1910).

Com exceção de Anastácia Socolosky, que foi proprietária de um botequim com frente para o Barracão dos Imigrantes no Pellado, até vendê-lo a Paulo Block, quando solicitou ao prefeito, passar carta de transferência ao mesmo (ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS, 23.07.1909).

Em janeiro de 1910, chegou temporariamente em Ponta Grossa a parteira e massagista Sofia Radwanska, formada em Varsóvia e bastante conhecida no Rio e Curitiba. Oferecia seu trabalho na rua 15 de Novembro, para as excelentíssimas famílias a qualquer hora do dia e da noite. Sua especialidade era massagens de rosto (O PROGRESSO, ed. 8 jan. 1910). Também diplomada em Varsóvia, a L. A. Gross residente na rua Ipiranga, atendia chamados a qualquer hora (O PROGRESSO, ed. 1531, 4 jan. 1916). Além dessas, a cidade contava com a Clínica das Senhoras da Dra. Caetana Pierri, médica e parteira, situada na rua Largo do Rosário (O PROGRESSO, ed. 245, 8 jan. 1910).

O trabalho das parteiras foi regularizado em março de 1904, pelo Decreto nº 5156, que determinava que os únicos capacitados para o exercício de práticas curativas eram os médicos, parteiras, dentistas e farmacêuticos. As parteiras limitavam-se a prestar cuidados indispensáveis às parturientes e aos recém-nascidos, nos partos naturais, sendo proibido o tratamento médico ou cirúrgico das moléstias das mulheres e das crianças.

Além de mulheres adultas, meninas também trabalhavam nesse período, como anunciava o jornal: *"precisa-se de uma menina de 6 a 12 annos de idade, para lidar com uma criança, na rua 7 de Setembro, n. 10 (O PROGRESSO, ed. 422, 6, jun. 1911).* O anúncio ainda especificava a preferência por uma menina estrangeira.

O movimento urbano da cidade é descrito nas seguintes palavras:

> *Tendo visto muita cousa; tendo ouvido muita cousa, tendo colligido optima qualidade de dados estamos em condições de, senão com brilho necessario, ao menos com fidelidade, dizer nos nossos artigos o que é a victoriosa rainha dos campos.*
> *(...) Pelas ruas, movimenta-se gente em grande porção. Às lojas entram e saem cavalheiros e senhoras, azafamados e prestos. Carros, carroças e carrinhos cruzam-se, aquelles conduzindo passageiros, essas cargas e estes pequenos volumes. Nas grandes casas commerciaes o trabalho é enorme porque dellas se abastece todo o interior do Estado. O movimento urbano ultrapassa o tamanho da cidade. Ve-se gente por toda a parte. À noite o povo flana nas ruas, penetra as lojas, enche os tres cinemas, frequenta os clubs. Ponta Grossa conta 3.800 casas, sendo quasi todas de tijollos e de feitura solida e resistente. A população da cidade é calculada em 15.200 almas e a do municipio em 20 mil espalhadas por uma extensão aproximada de 36 leguas quadradas. Um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de ha dez annos atraz na "urbs" agitada e triumphal de hoje foi, indubitavelmente, a vontade energica e indomavel do povo pontagrossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que outhorgarão à princesa dos campos o titulo incontestavel de cidade ideal (O PROGRESSO, ed. 588, 20 .jul.1912).*

Nesse contexto, embora as atividades profissionais fossem desempenhadas primordialmente por homens, as mulheres exerciam diferentes funções como doméstica, professora, pagem, dama de companhia, costureira, cabeleireira[30], dentre outras.

Entretanto, a cidade não contava com nenhuma mulher que exercesse a profissão de dentista, médica ou advogada, por exemplo. Enquanto que na capital do estado, em 1903, diplomava-se a primeira profissional em nível superior, a farmacêutica, Dra. Arocema Nóbrega; "a odontóloga, dra. Helena Vianna Seiler, em 1914; a advogada e posteriormente médica, dra. Izaura Sidney Gasparin, em 1917; a médica dra. Maria Falce, em 1919" (TRINDADE, 1996, p. 263).

Com o avanço do capitalismo no país, as mulheres das camadas médias e proletárias são solicitadas a suprir de forma barata as necessidades do mercado. Trindade (1996, p. 263) comenta que é interessante notar nessa época:

> O grau de autonomia alcançado pelas mulheres em vários campos de trabalho em que pese sua situação por vezes adversa neste contexto. Num momento em que o matrimônio significa a obtenção de um status econômico e social – e os trabalhos manuais e o ensino particular são as únicas oportunidades das solteiras ou viúvas ganharem a vida – os negócios dirigidos por mulheres representam, no mínimo uma certa tomada de posição que o sexo feminino ensaia e a sociedade passa a tolerar.

[30] Retirado do jornal Diário dos Campos.

Mulheres da classe trabalhadora ou viúvas que precisavam prover seu sustento, buscavam trabalhar e garantir meios para sobreviver. As mulheres encontravam-se inclusive solicitando moradia à Prefeitura, conforme os seguintes requerimentos:

> *Maria Angelina Pinheiro, mulher pobre, sem abrigo, solicita ao prefeito presidente a concessão gratutita de um terreno por carta de data para edificar uma casa de taboas na rua Curityba, Olarias, onde houver devoluto. Atestado de pobreza expedido pela delegacia. (ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 21.01.1909).*
> *Maria Joana América viúva, pobre, solicita ao prefeito a concessão de um terreno para edificar uma casa uma casa de madeira a rua dos Operários vizinhando com Michelino de tal onde tiver devoluto para legalizar quando puder. Atestado de pobreza (ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 26.02.1926).*
> *Cândida Ferreira Guimarães pobre e cheia de filhos solicita ao presidente e membros da Câmara a concessão gratuita de um terreno por carta de data para edificar uma casa com 7 m com fundos correspondentes sito a rua da Matriz anexo a Placydio Pedrozo (ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 18.12.1909).*

Trindade (1996, p. 162) corrobora que "a participação laboriosa da mulher na sociedade republicana deve suas premissas à influência do pensamento liberal, em detrimento do positivista, bem mais avesso às suas incursões nos mercados de trabalho". Se por um lado o liberalismo proporciona determinada abertura ao mercado de trabalho, existe um conservadorismo que vai contra tais pretensões, embasadas principalmente no pensamento católico e positivista. Como é possível identificar no seguinte trecho:

> *[...] A esposa que procura compreender o gênio do marido, a que se alegra com as alegrias dele, a que lhe aplaina o caminho escabroso da vida diária, a que se mostra sempre contente ou ao menos resignada, dócil e sem exigências, a que sabe cativar o marido com meigos sorrisos, sem falar sempre fora de propósito, a que é econômica e modesta, cuidadosa e de atividade silenciosa – tal mulher é bendita por Deus.*
> *Ela é a esposa ideal. [...] (JORNAL DIÁRIO DA TARDE, p. 310, apud TRINDADE 1996).*

Ou seja, embora algumas mulheres estivessem presentes no mercado de trabalho, morassem sozinhas e comandassem suas vidas de forma autônoma, sem depender do marido, a cultura e as correntes de pensamento vigentes na época difundiam a concepção de que a mulher era destinada ao lar, ao cuidado do marido e dos filhos. Sendo esta, a mulher ideal. Uma vez esposa, esta seria lembrada e mencionada em alguns momentos, tendo como referência o seu marido, e quando solteiras, o pai, como na coluna do *Diário dos Campos*, nomeada "Vida Social":

> *"Completaram, ante hontem, mais um anniversario natalício, os srs. Alfredo Villela, Octavio S. Carvalho, Manoel Cyrillo Ferreira; a Exma, Sra. D. Generosa de Almeida, e a gentil senhorita Alvina Baêr dilecta filha do Sr. Oscar Baêr" (DIARIO DOS CAMPOS, nº. 2291, 20, jan. 1919). "Acha-se em festa do seu anniversario natalício*

> *a Exma. D. Helly Martins de Almeida virtuosa esposa do Sr. Cap Lafayette Manoel de Almeida" (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 2300, 1 fev. 1919).*

Ou nos anúncios de venda imobiliária: *"Vende-se o prédio nº. 1 da Rua Dr. Collares. Preço de ocasião. Tratar com a Viuva Herdag, à rua 15 de Novembro nº. 8" (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 1508, 4 dez, 1915).*

Além das concepções que algumas correntes de pensamento defendiam com relação à função social da mulher, algumas mulheres também compartilhavam de uma ideia conservadora sobre seu papel, como é o caso de Maria E. Nascimento:

> *Quando em uma escola, encontrardes creanças bem educadas; quando na sociedade, encontrardes homens bastante polidos, podeis asseverar de antemão que foi uma boa e inteligente mão quem lhes guiou os primeiros passos e quem lhes abriu cuidadosamente a pratica da moral (O PROGRESSO, ed. 246, 11 jan. 1910).*

O que prevalece é a identificação de uma mulher submissa, a qual entende que sua primordial função é zelar pelo lar, pelo marido, instruir e guiar o caminho do filho na prática moral, a fim de contribuir com a sociedade e seu futuro.

Entretanto, na Europa, preconizava-se a ampliação do espaço de sociabilidade das mulheres, como no artigo intitulado "O Talento das mulheres":

> *Nos paizes em que a educação moral da sociedade cercou a mulher de respeito, garantiu a contra a insensatez sensual do macho, deu-lhe, em pé de igualdade, o direito de sentar-se nos mesmos bancos acadêmicos que ocupavam sósinhos os homens – ella começou a desenvolver os seus talentos, a disputar a victória no struggle for life e a ser sinão competidora, colaboradora preciosa delle na obra da civilização (O PROGRESSO, ed. 276, 23 jun. 1910).*

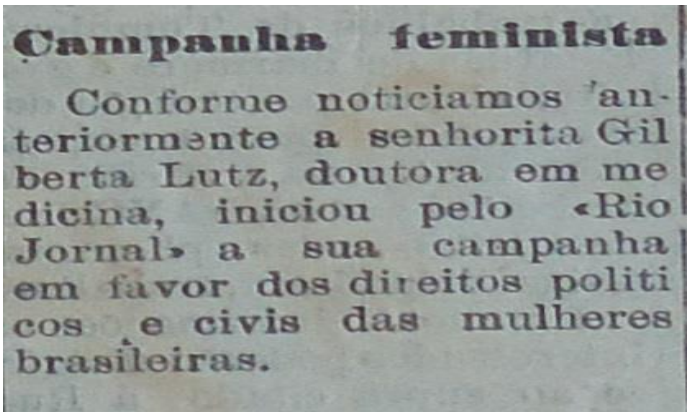
O artigo traz em seu conteúdo as transformações femininas que estavam acontecendo na Europa. Dentre as quais, as mulheres passaram a ter o direito de frequentar as academias, passando a ter uma participação maior na sociedade. Na sequência do texto, são descritas as novas ocupações das mulheres do "velho mundo":

> *No commercio, a actividade feminina está começando a criar uma situação difícil para o homem. Capaz de administrar a sua vida com mais economia e maior conforto que seu rival; mais delicada e flexível e com um desenvolvimento senso artístico nativo, assim habilitada a produzir trabalho mais barato, nítido, acurado e rápido – a datylographa, a telegraphista, a caixeira, a enfermeira, a servente de laboratório, em regra desloca o homem e toma-lhe o logar (Idem).*

O mercado de trabalho passou a contar com a presença da mulher em algumas funções, exercendo-as sob salários mais baratos. Esse movimento foi percebido por alguns homens, como uma tomada de lugar por parte das mulheres. Essas transformações com relação às ocupações femininas são resultantes principalmente da aceleração do setor industrial.

Embora as mulheres fossem "reprimidas" de diversas formas, começavam no Brasil campanhas feministas como a de Gilberta Lutz:

FIGURA 5 - Campanha feminista



Campanha feminista

Conforme noticiamos anteriormente a senhorita Gilberta Lutz, doutora em medicina, iniciou pelo «Rio Jornal» a sua campanha em favor dos direitos politicos e civis das mulheres brasileiras.

Fonte: DIARIO DOS CAMPOS, ed. 2310, 3 mar, 1919.

A campanha feminista que foi noticiada para a sociedade ponta-grossense, foi protagonizada por Gilberta Lutz, que reivindicava no jornal do Rio de Janeiro, em favor dos direitos políticos e civis das mulheres brasileiras. Em Genebra, cidade da Suíça, ocorreu no ano de 1920, as deliberações do Congresso Feminista para o sufrágio da mulher, o qual estabeleceu dentre outras, as seguintes deliberações: o direito ao voto feminino, emancipação política mediante a conquista do sufrágio e reformas que visem a igualdade de direitos, posição e possibilidades entre o homem e a mulher (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 2671, 20 ago. 1920).

Enquanto que no Brasil, no ano de 1922, foi noticiado no *Diário dos Campos*, que o Congresso Nacional estava tratando sobre a concessão do direito feminino ao voto, e no caso de ser concretizado, seriam *"esposas cabalando esposos; noivos torcendo opiniões de noivos; irmãs arrastando os manos, um horror! Pelo visto está próximo o fim de reinado dos homens! Pobres infelizes que tecem a corda para o seu próprio enforcamento..." (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 3184, 18 out. 1922).*

Esse trecho da notícia, revela a indignação com o provável direito ao voto por parte das mulheres, que é salientado no início da mesma: *"ao invez de tratarmos de qualificar maior numero de homens, tratamos de outorgar às mulheres o direito de voto...".* Ou seja, defendia-se a necessidade de qualificar os homens para o voto, ao invés de concedê-lo para as mulheres.

O feminismo nasceu na França na primeira metade do século XIX, primeiramente como um movimento social e político de caráter reivindicatório, que foi ganhando maior visibilidade e atenção. Em 1904, "criou-se nos Estados Unidos e na Inglaterra uma organização

internacional denominada The International Woman Suffrage Alliance, que se opunha aos comitês contra o sufrágio feminino (...)" (ALMEIDA, 2007, p. 51).

Esse momento do feminismo é denominado pelos historiadores, como "primeira onda feminista". Saffioti (1986) aponta que impulsionada pelo liberalismo, essa fase do feminismo reivindicava que todos fossem iguais perante a lei, principalmente as mulheres diante dos homens. As mulheres feministas buscavam acesso à educação e direito ao voto. A primeira onda feminista é caracterizada como ligada ao interesse das mulheres brancas e de classe média.

No Brasil, as manifestações feministas têm início com Bertha Luz, em decorrência de sua viajem à Londres pouco antes da Primeira Guerra Mundial, contexto em que o feminismo da Inglaterra se encontrava em uma fase violenta. Bertha Luz licenciou-se em Ciências pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, em 1918. Transformando-se na protagonista da defensa e difusão da emancipação da mulher, por meio da imprensa e da tribuna[31].

Em 1919, juntamente com Olga de Paiva Meira, assumiu o movimento feminista do Brasil, representando-o no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, sendo que na Primeira Conferência são aprovados dentre outros, as seguintes questões: "o de salário igual, sem distinção de sexo, para o mesmo trabalho; e a obrigação de cada Estado organizar um serviço de inspeção, incluindo mulheres, a fim de assegurar a aplicação de leis e regulamentos para a proteção dos trabalhadores" (SAFFIOTI, 2013, p. 358).

Bertha Luz também fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, no Rio de Janeiro. Uma das primeira conquistas por meio da FBPF foi conseguir que meninas pudessem frequentar o Externato do Colégio Pedro II. A Federação também lutava pelo direito ao voto e questões de trabalho, entretanto, o direito ao voto só foi incluído no Código Eleitoral em 1934.

Assim como Bertha, que foi uma mulher protagonista em seu contexto, que teve uma atuação fora dos padrões esperados para a mulher do período republicano, Anita Philipovsky foi contista, poetisa e cronista, que desenvolveu grande produção intelectual colaborando de forma frequente em numerosos jornais e revistas como: "Ilustração Paranaense", Diário dos Campos, Prata de Casa, dentre outros (SANTOS, 2002).

> *A República noticiando a estada da distincta escriptora na capital, tecem-lhe os mais justos e merecidos elogios. Annita Philipowski não é apenas uma impressionista de superficialidades, como em regra são as escriptoras. Annita Philipowski pensa, philosòpha, e aborda questões sociaes com superioridade de vistas. Nos que lhe acompanhámos os primeiros passos nas collumnas d'O Estado e na phase d'O*

[31] A primeira feminista brasileira foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885). Entretanto, não organizou nenhum movimento a favor da emancipação feminina.

> *Progresso nesta folha, temos muito prazer registrando esta noticia, da própria redação d'A Republica, uma terra em que os intellectuaes do interior são quase sempre esquecidos pelos seus super-civilizados colegas da capital (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 2825, 1 jun. 1921).*

Por meio do trecho acima, é possível reconhecer a visibilidade da escritora, na medida em que o jornal curitibano "A Republica" noticiou a estada da escritora na capital com posteriores elogios. Ao replicar a notícia, o jornal ponta-grossense Diário dos Campos vê o fato como algo importante, já que escritores interioranos seriam por vezes esquecidos na capital. Além disso, destaca-se a forma com que Anita era vista, como uma mulher que pensa, filosofa e aborda questões sociais com superioridade.

Ao dizer que Anita abordava questões sociais, além da crítica com relação à educação ponta-grossense, outro exemplo de suas reflexões sobre problemáticas sociais, é o que Anita relata no *Diário dos Campos*, sobre suas impressões com relação a uma visita feita ao quartel do exército de Ponta Grossa, juntamente com as famílias Pirrho e Andrade. O relato da escritora tem início com as seguintes considerações:

> *Causará por certo estranheza aos leitores desta folha, o facto de uma senhorita occupar-se em descrever a impressão recebida n'uma visita à caserna; não só porque na opinião da maioria do povo o militarismo é uma questão que não deve preocupar o espírito da mulher, mas também por causa da injusta desconsideração que em nosso paiz é tida a classe armada (O PROGRESSO, ed. 628, 26 out. 1912).*

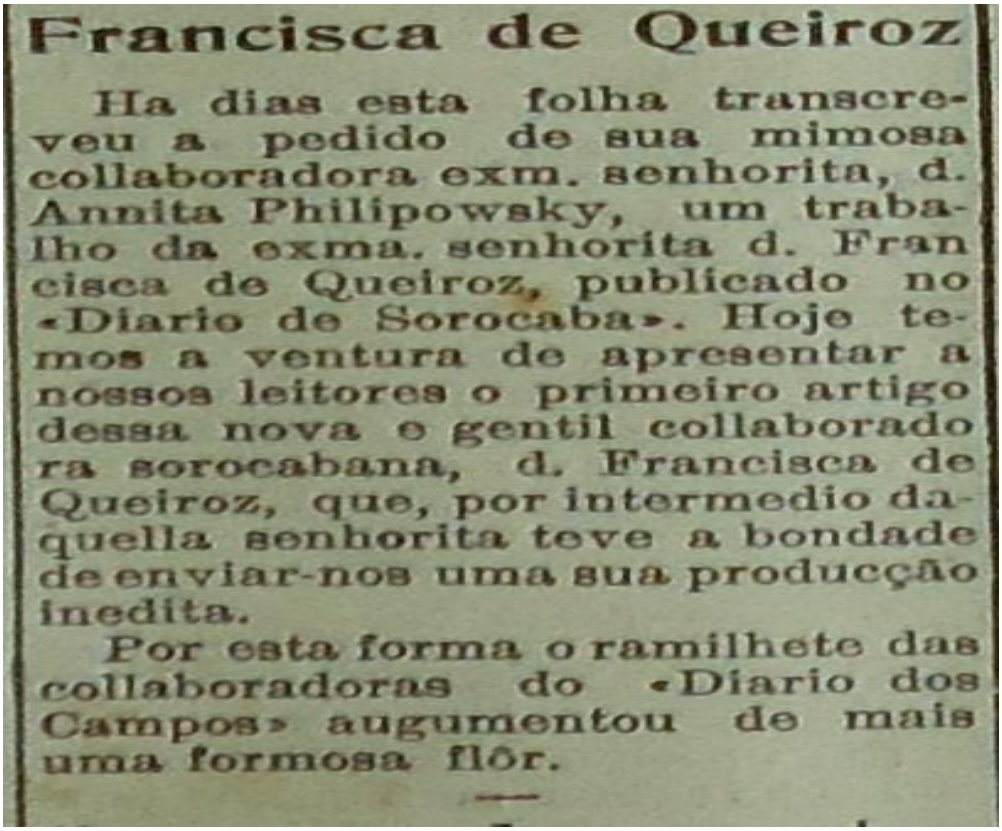
Philipovsky aponta que naquele contexto social, as mulheres eram excluídas de assuntos direcionados ao meio militar, uma vez que não precisavam se preocupar com tais questões já que o militarismo ficava a cargo somente de homens. Além disso, expõe a desconsideração da sociedade brasileira com relação a classe armada, que é injusta, segundo ela. *"Diz-se geralmente que a vida militar é quasi completamente destituída de trabalho, é muito folgada. É um erro. Ide ao quartel e ficareis convencido do contrario" (O PROGRESSO, ed. 628, 26 out. 1912).*

Na entrevista concedida à Raul Gomes para o jornal da cidade, em que dialoga sobre o meio literário ponta-grossense dos primeiros anos do século XX, ao ser questionada se existem muitas mulheres no referido meio, a poetisa responde que o número feminino de escritoras é muito limitado *"as senhoritas pontagrossenses dedicam-se com preferência à música e à pintura, e creio que se pode atribuir esse desamor às letras, à crítica, que essa arte mais que todas as outras esta sujeita" (O PROGRESSO, ed. 594, 6 ago. 1912).* Dentre as mulheres que fazem parte desse meio, Anita destaca as seguintes: Marianna Duarte, Giovanina Bianchi, Josephina Rodrigues, Cordelia do Amaral, Daluz Pupo, Maria Luiza Xavier e Herminia Cordeiro.

"Daluz Pupo, por exemplo, educada em Ponta Grossa, onde não há meios para se adquirir o preparo preciso para habilitar-nos a expor uma ideia, já tem publicado alguns sonetos bem imaginados" (O PROGRESSO, ed. 594, 6 ago. 1912). Anita expõe a falta de instrução em Ponta Grossa, que prepare e dê condições para que as mulheres possam refletir, serem críticas do seu contexto, da sua realidade.

Além de ser crítica de questões sociais, Anita Philipovsky, por meio de seus textos, contribuiu, segundo Santos (2002) com o Movimento Paranista[32]. Dentre suas produções[33], é possível identificar o viés paranista nos seguintes textos publicados na revista Illustração Paranaense: "Miguelzinho (n. 12), Tapéra (n.10 e 11), O Tibagy (n. 5), O Velludo (n. 5 e 6), A alma penada (n. 7)", além de outros publicados em diferentes periódicos da época (SANTOS, 2002).

FIGURA 6 – Apresentação de Francisca de Queiroz, escritora, amiga de Anita Philipovsky



Francisca de Queiroz

Ha dias esta folha transcreveu a pedido de sua mimosa collaboradora exm. senhorita, d. Annita Philipowsky, um trabalho da exma. senhorita d. Francisca de Queiroz, publicado no «Diario de Sorocaba». Hoje temos a ventura de apresentar a nossos leitores o primeiro artigo dessa nova e gentil collaboradora sorocabana, d. Francisca de Queiroz, que, por intermedio daquella senhorita teve a bondade de enviar-nos uma sua producção inedita.

Por esta forma o ramilhete das collaboradoras do «Diario dos Campos» augumentou de mais uma formosa flôr.

—

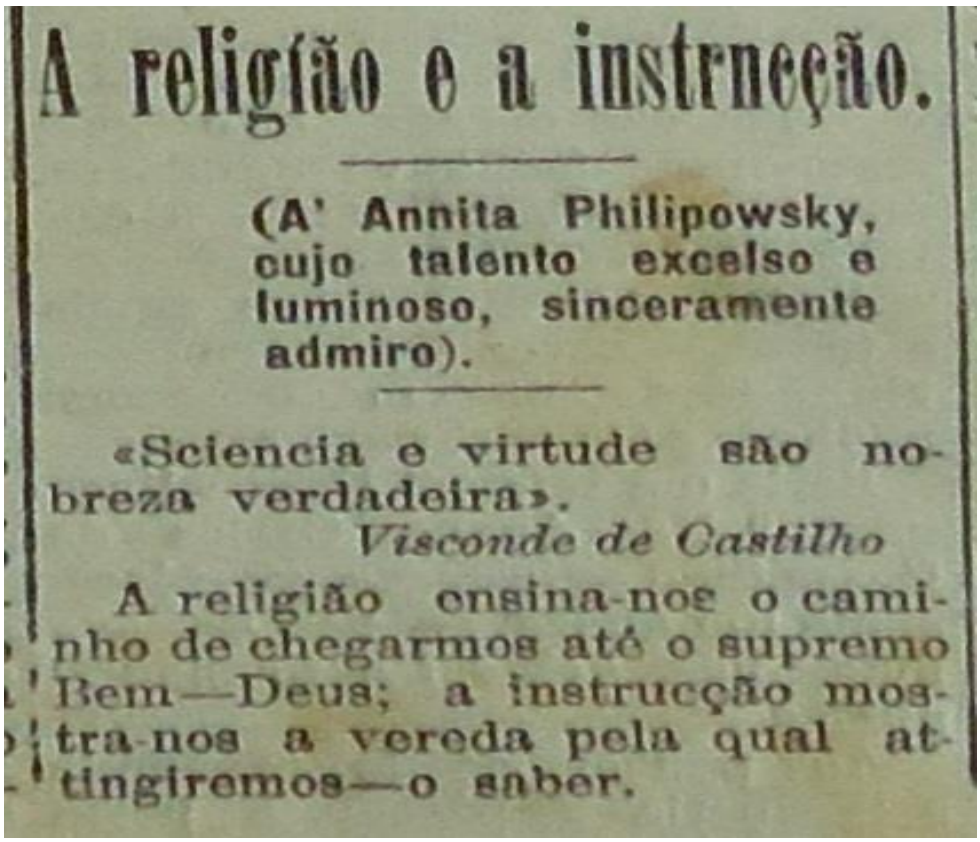
Fonte: Diário dos Campos, ed. 1310, 23 mar. 1915.

[32] Sobre o Movimento Paranista ler: PEREIRA, L. F. L. **Paranismo:** cultura e imaginário no Paraná da I República. 272 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 1996.
[33] O poema "Ao poentes da minha terra" é o mais conhecido (SANTOS, 2002).

Segundo a publicação acima, o *Diário dos Campos* apresenta um texto de Francisca de Queiroz, escritora sorocabana, que por intermédio de Anita Philipovsky, passou a colaborar com o referido jornal, compondo o grupo de colaboradoras do jornal ponta-grossense. O fato de Francisca passar a integrar o grupo de colaboradores do Jornal Diário dos Campos por intermédio de Philipovsky, revela a importância e a influência significativa que a referida contista tinha na cidade, e principalmente no campo literário.

O texto de Francisca de Queiroz foi dedicado à Anita, conforme recorte a seguir (no jornal, o texto continua na coluna ao lado, mas optou-se por fazer o recorte apenas do título e da dedicatória):

FIGURA 7 – Texto de Francisca de Queiroz dedicado à Anita



A religião e a instrucção.

(A' Annita Philipowsky, cujo talento excelso e luminoso, sinceramente admiro).

«Sciencia e virtude são nobreza verdadeira».

Visconde de Castilho

A religião ensina-nos o caminho de chegarmos até o supremo Bem—Deus; a instrucção mostra-nos a vereda pela qual attingiremos—o saber.

Fonte: Diário dos Campos, ed. 1310, 23 mar. 1915.

Embora Anita tenha feito parte do círculo de escritoras pioneiras do Paraná, sendo bastante respeitada pelo *Diário dos Campos*, expressava-se de forma modesta com relação à sua produção, o que pode ser percebido em sua entrevista à Raul Gomes. Questionada se há talentos prometedores entre as escritoras paranaenses, responde: *"A essa pergunta, também, não posso dar uma resposta satisfactoria. Na minha incompetência intellectual e saber*

limitadíssimo". Em resposta, Gomes responde: *"Competência intellectual e saber razoável, senhorita..." (O PROGRESSO, ed. 594, 6 ago. 1912).*

Como já mencionado, Anita teve professores contratados para lhe ensinar em casa, devido à distância até a cidade. Sobre a educação em sua cidade ela escreve:

> *Nós moças de Ponta Grossa, que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebíamos o ensino das matérias elementares, e este mesmo interrompido pelos impedimentos da professora, e nada mais [...]*
> *Quando se abrio o instituto "Dr. João Candido", em nossa cidade podia estabelecer se também um curso secundário para meninas ensinando com especialidade geografia geral, eletricidade, escripturação mercantil, contabilidade, tachigrafia e uma das línguas mais geralmente faladas como a franceza, inglesa ou allemã. Ficariam, com o preparo nessas matérias, habilitadas para ocuparem cargos no correio, telegrapho, telephone, ou como guarda livros e correspondentes commerciaes [...]*
> *Ponta Grossa; porém, a segunda cidade em população e progresso comercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundário para meninas, que as preparasse para a lucta, pela vida, porque aquella de entre nós que quiser, abandonando a rotina comum, sahir desse circulozinho estreito e opressor, adquirir os meios para se lançar n'uma esfera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim, há de recuar vencida entre a importância de ver realizada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe daculte para esse fim o saber necessário (O PROGRESSO, ed. 595, 08 ago. 1912).*

Com tal crítica, Anita entende que o trabalho, é uma forma de conquistar uma vida menos dependente. Entretanto, aponta que as meninas tinham acesso apenas ao "elementar", não contando com um curso secundário na cidade, o qual possibilitasse formá-las para trabalhar no correio, telégrafo, telefone ou como guarda livros e correspondentes comerciais, dando a chance àquelas que desejassem, sair do comum, do círculo estreito e opressor.

Sendo a educação de responsabilidade do Estado, não era raro as críticas:

> *[...] continua a reclamação pela falta de escolas, pela melhoria das existentes, pela nova orientação do ensino com a adopção de novos methodos, emfim pela remodelação dos costumes da educação do povo, necessidade cada vez mais premente da vida republicana.*
> *E nessas reclamações insistentes, às vezes violentas, lê-se, governo, governo, sempre o governo.*
> *E neste século ainda há algumas simples de Junqueiro que acreditam no governo? – o governo? – não conhecemos. Que vem a ser isso?*
> *Não conhecemos no actual regimen o estado subjectivo, constituindo uma entidade à parte [...] (O PROGRESSO, ed. 386, 9 mar, 1911).*

Essa notícia exemplifica as reclamações, que eram constantes, por escolas mais equipadas, com melhores condições, novos métodos de ensino, afim de remodelar os costumes da educação do povo. Nas palavras citadas, fica claro que embora o Estado "prometesse" educação de qualidade para todos, não a cumpria.

> *São sempre curiosas as estatísticas. A que se segue porém não tem tanto de curioso como tem de lamentável, pois que é uma estatística dos que não sabem nem assignar o seu próprio nome.*
> *A partir de 1906, a repartição federal de estatística começou a registrar o numero de pessoas incapazes de assignar o seu nome no registro dos casamentos. Em 1906 estavam nessas condições 141 pessoas, em 1907 o numero subia a 216, em 1908 a 258, depois baixava em 1909 a 244 e em 1910, não sabiam escrever 1093 pessoas das quaes 458 eram homens e 635 mulheres [...] (O PROGRESSO, ed. 616, 14 set. 1912).*

Esses dados foram retirados pelo *Diário dos Campos*, dos registros de casamentos de pessoas que passavam pelos cartórios civis. Em paralelo ao crescimento da população, o número de analfabetos cresceu cada vez mais, ao invés de diminuir.

> *Achamos que é obrigação do governo do Estado, quando nomeia um professor para reger uma escola, entregal-a sem faltar cousa alguma. Infelizmente isso não acontece. O professor é nomeado e se encontra, na maioria dos casos, numa difficuldade enorme, sem casa, sem carteiras, como está acontecendo actualmente com as normalistas, recém-removidas para cá (O PROGRESSO, ed. 547, 13 abr. 1912).*

A notícia citada, revela o descaso do Estado com as normalistas que mudavam-se para Ponta Grossa, a fim de exercer o magistério primário, entretanto eram enviadas sem recursos.

O ensino primário na cidade compreendia as seguintes matérias: 1º grau – Leitura e caligrafia; gramática compreendendo somente etimologia e fonologia e rudimentos de analise; aritmética, compreendendo as quatro operações sobre todas as espécies de números; noções de geografia pátria e especialmente do Estado do Paraná; composição e descrição elementar de cartas; objetos e assuntos da vida comum; noções elementares de agronomia; princípios de moral, noções de economia doméstica e trabalhos de agulha para meninas. 2º grau- Gramática, compreendendo análise etimológica e sintática e morfologia; aritmética em geral; noções de geometria plana; noções gerais de geografia e história pátrias, especialmente do Estado do Paraná; noções elementares de agronomia; princípio de moral; decoração e explicação de trechos de escritores nacionais; composição e estilo epistolar e descritivo; ginástica de salão; costura, bordado e corte para as meninas. Importante destacar que segundo o Regulamento, o ensino misto não era mais permitido (DECRETO n. 93, 1901, Art. 21).

A instrução primária era obrigatória para meninos de sete a quatorze anos de idade e para as meninas de sete a doze (DECRETO n. 93, 1901, Art. 22). Dentre outras, excetuava-se da obrigatoriedade do ensino, crianças que residissem à distância da escola pública, maior de dois Quilômetros para meninos e de um para meninas (DECRETO n. 93, 1901, Art. 23). O artigo 34º. dispunha que as escolas do sexo masculino seriam regidas por professores e as do sexo feminino e promíscuas por professoras (DECRETO n. 93, 1901).

No ano de 1910, o Governo do Paraná instituiu um novo Regulamento para a educação, o Regulamento Orgânico do ensino público do Estado[34]. Especificamente com relação ao ensino primário, foi dividido em curso infantil, que seria ofertado nos Jardins de Infância; curso elementar e o curso complementar que seriam ministrados nos grupos escolares e escolas isoladas. O curso elementar era obrigatório para crianças de 7 a 14 anos, de ambos os sexos (Art. 111).

Em 1912, o *Diário dos Campos* noticiou que o Congresso iria discutir sobre um projeto de lei autorizando o governo a reformar a instrução pública:

> *Por estes dias o Congresso discutirá um projecto de lei autorisando o governo a reformar a instrucção publica.*
> *Como se sabe, porque se tem proclamado a todos os ventos <a instrucção publica no Paraná ainda está no período embryonario>.*
> *Esse importantíssimo ramo administrativo sempre foi uma victima do descaso e da indifferença dos governos (O PROGRESSO, ed. 544, 4 abr. 1912).*

A notícia retrata além do descaso do Governo com relação à educação, o atraso em que esta se encontrava no Paraná. Para readequar questões educacionais, foi aprovado o Código do Ensino do estado do Paraná, pelo Decreto nº. 710 de 18 de outubro de 1915.

O *Diário dos Campos* retratou a discussão para a adoção do Código pelos professores de Ponta Grossa:

> *A convite do illustre Inspector Escolar dr. Oliveira Franco, teve logar, a 19 deste, no Grupo Escolar Senador Correia a reunião dos professores desta cidade para tratar da adopção do novo Código do Ensino, approvado por decreto n. 710 do dr. Presidente do Estado.*
> *Nessa reunião ficou resolvido crear uma escola annexa ao referido Grupo, sob a regência da normalista Luzia Fernandes, em virtude do art. 62 do cap. II do mesmo Codigo que estabelece seja o ensino primário completo, dividido em 4 series, ficando, neste Grupo, cada serie sob a regência de uma professora, haverá, por essa razão, excesso de matricula na 1ª. e 2ª. series, isto é, mais de 50, conforme determina o artigo 57. Por isso, o sr. Inspetor achou conveniente a creação da referida escola à qual serão encaminhadas as alumnas das series 1ª e 2ª do mesmo, que excederem do numero exigido pelo novo Codigo. As alumnas da 4ª serie, desta irão para a do Grupo e, as escolas isoladas que tiverem excesso de matricula também concorrerão com alumnas da referida seria para a deste, afim de completala.*
> *O sr. Inspetor, no intuito de collocar, algumas das escolas que se acham installadas em saletas acanhadas, em salas mais apropriadas, amplas hygienicas, ficou de providenciar para conseguir uma sala onde possa installar um Semi-Grupo feminino que preencha as condições higiênicas e obedeça a boa dissiminação escolar (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1551, 28 já. 1916).*

Com a referida reformulação escolar, o ensino infantil tinha início nas escolas maternais, nas quais as crianças sem distinção de sexo iniciavam sua formação física, moral e intelectual (Art. 32º.). Poderiam ser matriculadas as crianças que tivessem de 2 a 7 anos de

[34] Não consta no Regulamento o Decreto que o instituiu.

idade, tendo pais operários reconhecidamente pobres, ou vivendo sob os cuidados de pessoa nas mesmas condições (Art. 33º.).

Cada escola era composta por uma professora diretora, uma ou mais professoras adjuntas, uma ou mais guardiãs e duas ou mais serventes (Art. 38º.). É importante destacar desse artigo, a presença de mulheres professoras no ensino das crianças.

Além das escolas maternais, seriam criados Jardins de infância destinados a preparar crianças para o curso primário, "suavizando a transição entre o lar e a escola" (Art. 39º., p. 12). Seriam matriculadas crianças de 4 a 7 anos de idade (Art. 40º.). As professoras deveriam dirigir todos os exercícios e diversões de modo que neles as crianças adquirissem hábitos de polidez, ordem, disciplina e higiene (Art. 43º.).

Dentre as condições para ser diretora, a professora deveria ser normalista e ter capacidade física e moral. Na falta de professora normalista, seria nomeada para o cargo, uma mulher que tivesse capacidade física e moral, que falasse o português de forma adequada, que conhecesse música para ensinar os cânticos escolares e acompanhar as crianças ao piano e órgão, além disso, deveria ter seis meses de estágio no ensino primário (Art. 47º.).

O artigo 62º. dispunha que o ensino primário fosse dividido em quatro séries graduais. As escolas destinadas às meninas seriam regidas por professoras e as destinadas aos meninos poderiam ser regidas por professores ou professoras, entretanto, se o superintendente do ensino julgasse conveniente, poderia determinar que uma escola de meninas também admitisse meninos até 10 anos de idade (Art. 65º.). Até esse momento as escolas ainda permaneciam destinadas aos sexos de forma separada. A matrícula e a frequência era obrigatória nas escolas públicas para meninas de 7 a 12 e de meninos de 7 a 14 anos de idade (Art. 48º.).

O novo Código determinava a possibilidade de formação de grupos escolares, sob as condições de que duas escolas ou mais funcionassem na mesma localidade (Art. 72º.). O artigo 74º. estabelecia que poderiam organizar institutos, reunindo-se escolas destinadas a meninos com escolas destinadas a meninas, desde que tivesse pátio de recreio separados e privados.

A disciplina escolar baseava-se no bom exemplo dado pelo professor aos seus alunos, nos sentimentos de bondade e afeição paternal do professor para com os alunos e nos sentimentos de afeição e veneração filial destes para com o professor (Art. 91º.).

Os alunos deveriam fazer exames do dia 16 até o dia 30 de novembro de cada ano, que seriam aplicados pelo inspetor escolar ou pelo superintendente (Art. 97º.). Era comum o jornal de Ponta Grossa publicar todos os anos o resultado dos exames escolares:

> *Realizaram-se no dia 26 do corrente os exames de 3ª., 2ª. e 1ª. série da escola mixta do Bairro Officinas regida pela professora normalista d. Thereza Evangelista, sob a presidência do sr. Dr. Inspector Escolar, como examinadoras, as distinctas professoras d. d. Octacilia H. de Oliveira e Lucia Dechandt.*
> *Em 3ª. Serie foi aprovado com disticção gráo 9,5. Manoel Taques Filho. Plenamente gráo 7,5. Maria Leonides da Silva. Gráo 7. Angelina Balioli, Iolanda Taques.*
> *Em 2ª. serie foram approvados com distincção, gráo 10: Sebastião de Araujo, Alayde do Carmo, Maria Rosa de Araujo e Rosa Piva.*
> *Plenamente gráo 9: Satyra França, Carmelita do Carmo, Victoria Wenggroth; não compareceu Mattilde Santi.*
> *Em 1ª. serie foram approvados com distincção, gráo 10: Anna Edgardes da Silva, Luiz Pincoski, Benedicto França, Guilherme Justus, Antonio França, Guilherme Justus, Antonio França e José Pincoski.*
> *Plenamente gráo 9: Alfredo Piva, Maria de Laat, Nestor Maier e Maria Scarpin. Não compareceram Eva Euphrasia e Carlos Santi (DIARIO DOS CAMPOS, ed. 1223, 30 nov. 1914).*

O resultado do referido exame refere-se à escola mista que localizava-se no bairro de Oficinas, sendo dirigida pela professora normalista Thereza Evangelista. 23 alunos realizaram o exame, tendo como seus examinadores as professoras Octacilia H. de Oliveira e Lucia Dechandt.

Publicava o jornal ponta-grossense, a mensagem de Carlos Cavalcanti ao Congresso Legislativo do Estado, sobre o referido Código:

> *O problema do ensino popular que sempre mereceu do governo especial attenção, pode se dizer que está definitivamente resolvido entre nós, e de modo a satisfazer a opinião publica que sobre a respectiva reforma se tem manifestado com os mais francos applausos. De facto, o labor intenso da Superintendencia do Ensino, a competência que tem revelado no estudo de assumptos que lhe são affectos, propondo soluções mais propicias e felizes para cada um delles, autorizam-me a affirmar que já agora precisamos apenas praticar a decretada reforma do Codigo de 18 de Outubro, tenaz e fielmente, para que ella venha a produzir todos os beneficos resultados que das instituições novamente criadas e desenvolvidas é licito esperar, nem somente sob o ponto de vista pedagógico como administrativo (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1556, 03 fev. 1916).*

Embora o Estado se movimentasse e instituísse leis e Decretos para buscar "atualizar" e "melhorar" a educação, na prática, eram poucos os recursos que o Governo aplicava na educação, sem contar com a lenta expansão das escolas públicas pelo país. "[...] A mobília compõe-se de mesa, carteiras e quadro negro. As carteiras são preparadas de forma a comportar dois alumnos; feitas por um mesmo typo, sem assentos moveis, não se prestam a accommodar as creanças no variado das alturas [...]" (XAVIER, 1908, p. 54).

Ao publicar as impressões de sua visita ao quartel da cidade, Anita Philipovsky emite considerações sobre suas salas de aula: *"As salas destinadas às aulas são bastante espaçosas, com numerosas carteiras não faltando ahi, mapas, atlas, quadro negro, tudo em fim que é imprescindível n'uma escola bem organizada" (O PROGRESSO, ed. 628, 29 out. 1912).*

Embora esteja relacionado ao exército, pode-se identificar quais os elementos imprescindíveis que uma escola bem estrutura deveria conter, segundo as concepções de Anita.

Era comum os representantes do "poder" se manifestarem por meio dos jornais, para comentarem a respeito das condições dos diversos setores do estado:

> *Continuam mantidas as mesmas escolas publicas municipaes e as subvencionadas, todas em numero regular que prestam já grande auxilio à instrucção publica ministrada pelo Estado.*
> *São relativamente boas as condições sanitárias do município, principalmente após o funccionamento dos serviços de distribuição de agua potável e exgoto nos estabelecimentos dos prédios, desapparecendo, como attestam os médicos, muitas moléstias infecciosas como consequência da falta desse melhoramento (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1740, 25 set. 1916).*

Embora o prefeito Theodoro Baptista Rosas apontasse a boa qualidade da instrução pública, o jornal retratava a indignação com relação a educação:

> *É tal o pouco caso dos homens que nos governam, que haver ou não haver escola parece ser a mesma coisa. A nossa instrucção anda ao deus-dará, não por culpa dos professores, muitos dos quaes se esforçam bastante, mas unicamente por má vontade dos governantes, os quaes vivendo com o espirito envolto em coisas de maior valor, como por exemplo, tratando de policitagem, não volvem suas vistas para as nossas escolas, não fazem caso das medidas necessárias a tomar, para que a instrucção popular não seja o que tem sido e o que é, aqui no Paraná. Escolas há que nem bancos possuem; quasi todas não têm os objetos de ensino indispensáveis; outras funccionam por ahi em salas apertadas, onde os alumnos malmente podem mover-se. A maior parte das nossas escolas é simplesmente uma vergonha, para falarmos portuguez bem claro. Aqui temos, porém, um grupo e um semi grupo que, possuindo mappas, globos geographicos, quadros para o ensino de Systhema métrico, esquadros, compassos, etc., podem perfeitamente, doptados de bons professores, prestar inestimável serviço à nossa cidade, tirando do analphabetismo grande numero de creanças. Mas a Prefeitura, não sabemos por que razões, deseja acabar com o semi-grupo escolar, occupando as duas salas do Instituto dr. João Candido onde as aulas funccionavam, para occupal-as com a repartição de aguas e exgottos (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1255, 13 jan. 1915).*

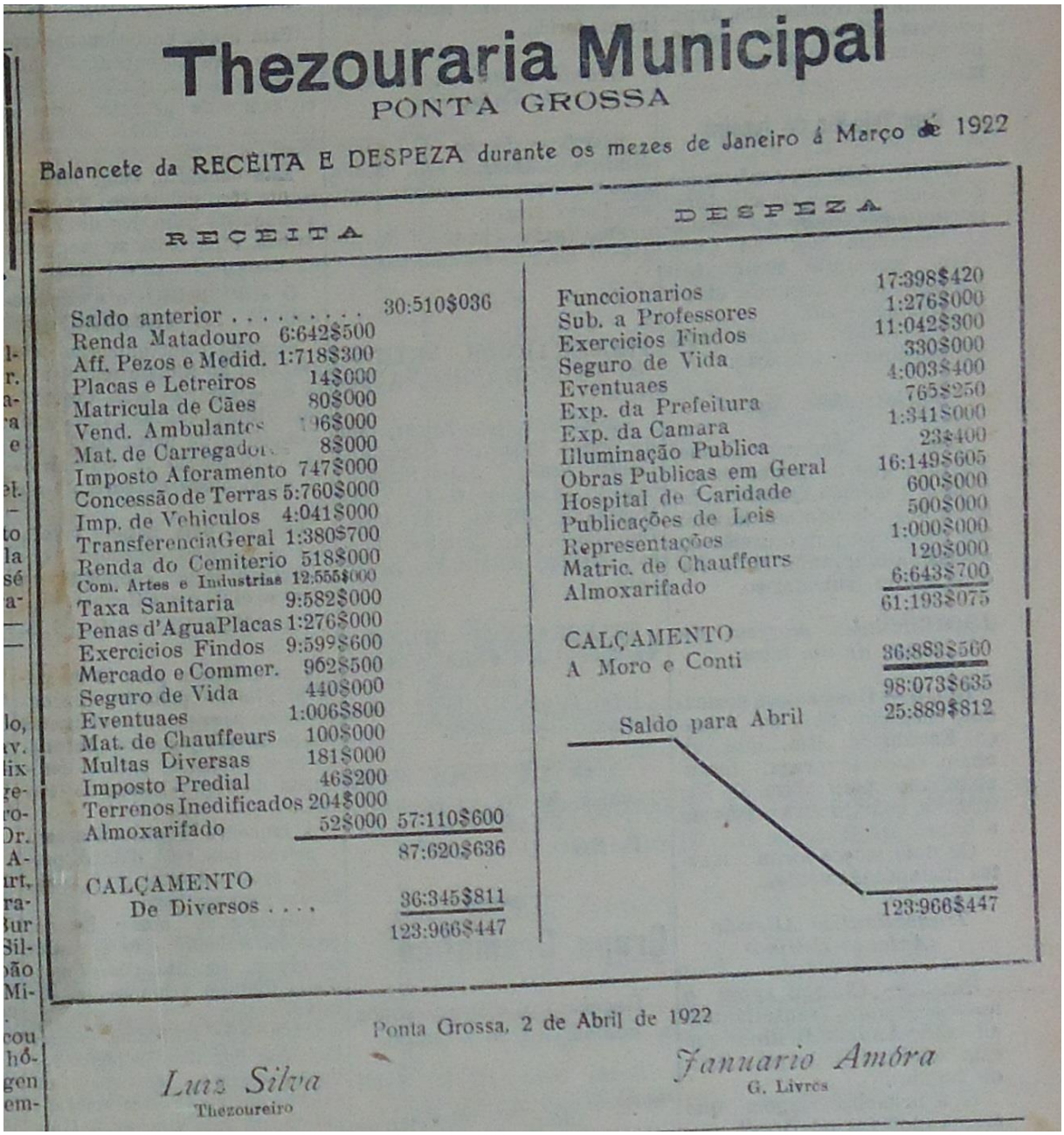
Relatando a precariedade das escolas, muitas não contavam com um número adequado de bancos, de objetos de ensino, muitas salas de aula eram apertadas. Ainda na mesma publicação, verifica-se o descaso com o pagamento dos professores:

> *Há (6) seis mezes que os professores, com alguns outros empregados estadoaes, não recebem do Estado um vintém. Com o que passarão elles, que são pobres? Com os tao falados pasteis de brisa ou com as ingratidões do Governo? É lastimável o estado em que se acha a nossa instrucção. Os professores, si forem unidos, bem poderão dar uma licção esplendida: deixar sem uma escola o Paraná. Até que o Governo resolva olhar para isto. Seria um escândalo justo (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1255, 13 jan. 1915).*

A partir disso, vão-se revelando contradições, na medida em que o Governo propõem a qualidade da educação materializada em lei, mas a realidade objetiva, revela que a instrução pública fica em segundo plano.

Na tabela abaixo, verifica-se os gastos da Prefeitura nos diversos setores da cidade, como hospital, imposto predial, iluminação pública, dentre outros.

FIGURA 8 – Balancete da Receita e despesa da Prefeitura de Ponta Grossa (jan. à març. 1922)



Thezouraria Municipal

PONTA GROSSA

Balancete da RECEITA E DESPEZA durante os mezes de Janeiro á Março de 1922

RECEITA			DESPEZA	
Saldo anterior		30:510$036	Funccionarios	17:398$420
Renda Matadouro	6:642$500		Sub. a Professores	1:276$000
Aff. Pezos e Medid.	1:718$300		Exercicios Findos	11:042$300
Placas e Letreiros	14$000		Seguro de Vida	330$000
Matricula de Cães	80$000		Eventuaes	4:003$400
Vend. Ambulantes	196$000		Exp. da Prefeitura	765$250
Mat. de Carregador.	8$000		Exp. da Camara	1:341$000
Imposto Aforamento	747$000		Illuminação Publica	23$400
Concessão de Terras	5:760$000		Obras Publicas em Geral	16:149$605
Imp. de Vehiculos	4:041$000		Hospital de Caridade	600$000
TransferenciaGeral	1:380$700		Publicações de Leis	500$000
Renda do Cemiterio	518$000		Representações	1:000$000
Com. Artes e Industrias	12:555$000		Matric. de Chauffeurs	120$000
Taxa Sanitaria	9:582$000		Almoxarifado	6:643$700
Penas d'AguaPlacas	1:276$000			61:193$075
Exercicios Findos	9:599$600		CALÇAMENTO	
Mercado e Commer.	962$500		A Moro e Conti	36:889$560
Seguro de Vida	440$000			98:073$635
Eventuaes	1:006$800		Saldo para Abril	25:889$812
Mat. de Chauffeurs	100$000			
Multas Diversas	181$000			
Imposto Predial	46$200			
Terrenos Inedificados	204$000			
Almoxarifado	52$000	57:110$600		
		87:620$636		
CALÇAMENTO				
De Diversos		36:345$811		
		123:966$447		123:966$447

Ponta Grossa, 2 de Abril de 1922

Luiz Silva
Thezoureiro

Januario Amóra
G. Livros

Fonte: Diário dos Campos, ed. 3038, 6 abr. 1922.

Dentre os gastos da Prefeitura, percebe-se o mínimo investido nos salários dos professores em relação aos demais gastos.

Em Ponta Grossa, no ano de 1908, a cidade contava com apenas três professoras normalistas, os demais eram professores leigos.

QUADRO 5 - Professores de Ponta Grossa em 1908

Normalista	1ª Classe	2ª Classe	Salário	Casa Escolar
Octacília Hasselamnn de Oliveira			2.800$00	Alugada 240$00
Maria Gravina da Costa Pinto			2.800$00	Alugada 240$00
Donayde Carmelina Wanderley			2.800$00	Alugada 240$00
	Francisco Pereira Borba		1.500$00	Colônia Taquarussu
	Jocelin Wanderley			Perímetro urbano
	Maria Cristina Pedroso			Colônia Pedroso
		Brígida da Silva Pereira	1.900$00	Serradinho
		Felício Francisquiny	1.900$00	Escola estadual
		Thereza Correia Machado Busse		Bairro Uvaranas

Fonte: Oliveira, 2002, adaptado pela autora.

A partir do quadro acima, evidencia-se o pequeno número de professoras com formação específica para atuar na educação, enquanto a maioria desses docentes eram leigos, ou seja, não tinham formação específica para atuarem na educação.

QUADRO 6 – Número de escolas primárias subvencionadas em Ponta Grossa por sexo

Ano	Masc.	Fem.	Promíscuas
1894	2	2	-
1895	1	1	2
1896	1	1	3
1897	2	2	3

Fonte: Dados retirados dos Relatórios dos Secretários de Governo e organizados pela autora

O quadro acima permite visualizar o baixo número de escolas subvencionadas por sexo existentes na cidade, num período de quatro anos[35].

[35] Justifica-se as datas não contempladas no quadro, devido a não conter nos relatórios do Governo, o número de escolas por sexo.

Em 1907 instituiu-se o Instituto Comercial Dr. João Cândido, no qual eram ensinadas as disciplinas de português, francês, alemão, geografia, aritmética, geometria, história do Brasil e escrituração mercantil. Era gratuito, mas poderia ser cobrado uma taxa anual de matrícula (PARANÁ, 1907, p. 37).

A primeira escola pública da cidade, foi inaugurada somente em 1912. O Grupo Escolar denominado Grupo nº 2[36] (Escola Pública Promíscua), foi criado pela Lei nº 1201 de 28 de março de 1912. Esta escola foi composta pela reunião de duas escolas isoladas, a da professora Sara Sanches e a Escola Pública de Ponta Grossa, da professora Luzia Fernandes.

FIGURA 9 – Corpo docente do Senador Correia em 1918

Fonte: Casa da Memória

Em 1914, o jornal O Progresso já publicava o resultado dos exames dos alunos da escola regida pela professora Luzia Fernandes:

> Acta do exame parcial realizado no prédio onde funcciona a Escola Publica para o sexo feminino regida pela D. D. preceptora Luzia Fernandes.
> Aos quinze dias do mez de Outubro de mil novecentos e quatorze, reunidos na sala de aula do referido prédio todos os alumnos e alumnas das quatro series, deu-se começo aos exames. Foram arguidos pelos professores d. Côra Marques e João Dias da Costa os alumnos da 1ª e 2ª serie que se destinam a exame final e de classe. Foram arguidos em todas as matérias que constituem, isto é, que pelo Regulamento são exigidas para o curso primário.
> Obtiveram as seguintes notas os alumnos de 1ª. Serie: Arlindo Conceição Bovo, 10; Rosa Mayer, 10; Ocalina Mello, 10; Maria Eugenia Veiver, 10; Noemia da Anunciação, 9; Eleodora dos Santos, 7. Obtiveram as seguintes notas os alumnos de 2ª serie: Elvira Plank, 10; May de Oliveira Franco, 10; Alayde Rolim Ayres, 10; Maria Luiza Routh, 10; Rosalina Ricce, 9; Rosa Comenezes, 9; Joaquim Camargo Prockno,

[36] Em 1912, o Grupo nº 2 recebeu a denominação de Casa Escolar Senador Correia, pelo Decreto n. 324 de 13 de abril de 1912.

> 9; e tirou também 10 o pequeno Salustiano de Ramos que, com nove annos de idade apenas me empressionou deveras pelo muito que sabe em relação a sua idade, pois, mostrou ser um talento [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1193, 24 out. 1914).

Por meio dessa citação, nota-se que ainda eram poucos os alunos que frequentavam a referida escola, "embora a educação para o povo fosse o alvo nos discursos dos republicanos, mesmo com a abertura dos grupos escolares, uma parcela da população que era atendida no Estado do Paraná, não representava a totalidade da demanda por educação" (NASCIMENTO, 2003, p. 8).

Segundo Luporini (1987) as meninas e meninos estudavam em períodos diferentes, as meninas à tarde e os meninos de manhã. Além disso, embora as aulas fossem em períodos diferenciados, os locais de recreio também eram diferentes.

O referido grupo, possuía 5 salas de aula, entretanto, funcionavam apenas 3 classes. "Durante 15 anos, será a única escola oficial do Estado na cidade, visto que a fundação da Escola Normal Primária ocorrerá em 1924 e a fundação do Ginásio Regente Feijó, em 1927" (LUPORINI, 1987, p. 23).

Ainda em 1914, foi inaugurado no Grupo nº 2. A Caixa Escolar dr. Azevedo Macedo:

> Hontem, 12 de Outubro, às 14 horas, no grupo Escolar Senador Correia, realizou-se a inauguração da caixa escolar dr. Azevedo Macedo. Grande era o numero de creanças que assistiu ao acto. Aberta a sessão que assistiu pelo illustre sr. Dr. Oliveira Franco, inspector escolar deste districto, foi dada a palavra ao professor sr. Alcidio Ribeiro, que produzio enthusiastica oração e terminou lendo o artigo Colombo, que amanha publicaremos. Foi eleita a seguinte directoria da Caixa Escolar: Diretor: professor Alcidio Ribeiro; thesoureiro, professor Antonio de Oliveira Sentone; Secretaria, professora d. Maria da Luz Virgolino e Silva; para membros do conselho fiscal foram eleitas as professoras d. d. Sara Santos de Almeida e Lucia Dechandt, sendo presidente nato do conselho o sr. Dr. Inspector Escolar (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1183, 13 out. 1914).

A Caixa Escolar surgiu na Suíça e se espalhou para outros países. Era destinada a contribuir com algumas despesas da escola. Nas palavras de Martinez (PARANÁ, 1920, p. 29) *"concorrerão para as caixas todos os que quiserem, arbitrando o professor ou o próprio contribuinte a mensalidade ou annuidade a pagar. Também as creanças trarão de vez em quando o seu humilde e significativo tostão para auxílio aos próprios colleguinhas".* Entretanto, pode-se notar a existência da descentralização do Estado, quando este, deveria ser responsável pela educação em sua totalidade.

No Grupo Escolar nº. 2, em 1923, passou a funcionar o Grupo Escoteiro de Ponta Grossa. Admitiam-se no referido grupo somente meninos entre 9 e 13 anos (OLIVEIRA, 2002).

Em 1915, a cidade contava com os seguintes números de escolas:

> *São 11 as escolas publicas que existem dentro da cidade.*

> *Escolas para o sexo feminino - 8, sendo quatro no Grupo Escolar e quatro isoladas. Escolas para o sexo masculino - 3, sendo 2 no Semi Grupo e uma isolada. Além dessas escolas, que todas são dirigidas por professores normalistas, outras existem nos arrabaldes da cidade, nas Officinas, no Pellado, etc (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1255, 13 jan. 1915).*

Em 1917, foi fundada a denominada Escola Intermediária, destinada a preparar professores primários adjuntos, ou seja, credenciava à matrícula na Escola Normal de Curitiba. A primeira diretora da escola foi a professora Judith Silveira (OLIVEIRA, 2002).

FIGURA 10 – Escola Intermediária

Escola Intermediaria

Tivemos o grato ensejo de visitar a bella exposição de prendas domesticas, desenho a cores, a creyon, etc, installada na sala principal do edificio onde funccionam as escolas reunidas «Dr. João Candido».

As provas exhibidas são de molde a honrar a Escola Intermediaria e as suas competentes Directoras.

Vimos trabalhos delicados, bordados, pinturas finissimas, serviços que satisfazem cabalmente.

Amanhã, na referida Escola, será feita a distribuição de diplomas e premios.

Nossos cumprimentos ás exmas. snras d. d. Judith Silveira e Lucia Dechand, esforçadas Directora e Adjunta desse importante estabelecimento de ensino.

Fonte: Diário dos Campos, ed. 2959, 28 dez. 1921.

A publicação da escola secundária revela a predominância de trabalhos manuais como prendas domésticas, desenho, bordado, pintura. A exposição dos trabalhos aconteceu no Instituto Dr. João Cândido.

No ano de 1921, a cidade contava com as seguintes escolas isoladas:

QUADRO 7 – Escolas Isoladas e número de alunos matriculados, em 1921

Localidades	Professores	Alunos matriculados
Uvaranas	Cecíllia Cardozo Martins	82
Pedrozo	Maria Christina de Paula	48
Ronda	Maria Carolina da C. Souza	83
Olaria	Sylvia Machado de Souza	84
Col. D. Luiza	Leonor Cardozo Martins	77
Corrientes	Aminda de Mello Lyria	100
Taquarussu	Izaura Galvão da Silva	39
Oficinas	Luiza Gonçalves Monteiro	61
Itaiacoca	Maria Gravina da Costa	39
Escola Nocturna	Arthur Monteiro	26
Escola Nocturna	Suentonio Bittencourt Junior	85

Fonte: Dados retirados dos Relatórios dos Secretários de Governo e organizados pela autora

Além dessas escolas, funcionavam na cidade escolas particulares de cunho religioso, como o Colégio São Luiz e Sant'Ana.

FIGURA 11 – Anúncio para matrículas no Colégio Sant'Ana

Collegio Sant'Anna

Dirigido pelas Irmãs Servas do Espirito Santo. Externato para Meninas. (acceitam-se tambem meninos até á edade de 9 annos.)
O Ensino abrange as seguintes materias:

Religião, Portuguez, Francez, Arithmetica, Geometria, Leitura, Geographia, Historia do Brazil, Historia Universal, Calligraphia, Desenho, Trabalhos manuaes e Canto.

Duas vezes por semana ha cursos especiaes de Desenho, Pintura, Trabalhos finos e Musica.

Reabertura das aulas 7 de Janeiro de 1910.

Fonte: Jornal O PROGRESSO, ed. 277, 25 jun. 1910.

O Colégio Sant'Ana fundado em 1905, era dirigido pelas irmãs missionárias da Congregação das Servas do Espírito Santo e inicialmente ofertava aula somente para meninas. No anúncio acima, fica claro o currículo "especial" para as meninas, sendo composto pelas

disciplinas de trabalhos manuais e canto. Pouco tempo depois, a Congregação fundou três escolas anexas: a Escola Alemã, a Escola Polonesa e uma escola para pobres negros, estabelecida na sacristia da Igreja do Rosário (CHORNOBAI, 2002, p. 32).

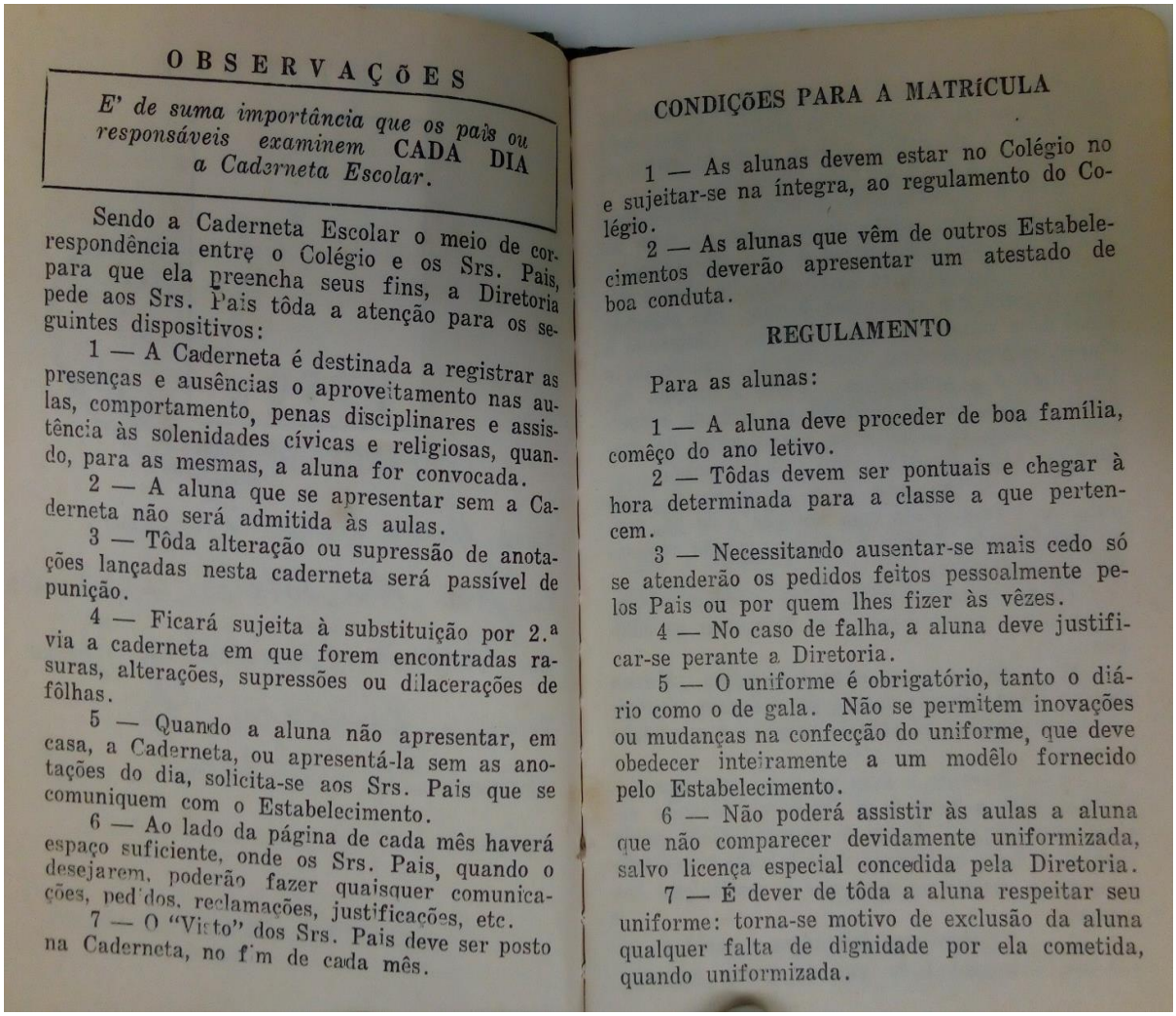
Em 1947, passou a funcionar no Sant'Ana, o curso normal, o qual estava localizado na cidade considerando a existência de famílias com condições financeiras suficientes para custear os estudos dos filhos. O que acabava afastando "a congregação da população mais carente e efetivava seu trabalho junto às classes médias urbanas" (CHORNOBAI, 2002, p. 103).

FIGURA 12 – Caderneta escolar de Diva Dias Franco

Fonte: Museu Municipal de Ponta Grossa

A figura acima refere-se à caderneta escolar de Diva Dias Franco, aluna do curso normal do Sant' Ana. Na primeira página, a caderneta apresentava os dados de identificação da normalista.

FIGURA 13 – Utilidade da caderneta escolar e o regulamento do curso normal



OBSERVAÇÕES

E' de suma importância que os pais ou responsáveis examinem CADA DIA *a Caderneta Escolar.*

Sendo a Caderneta Escolar o meio de correspondência entre o Colégio e os Srs. Pais, para que ela preencha seus fins, a Diretoria pede aos Srs. Pais tôda a atenção para os seguintes dispositivos:

1 — A Caderneta é destinada a registrar as presenças e ausências o aproveitamento nas aulas, comportamento, penas disciplinares e assistência às solenidades cívicas e religiosas, quando, para as mesmas, a aluna for convocada.

2 — A aluna que se apresentar sem a Caderneta não será admitida às aulas.

3 — Tôda alteração ou supressão de anotações lançadas nesta caderneta será passível de punição.

4 — Ficará sujeita à substituição por 2.ª via a caderneta em que forem encontradas rasuras, alterações, supressões ou dilacerações de fôlhas.

5 — Quando a aluna não apresentar, em casa, a Caderneta, ou apresentá-la sem as anotações do dia, solicita-se aos Srs. Pais que se comuniquem com o Estabelecimento.

6 — Ao lado da página de cada mês haverá espaço suficiente, onde os Srs. Pais, quando o desejarem, poderão fazer quaisquer comunicações, pedidos, reclamações, justificações, etc.

7 — O "Visto" dos Srs. Pais deve ser posto na Caderneta, no fim de cada mês.

CONDIÇÕES PARA A MATRÍCULA

1 — As alunas devem estar no Colégio no e sujeitar-se na íntegra, ao regulamento do Colégio.

2 — As alunas que vêm de outros Estabelecimentos deverão apresentar um atestado de boa conduta.

REGULAMENTO

Para as alunas:

1 — A aluna deve proceder de boa família, começo do ano letivo.

2 — Tôdas devem ser pontuais e chegar à hora determinada para a classe a que pertencem.

3 — Necessitando ausentar-se mais cedo só se atenderão os pedidos feitos pessoalmente pelos Pais ou por quem lhes fizer às vêzes.

4 — No caso de falha, a aluna deve justificar-se perante a Diretoria.

5 — O uniforme é obrigatório, tanto o diário como o de gala. Não se permitem inovações ou mudanças na confecção do uniforme, que deve obedecer inteiramente a um modêlo fornecido pelo Estabelecimento.

6 — Não poderá assistir às aulas a aluna que não comparecer devidamente uniformizada, salvo licença especial concedida pela Diretoria.

7 — É dever de tôda a aluna respeitar seu uniforme: torna-se motivo de exclusão da aluna qualquer falta de dignidade por ela cometida, quando uniformizada.

Fonte: Museu Municipal de Ponta Grossa

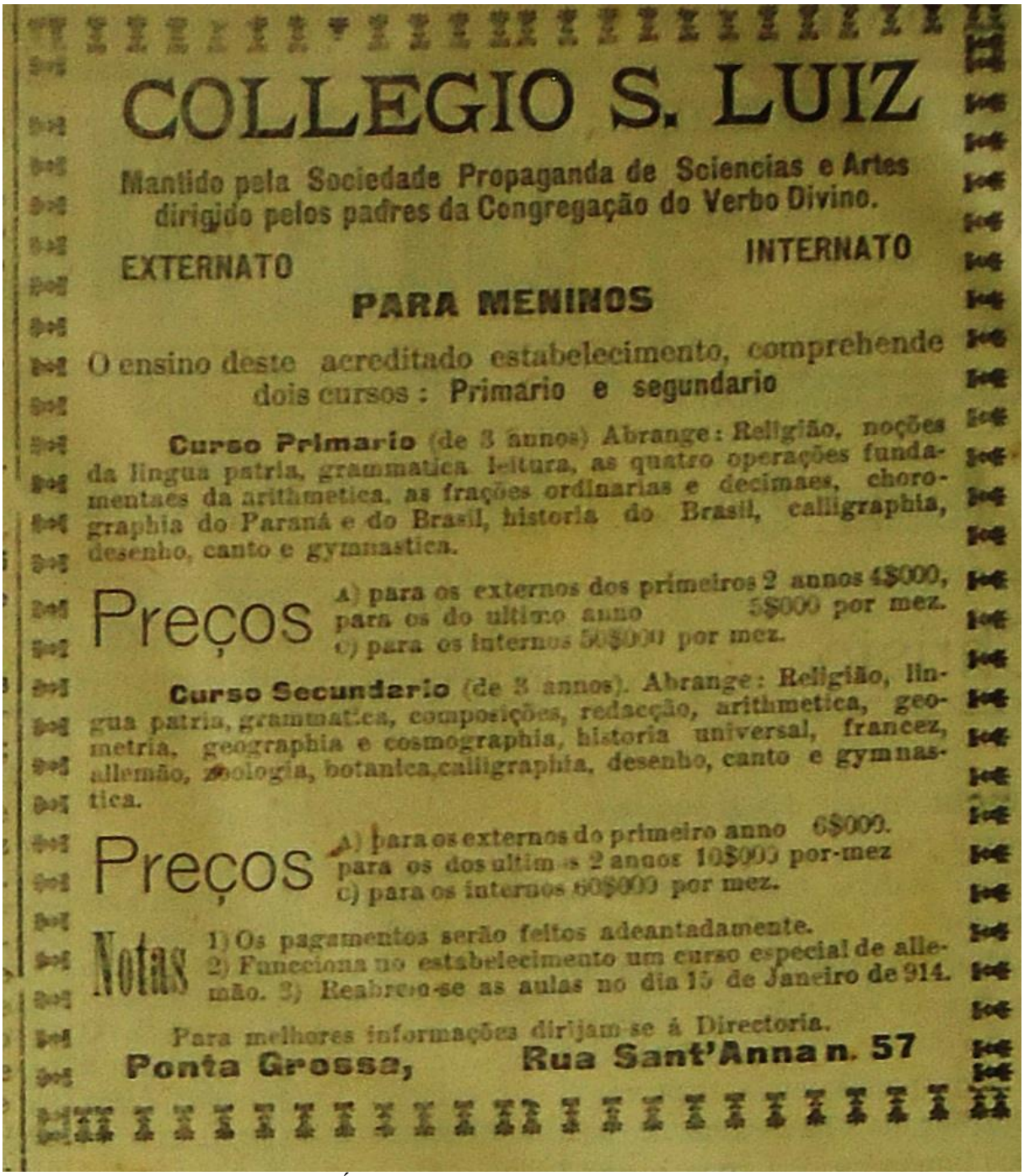
A caderneta escolar que servia como um meio de correspondência entre o colégio e os pais, apresentava o regulamento, que em seu primeiro tópico, dizia que a aluna do curso normal deveria proceder de boa família.

Segundo Chornobai (2002, p. 112) as irmãs do Sant'Ana "procuravam estabelecer novos padrões de comportamento e estimular sentimentos de religiosidade". Para inculcar esses padrões, as irmãs contavam com uma organização espacial, sendo que "os ambientes de recreio, os espaços livres, os corredores, os momentos de lazer, deveriam ser controlados" (CHORNOBAI, 2002, p. 112). As mestras deveriam formar o caráter das educandas, infundir-lhes o amor à economia e deste modo, prepará-las para sua futura posição na sociedade" (Idem).

Como já citado, Anita Philipovsky foi educada em casa por professores contratados pelo seu pai. Sua educação foi diferenciada das demais meninas que estudavam em escolas do Estado ou escolas particulares.

Além disso, Anita contou com bons professores. Exemplo disso, foi a professora Georginina Bianchi (a única professora que as fontes a que se teve acesso para a construção desse trabalho permitiu identificar), que recebeu vários prêmios literários, circulou com seu trabalho em Curitiba, Ponta Grossa, São Paulo e Itália, conforme já citado em nota de rodapé.

FIGURA 14 – Anúncio para matrículas no Colégio São Luiz



COLLEGIO S. LUIZ

Mantido pela Sociedade Propaganda de Sciencias e Artes dirigido pelos padres da Congregação do Verbo Divino.

EXTERNATO INTERNATO

PARA MENINOS

O ensino deste acreditado estabelecimento, comprehende dois cursos: Primario e segundario

Curso Primario (de 3 annos) Abrange: Religião, noções da lingua patria, grammatica leitura, as quatro operações fundamentaes da arithmetica, as frações ordinarias e decimaes, chorographia do Paraná e do Brasil, historia do Brasil, calligraphia, desenho, canto e gymnastica.

Preços A) para os externos dos primeiros 2 annos 4$000, para os do ultimo anno 5$000 por mez. c) para os internos 50$000 por mez.

Curso Secundario (de 3 annos). Abrange: Religião, lingua patria, grammatica, composições, redacção, arithmetica, geometria, geographia e cosmographia, historia universal, francez, allemão, zoologia, botanica, calligraphia, desenho, canto e gymnastica.

Preços A) para os externos do primeiro anno 6$000. para os dos ultimos 2 annos 10$000 por-mez c) para os internos 60$000 por mez.

Notas 1) Os pagamentos serão feitos adeantadamente. 2) Funcciona no estabelecimento um curso especial de allemão. 3) Reabre-se as aulas no dia 15 de Janeiro de 914.

Para melhores informações dirijam-se á Directoria.

Ponta Grossa, Rua Sant'Anna n. 57

Fonte: DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 941, 26 dez. 1913.

O Colégio São Luiz foi fundado pelo padre João Lux, o ano de 1906. Enquanto o Colégio Sant'Ana destinava-se às meninas, o São Luiz dirigia-se ao ensino de meninos, em regime de internato e externato (OLIVEIRA, 2002). Compreendia os cursos primário e secundário, com mensalidades nos seguintes valores: Ensino Primário: para externos dos primeiros 2 anos a mensalidade era de 4$000; para os do último ano era de 5$000; a mensalidade dos internos era de 50$000. Ensino Secundário: para externos do primeiro ano a mensalidade era de 6$000; para os dois últimos anos era de 10$000; para internos o valor era de 60$000.

Além das escolas "formais" de ensino, ofertava-se também aulas particulares, como no anúncio a seguir: "***Aula particular.*** *Acha-se aberta uma aula particular, para meninas, do dia 7 de Janeiro e diante. Tratar à Rua Sete de Setembro n.º 25 (*O Progresso, ed. 357, 31 dez. 1910)". Como apontado no anúncio, a aula particular era especificamente destinada para meninas. Salienta-se a dualidade "rígida" existente, ou seja, a separação rigorosa entre os sexos, a qual não limitava-se a existir somente nas "escolas formais".

Além disso, anunciava-se na cidade aulas de línguas estrangeiras: "***Claudio Borges*** *ensina inglez e allemão e traduz outras línguas para o portuguez e vice-versa.* ***Rua Frei Caneca n. 1*** *(Diário dos Campos, ed. 1550, 7 fev. 1916)"*. O anúncio refere-se a aulas particulares de inglês e alemão e não especificou para qual sexo. Embora a cidade contasse com aulas de línguas, poderiam frequentá-las somente os indivíduos que tivessem condições para custear.

Anunciava-se também, aulas para "os moços" que quisessem instruir-se militarmente, para tanto, oferecia-se aulas de esgrima e evoluções no Instituto Dr. João Candido no período da noite. As aulas eram ministradas pelo instrutor Lopes Vieira e eram restritas aos homens (Diario dos Campos, ed. 1745, 30 set. 1916).

FIGURA 15– Anúncio de aulas de bordado e costura

Fonte: O PROGRESSO, ed. 245, 8 jan. 1910

O referido anúncio oferecia aulas de bordado e costura, na Rua 7 de Setembro, não especifica o público para quem as aulas são destinadas, entretanto, estas são dirigidas por uma mulher, a professora Amalia Garcia.

Além de aulas de bordado, a cidade contava também com aulas de pintura:

FIGURA 16 – Anúncio de aulas de pintura

Fonte: O PROGRESSO, ed. 386, 9 mar, 1911.

Assim como no anúncio das aulas de costura, este também não apontava a qual sexo destinava-se as aulas e estas também eram ministradas por mulheres, as professoras Bianchi e Cecchi.

Além disso, para quem quisesse, a Escola Remington oferecia aulas diurnas e noturnas de datilografia para ambos os sexos, sob direção da professora Sylvia Wey. A escola situava-se na Rua Balduíno Taques n.º 19 (Diário dos Campos, ed. 3046, 19 abr. 1922).

Dessa forma, Ponta Grossa contava com algumas escolas particulares para meninos e meninas, escolas isoladas, somente 1 Grupo Escolar, aulas particulares de pintura, música e bordado, inglês, datilografia e 1 escola intermediária. Foi somente em 1924, que a cidade pôde contar com uma Escola Normal e em 1927, com um ginásio denominado Ginásio Estadual Regente Feijó (OLIVEIRA, 2002).

A Escola Normal de Ponta Grossa, foi instituída pelo Decreto nº. 135, somente em 1924, o qual regulamentava que:

> Art. 1º As escolas normaes primarias destinam-se a formar professores para o ensino primário.
> Art. 2º O seu curso é de 3 annos, além de dois annos de curso intermediário [...]
> Art. 3º Annexo à Escola Normal funccionará um curso intermediário, de dois annos, no qual serão leccionadas as seguintes matérias: Portuguez, Mathematica, Geographia, Historia Patria, Elementos de Sciencias Physicas e Naturaes, Desenho, Musica, Gymnastica e Trabalhos Manuais (VAZ, 2005, p. 137).

Os alunos que concluíssem o curso intermediário, estariam aptos a cursar o 1º ano da Escola Normal. Em caso de pretensão em cursar a Escola Normal sem o curso intermediário, havia a oportunidade do candidato realizar um teste de admissão oral e escrito.

No mês de fevereiro de 1924, as Atas da Escola Normal revelam que aconteceram os primeiros exames admissionais. 25 candidatos realizaram as provas, sendo 17 mulheres e oito homens. Número que deixa claro o baixo interesse masculino pelo magistério e a predominância feminina.

Enquanto as alunas eram mulheres em sua maioria, o quadro de professores era de predominância masculina, sendo eles: Nicolau Meira de Angelis, José Brasil Valério, Joaquim Meneleu de Almeida Torres, João Anastácio Delê, Otávio Guimarães, Maria Galvão, Roberto Emílio Mongruel, Maria Cercal Correia, Maria Luiza Ruth. O primeiro diretor da Escola Normal foi Meneleu de Almeida Torres (VAZ, 2005).

FIGURA 17- Docentes da Escola Normal de Ponta Grossa (1924)

Fonte: Arquivo Público do Paraná

Desde a instituição da Escola Normal até 1930, foram diplomados 113 alunos, visto que nas turmas que se formaram em 1926, 1927 e 1928, que totalizavam 39 alunos, somente seis eram homens (VAZ, 2005). Até a conclusão da primeira turma de professores, a cidade contava somente com professores normalistas vindos de Curitiba, sendo que a primeira professora normalista a lecionar em Ponta Grossa foi Octacília Hasselmann de Oliveira, diplomada em 1906.

No ano de 1927, foi instituído na cidade o ginásio Regente Feijó, que ofertava curso secundário. A necessidade desse segmento da educação já havia sido reclamado por Philipovsky: *"para frequentar o curso secundário na capital poucos paes podem arcar com as despesas [...] Quando se abrio o instituto "Dr. João Candido", em nossa cidade podia estabelecer se também um curso secundário para meninas" (O Progresso, ed. 595, 08 ago. 1912).*

Os primeiros professores nomeados para lecionarem na escola foram: Estevam Zeve Coimbra, Manoel Isidoro Dias de Gracia, Nicolau Meira de Angelis, Ângelo Lopes (diretor e professor), Júlio Eleutério da Luz, Helvídio Silva e Tufy Nicolau. Concluíram o curso em 1931, 15 alunos, foram eles: Manoel da Cunha Netto, Octacília Mariana, Hudson Barros da Silva, Lincoln Graça, Ovídia Penteado Ribas, Ailita dos Santos França, Edui Vilaca, Pedro L. de

Souza, Antônio Ramalho, Lucidoro Ferreira Santos, João Dias Ayres, Czes Law Las, Faris Antônio Michaele, Henrique Kudlisnki e João Ceci Filho (REMER, 2012).

Mediante as considerações desse capítulo, destaca-se que, o lento crescimento de escolas públicas na cidade e as diferenças acentuadas na educação de meninas e meninos, inclusive, a diferença de oportunidades de formação. Diferença esta, que Anita Philipovsky já sinalizava, na medida em que as oportunidades formativas para as mulheres na cidade, se restringiam ao curso normal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anita desenvolveu grande produção intelectual entre as décadas de 1910 e 1920, publicando frequentemente em numerosos jornais e revistas paranaenses como: "Ilustração Paranaense", Diário dos Campos, Prata de Casa, dentre outros (SANTOS, 2002).

Foi filiada ao Centro Cultural Euclides da Cunha (SANTOS, 2002) fundado em Ponta Grossa, em 1947, por Faris Antônio Salomão Michaele. O referido centro "reunia intelectuais ponta-grossenses que discutiam assuntos pertinentes à cultura e aos valores da sociedade. Desenvolviam a literatura, a ciência, as artes e buscavam uma troca de ideias com o resto do país e as Américas" (AUGSTEN; DA SILVA, 2008, p. 6). Revelando que Anita circulou entre grandes intelectuais ponta-grossenses e discutia sobre vários assuntos, que iam muito além de assuntos ligados ao mundo feminino, como moda ou beleza.

Ficou evidente que o meio que a escritora utilizou para publicar suas produções foi a imprensa. Como mencionado, naquele contexto o jornal foi um grande difusor de debates e posicionamentos.

Embora a maioria dos escritores que publicavam fossem homens, Anita fez parte do grupo das mulheres pioneiras no referido veículo de informação. Foi possível identificar por meio de uma notícia republicada pelo *Diário dos Campos*, que a escritora tinha visibilidade na capital paranaense, na medida em que o jornal curitibano *A Republica* noticiou sua estada na cidade, com posteriores elogios. Ao replicar a notícia, o jornal ponta-grossense viu o fato como algo importante, já que escritores interioranos seriam por vezes esquecidos na capital. Foi reconhecida pelo referido jornal republicano como uma mulher que pensa, filosofa e aborda questões sociais com superioridade.

Durante o período em que publicou, manteve o hábito de dedicar alguns de seus textos para pessoas que faziam parte de seu círculo de sociabilidade. Bueno (2010) argumenta que tal prática pode ser considerada uma estratégia de divulgação da produção, e ao mesmo tempo era uma forma de manter o vínculo editorial.

Discutir neste trabalho a conjuntura em que Anita atuou foi de extrema importância, pois foi possível constatar que o ideal de mulher propagado, era a que não criticasse e que evitasse comentários desfavoráveis (DEL PRIORE, 2014); o baixo nível de educação feminina reafirmava a visão conservadora da sociedade e a distinção entre o homem e a mulher, perpetuando a supremacia masculina; o "destino" das mulheres era o casamento e a maternidade; poucas mulheres circulavam em espaços predominantemente masculinos e a

profissão “melhor vista” pela sociedade, foi a docência; as próprias leis colocavam as mulheres como submissas; ao referenciar-se à alguma mulher, era comum que tal referência estivesse ligada ao marido, ou ao pai, quando solteira.

Embora os moldes da sociedade daquele contexto, colocassem “como padrão”, a mulher do lar, do espaço privado, as mulheres da classe proletária ou viúvas, precisavam sair da passividade, em busca de trabalho para prover seu sustento. Inclusive, faziam tentativas de conseguir moradia com a prefeitura.

Philipovsky defendeu que as mulheres poderiam alcançar a “autonomia”, ou seja, poderiam ser menos dependentes por meio do trabalho, que não só o magistério. Entretanto, existiram as próprias mulheres que “eram fruto de seu tempo”, e defendiam que sua função social era a mulher mãe e esposa.

Assim, os dados obtidos permitiram constatar que Anita Philipovsky pode ser compreendida como uma exceção, entre as mulheres de seu tempo, não excluindo também outras mulheres que marcaram nesse contexto, como por exemplo, Bertha Maria Julia Lutz e Mariana Coelho (dentre outras), na medida em que contrariou os padrões que esperava-se de uma mulher da sociedade republicana: não se casou; não teve filhos; poetisa, circulando num espaço marcadamente masculino; suas observações revelam a postura de uma mulher crítica. Ou seja, Anita, assim como as mulheres citadas foram um grupo feminino que se posicionaram perante as condições sociais das mulheres.

A intenção não foi classificar a escritora como melhor do que outras mulheres, pois as costureiras, operárias, domésticas, mulheres que eram responsáveis ou contribuíam nas despesas da família também merecem destaque, pois as mulheres: “[...] das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). O objetivo aqui proposto foi o estudo de uma mulher que se posicionou perante as desigualdades vivenciadas pela camada feminina.

Desse modo, a pesquisa revelou que, alguns fatores contribuíram para isso. O pai de Anita foi um engenheiro contratado para trabalhar no Brasil, sendo reconhecido pelo trabalho que exercia. Era um homem que demonstrava inteligência e possuidor de grande cultura, sendo seu maior incentivador nos estudos e na leitura por meio da rica biblioteca que possuía em casa.

Seu avô foi vereador de Ponta Grossa e dono de terras na região. Sendo filha de um engenheiro, homem que teve condições materiais favoráveis para completar sua formação num ensino superior e neta de um homem de posses e que circulou entre o meio político ponta-grossense, o que significa que eram uma família reconhecida na cidade.

Sendo o homem, sujeito histórico e social, suas ideias, sua consciência, estão diretamente ligadas com a atividade material, como compreendiam Marx e Engels (2007, p. 94) "são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas".

Ou seja, o círculo social em que a família de Anita vivia, favoreceu o contato com pessoas cultas e influentes no meio literário e, também a concretizar seus estudos em casa. Importante destacar, que em sua idade escolar (obrigatório para meninas de 7 a 12 anos, segundo o Decreto n. 93 de 1901) excetuava-se da obrigatoriedade do ensino, crianças que residissem à distância da escola pública, maior de dois quilômetros para meninos e de um para meninas.

A residência da família era distante da cidade, o que dificultava para Anita frequentar alguma escola urbana. Com isso, sua família contratou professores que eram em sua maioria estrangeiros, os quais passaram a residir na fazenda. Esses professores foram responsáveis pelo ensino básico, ensino de alemão e francês, artes, música (cítara) e pintura, sendo sua professora de pintura a italiana Giovanina Bianchi, que também circulou no meio literário e foi sua grande incentivadora na publicação de suas produções. O contato com Giovanina revelou-se de extrema importância para que Philipovsky despontasse no meio letrado.

A educação em Ponta Grossa, na idade escolar de Anita, estava regida pelo Decreto estadual n. 93, de 1901, que propunha currículos diferenciados para a meninas. Como a própria escritora afirmou, as meninas não tinham outras opções de estudos além do ensino primário. Dessa forma, a escritora defendia que as oportunidades formativas nas escolas deveriam ser expandidas, a fim de permitirem que as mulheres pudessem vislumbrar outras profissões, além da formação na Escola Normal.

Importante destacar, que Anita não modificou o modelo educacional discutido aqui, nem trouxe mudanças para a educação, pois, as relações de produção não permitiram. Visto que ela própria ao final da vida manteve-se em casa produzindo a vida por meio de bordados. Da posição de uma mulher fora dos padrões, passou para uma posição comum ao meio feminino, mulher do lar, exercendo um trabalho dito "feminino".

Ponta Grossa seguiu as regulamentações educacionais vigentes no estado. A regulamentação de 1910 igualou as idades de ambos os sexos, sendo o ensino primário do curso elementar obrigatório para crianças de 7 a 14 anos (Art. 111). Já em 1915, estabeleceu-se novamente a diferenciação da obrigatoriedade do ensino, sendo de 7 a 12 anos para meninas e 7 a 14 para meninos (CÓDIGO DO ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ, Art. 48).

O Código do Ensino de 1915, ao instituir o ensino infantil, no qual poderiam ser matriculadas crianças que tivessem de 2 a 7 anos de idade (Art. 33º.) e estabelecer que cada escola fosse composta por uma professora diretora, uma ou mais professoras adjuntas, uma ou mais guardiãs e duas ou mais serventes (Art. 38º.) e que dentre as condições para ser diretora, a professora deveria ser normalista e ter capacidade física e moral (na falta de professora normalista, seria nomeada para o cargo, uma mulher que tivesse capacidade física e moral (Art. 47º.)), marcou clara e abertamente a figura da mulher professora de crianças, embora as mulheres já estivessem presentes no magistério.

Foi possível identificar que embora o Estado se movimentasse e instituísse leis e Decretos para buscar "atualizar" e "melhorar" a educação, na prática, eram poucos os recursos que o Governo aplicava na educação, sem contar com a lenta expansão das escolas públicas pelo país. As escolas contavam com estruturas precárias, faltavam mesas, quadro negro, e demais recursos.

A partir de uma visita feita ao quartel da cidade, Anita emitiu sua concepção sobre quais os elementos uma escola deveria ter: salas de aula espaçosas, recursos didáticos como mapas, atlas, quadro negro. Recursos estes, que nem sempre o Estado repassava para as escolas.

No ano de instituição do Código de Ensino, existiam na cidade:

> *São 11 as escolas publicas que existem dentro da cidade.*
> *Escolas para o sexo feminino - 8, sendo quatro no Grupo Escolar e quatro isoladas. Escolas para o sexo masculino - 3, sendo 2 no Semi Grupo e uma isolada. Além dessas escolas, que todas são dirigidas por professores normalistas, outras existem nos arrabaldes da cidade, nas Officinas, no Pellado, etc (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1255, 13 jan. 1915).*

O primeiro grupo escolar de Ponta Grossa foi inaugurado somente em 1912, denominado de Grupo nº 2 (Escola Pública Promíscua).

Além dessas escolas, funcionavam na cidade escolas isoladas, escolas particulares de cunho religioso, como o Colégio São Luiz e Sant'Ana. Sendo o São Luiz para meninos e o Sant'Ana para meninas. Além das escolas "formais" de ensino, ofertava-se também aulas particulares, aulas particulares de língua estrangeira, instrução militar e esgrima para meninos, aulas de bordado, pintura e costura, curso de datilografia.

A Escola Normal na cidade, foi instituída somente em 1924. Enquanto as alunas eram mulheres em sua maioria, o quadro de professores era de predominância masculina. Já a primeira turma que concluiu o ginásio no Regente Feijó, contou com apenas 3 mulheres de 15 alunos.

Diante dos dados obtidos, verificou-se que a educação das mulheres durante a Primeira República, foi marcadamente diferenciada. Dentre as distinções estão: a idade obrigatória para adentrar à escola; a quantidade de escolas primárias destinadas para meninos e meninas; acesso à outros níveis de formação, para além do magistério.

Aferiu-se também que, embora a cultura, os discursos, as visões construídas com relação às mulheres na Primeira República tenham se mostrado conservadora e patriarcal, deparou-se com mulheres paranaenses que trabalhavam dentre outros locais, em indústrias, lojas e escritórios. As fontes relacionadas à cidade de Ponta Grossa, revelaram que as mulheres assumiam principalmente funções "que estariam ligadas às características femininas": professoras, costureira, lavagem e secagem de roupas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX.** 2º edição revisada e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2006.

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil.** 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 55-96.

ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, J. S. de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória. **Revista brasileira pedagógica.** Brasílira, v. 76, n. 184, p. 666-689, set/dez, 1995.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

AUGSTEN, P; DA SILVA, M. L. B. Tapejara – apolítico e independente: porta-voz do primeiro centro cultural de Ponta Grossa. Mídia Alternativa, do **XI Congresso Nacional da História da Mídia.** Niterói – RJ, maio de 2008.

BARRETO, Carolina Marielli. **Ensino de Arte e Educação profissional feminina**: um estudo de caso sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo. 241 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2007.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BOSCHILIA, R. Mulheres descendentes de imigrantes e o espaço fabril. In: TRINDADE, E. M de C.; MARTINS, A. P. V. **Mulheres na História:** Paraná – Séculos 19 e 20. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 4-23, fev. 1988.

BUENO, A. **Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940).** 124 f. Dissertação (Mestrado) – Curitiba, 2010.

CAMPOS, N. de. Encontros e desencontros no processo de constituição do ensino superior no Paraná: 1912-1922. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 21, p. 93-122, set./dez. 2009.

CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas:** O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.

CARVALHO, J. M. de. Os três povos da República. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 96-115, setembro/novembro, 2003.

CHAUÍ, M. Ideologia e educação. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, n.5, p. 24-40, 1980.

CHAVES, N. B. Os "problemas citadinos" em uma "cidade civilizada": estratégias discursivas de um intelectual polivalente no jornal Diário dos Campos – Ponta Grossa (década de 1930). In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG-UNICENTRO**, 2. 2015, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2015. p. 1-12.

CHAVES, N. B**. Entre "preceitos" e "conselhos": discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931 – 1953).** 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CHAVES, E. O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação. In: **Liberalismo e educação em debate**. José Claudinei Lombardi e José Luis Sanfelice (Orgs.). Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2007.

CHORNOBAI, G. B. **Igreja Católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa (PR):** a escola normal de Sant'Ana (1947-1960). 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CURY, C. R. J. **Cidadania republicana e educação:** Governo Provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COELHO, M. **Evolução do feminismo:** subsídios para a sua história. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

DEL PRIORE, M. **Histórias e conversas de mulher.** 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FONTES, L. C. dos S. **O percurso de um poema:** os poentes da minha terra, de Anita Philipovsky. COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FREITAS, D. **O capitalismo pastoril.** Porto Alegre: São Lourenço de Brindes, 1980.

FREITAS, D. G. de. **Entre ofícios e prendas domésticas:** a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917 – 1974). 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 69-90.

GRASSI, T. M. **As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos impérios (1875-1914).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar: o discurso médico para a Escola Paranaense (1886-1947)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil:** ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOMBARDI, J. C. Educação e ensino em Marx. **Revista Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 2, 2010, p. 20 -42.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 441-481.

LUPORINI, T, J. **Escola Estadual Senador Correia:** pioneira da instrução pública em Ponta Grossa. Ponta Grossa, Planeta, 1987.

MANOEL, I. A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910).** Uma face do conservadorismo. São Paulo: EdUNESP, 1996.

MARTINIAK, V. L. **A Escola Normal dos Campos Gerais:** a atuação do diretor segundo as diretrizes do Estado. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. L I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret Ltda, 2011. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor).

MARX, K. **O manifesto do Partido Comunista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX.K. **Salário, preço e lucro**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

MIGUEL, M. E. B. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2009, Aracajú. V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. p. 01-24.

MUZART, Z. L. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX:** antologia. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR.** 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

NACIMENTO, M. I. O advento da República e os grupos escolares no Paraná 1900-1920. UNCAMP: **Revista on-line do HISTEDBR**, Campinas, nº 13, 2003.

NORONHA, O. M. **Ideologia, trabalho e educação.** Campinas: Alínea, 2004.
NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/MEC;Edusp, 1974.

NOVAES, P. **A Fundação de Ponta Grossa.** Prefeitura Municipal de Ponta Grossa: Impressora Pontagrossense, 1943.

NOSELLA, P. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos Programas de Pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 43 jan./abr. 2010. p.177-203.

OLIVEIRA, M. C. M. de. O profissional da educação no Paraná: caminhos e desafios na formação. **VIII Congresso de Educação da PUCPR (educere).** Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/270_554.pdf.>. Acesso em: 01 mar. 2017.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, L. C. DENIPOTI, C. O livro como dádiva: as dedicatórias manuscritas nos livros do centro cultural Euclides da Cunha – Ponta Grossa – 1950-1960. **MÉTIS: história & cultura,** v. 7, n. 13, jan./jun. 2008. p. 233-255

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura histórica em debate.** São Paulo: Unesp, 1995. p. 81-93.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org,). **História das mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

REIS FILHO, C. dos. **A educação e a ilusão liberal.** São Paulo: Cortez, 1995.

REMER, M. M. Z. **O ensino secundário público paranaense:** o Ginásio Regente Feijó, Ponta Grossa (1927-1961). 233 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expessão Popular, 2013.

SANTOS, L. C**. Anita Philipovsky**: a princesa dos campos. Ponta Grossa: UEPG. 2002.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias, In: FERRETTI, C. J.; et al (Orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** ed. 6. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações (Polêmicas do nosso tempo). 7. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 40 jan./abr. 2009.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1983.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. IN: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, J. C. da. **O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim:** as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). 214 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

SOUSA, N. L. **O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des) mistificação de Júlia Wanderley.** 121 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

SOUZA, R. F. de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. **O legado educacionais do século XX no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 101-141.

TELLES, A. M. V. A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980). **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

TELLES, A. M. V. **História da educação brasileira: a mulher como protagonista da educação no ideário Positivista 1880-1930.** 169 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação.** Mai/Jun/Jul/Ago, nº 14, 2000.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias:** mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VALDEMARIN, V. T. O Método Intuitivo: os Sentidos como Janelas e Portas que se Abrem para um Mundo Interpretado. In: SAVIANI, D. **O Legado do século XIX.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 81-125.

VAZ, F. A. B. **Formação de professores no Paraná:** a Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924-1940). 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.

VILLELA, H. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. UEPG, 2010.

WALDMANN, I. M. **Biografia de Carlos Leopoldo Philipowski.** Disponível em: <http://isoldemariawaldmann.blogspot.com.br/>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FONTES PRIMÁRIAS

Archivos Paranaenses de Medicina. Anno III, set. 1922, n. 5, p.191-193. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 12 fev. 2016.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA – Casa da Memória de Ponta Grossa:

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 21.01.1909.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 18.12.1909.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 21.01.1909.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 26.02.1926.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA, 18.12.1909.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS, 23.07.1909.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 03 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 16, de 12 de agosto de 1834.** Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 03 jan. 2016.

BRASIL**. Lei de 20 de outubro de 1823.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anterioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 5.156, de 8 de Março de 1904.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5156-8-marco-1904-517631-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 181, de 24 de Janeiro de 1890.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-norma-pe.html. Acesso em: 17 mar. 2018.

COSTA, L. F. Bases Educacionais para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná, 1923. In: **A dimensão de um homem.** Lysimaco Ferreira da Costa – o educador (documentário). p. 130.

JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS:

O PROGRESSO, ed. 245, 8 jan. 1910.

O PROGRESSO, ed. 246, 11 jan. 1910.

O PROGRESSO, ed. 261, 15 fev. 1910.

O PROGRESSO, ed. 276, 23 jun. 1910.

O PROGRESSO, ed. 277, 25 jun. 1910.

O PROGRESSO, ed. 357, 31 dez. 1910.

O PROGRESSO, ed. 386, 9 mar, 1911.

O PROGRESSO, ed. 422, 6, jun. 1911.

O PROGRESSO, ed. 440, 22 jul. 1911.

O PROGRESSO, ed. 544, 4 abr. 1912

O PROGRESSO, ed. 547, 13 abr. 1912.

O PROGRESSO, ed. 548, 16 abr. 1912.

O PROGRESSO, ed. 586, 16.jul. 1912.

O PROGRESSO, ed. 588, 20. jul.1912.

O PROGRESSO, ed. 594, 6 ago. 1912.

O PROGRESSO, ed. 595, 08 ago. 1912.

O PROGRESSO, ed. 616, 14 set. 1912

O PROGRESSO, ed. 628, 26 out. 1912.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 941, 26 dez. 1913.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1150, 03 set.1914.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1193, 24 out. 1914.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1211, 16 nov. 1914.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1220, 26 nov. 1914.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1223, 30 nov. 1914.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1227, 4 dez. 1914.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1255, 13 jan. 1915.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1508, 4 dez, 1915.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1551, 28 jan. 1916.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1550, 7 fev. 1916.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1556, 03 fev. 1916.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1740, 25 set. 1916.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1745, 30 set. 1916

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2282, 7 jan.1919.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2300, 1 fev. 1919.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2671, 20 ago. 1920

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2825, 1 jun. 1921.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2959, 28 dez. 1921.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 3046, 19 abr. 1922.

DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 3184, 18 out. 1922.

MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1853 a 1889**. Brasília: SBHE, INEP, MEC. 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

PARANÁ, Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Bento Fernandes de Barros, ao Presidente da Província, 1870.

PARANÁ, Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Dr. Moysés Marcondes, ao Presidente da Província, 1882.

PARANÁ, Relatório do Promotor Público Dr. Hugo Gutierrez Simas ao Desembargador Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, 1910.

PARANÁ, Relatório do Promotor Público Dr. Octavio Meirelles Fortes apresentado ao Desembargador Procurador da Justiça do Estado Emygdio Westphalen, 1910.

PARANÁ, Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Dr. Luiz Antonio Xavier apresentado ao presidente de estado Dr. Francisco Xavier da Silva, 1910.

PARANÁ, Relatório do chefe da polícia, Dr. Estanislau Cardozo apresentado ao Secretário dos negócios do interior, 1910.

PARANÁ, Relatório do diretor geral da instrução pública, Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo apresentado ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1913.

PARANÁ, Relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos apresentado ao Presidente do Estado, 1913.

PARANÁ, Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública Dr. Marin Aloes de Camargo, 1912.

PARANÁ, Relatório do diretor geral da instrução pública, Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo apresentado ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1914.

PARANÁ, Relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Bento José Lamenha Lins apresentado ao Vice Presidente do Estado, 1907.

PARANÁ, **Decreto nº 710 de 18 de Outubro de 1915.** Aprovação do Código de Ensino do Estado do Paraná.

PARANÁ, Relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Enéas Marques dos Santos apresentado ao Presidente do Estado, 1917.

PARANÁ, Relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Enéas Marques dos Santos apresentado ao Presidente do Estado, 1917.

PARANÁ, Relatório do Inspetor Geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez apresentado ao Secretário do Estado, 1921.

PARANÁ, Relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Coronel Luiz Antonio Xavier apresentado ao Presidente do Estado do Paraná, 1908.

PARANÁ, Regulamento Orgânico da escola pública do Paraná, 1910.

SÃO PAULO. **Decreto 27, de 12/03/1890.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-27-12.03.1890.html>. Acesso em: 03 jan. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

Teses e Dissertações sobre a educação das mulheres			
Autora	**Título**	**Local/Área**	**Ano**
Luciana Hervatini	A Escola Normal regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná (Dissertação).	Universidade Estadual de Maringá/ Educação	2011
Antonia Telles	História da Educação Brasileira: a mulher como protagonista da educação no ideário Positivista 1880-1930 (Dissertação)	Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Educação	2015
Calil de Siqueira Gomes	Mulheres plurais: a educação feminina à luz da missão educativa da Igreja Católica	Universidade de Sorocaba/ Educação	2015
Cristiane Nascimento Martins	Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de educação: formação de professoras primárias em Minas Gerais (1892-1904)	Universidade Federal de Uberlândia/ Educação	2013
Danielle Gross de Freitas	Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917 – 1974)	Universidade Federal do Paraná/ Educação	2011
Sarasvati Yakchini Zridevi Conceição	Educando mulheres, vendendo saúde. Propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920	Universidade Federal do Paraná/ Educação	2012
Marcélia Picanço Valente	Imprensa e educação: registro da escrita feminina no jornal *O OPERARIO* (1909-1913)	Universidade de Sorocaba/ Educação	2014
Tânia Mara Grassi	As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX	Pontifícia Universidade Católica do PR/ Educação	2003

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE B – LIVROS SOBRE A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

Livros sobre a educação das mulheres			
Autora	**Título**	**Local/Editora**	**Ano de publicação**
Etelvina Maria de Castro Trindade	Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República	Curitiba: Farol do Saber	1996
Mary Del Priore	História das mulheres no Brasil	São Paulo: Contexto	2011
Heleieth Iara Bongiovani Saffioti	A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade	São Paulo: Expressão Popular	2013
Jane Soares de Almeida	Ler as letras: por que educar menina e mulheres?	Campinas: Autores Associados	2007
Guacira Lopes Louro	Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista	Petrópolis: Vozes	1997

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE C – PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ANITA PHILIPOVSKY

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ANITA PHILIPOVSKY			
Autora	**Título**	**Local/Editora**	**Ano de publicação**
Luísa Cristina da Santos	Anita Philipovsky: a princesa dos campos	Ponta Grossa: UEPG	2002
Zahidé Lupinacci Muzart	Escritoras brasileiras do século XIX	Florianópolis: Editora Mulheres	2004
Luísa Cristina dos Santos	O percurso de um poema: os poentes da minha terra, de Anita Philipovsky	Ponta Grossa: Estúdio Texto	2013

Fonte: elaborado pela autora.

ANEXOS

ANEXO A- Certidão de óbito de Anita Philipovsky

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
HcPmj.Eav2Y.GRUwd
Controle:
rVPIh.PhLyy
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome

ANITA BRANCO PHILIPOVSKY

CPF: Sem Informação

Matrícula
079871 01 55 1967 4 00047 565 0031964 84

Sexo: Feminino
Cor: Branca
Estado civil, idade e profissão: Solteira, 81 anos, profissão do lar ••
Naturalidade: Ponta Grossa-PR ••
Documento de identificação: Sem Informação ••
Eleitor: ----
Filiação e residência: CARLOS PHILIPOVSKY e MARIA BRANCO PHILIPOVSKY. A falecida era residente e domiciliada, em Ponta Grossa-PR ••
Data e hora do falecimento: Trinta de março de um mil e novecentos e sessenta e sete, às 04h 00min ••
Dia: 30 | Mês: 03 | Ano: 1967
Local do falecimento: em domicílio na Rua Pinheiro Machado, 563, em Ponta Grossa-PR ••
Causas: Colapso cardio circulatório ••
Sepultamento / Cremação (Município e cemitério, se conhecido): Cemitério S. José, desta cidade ••
Declarante: Stefano Michaloski ••
Nome e número de documento do médico que atestou o óbito: Dr. Antonio Schwansee ••
Averbações/Anotações à acrescer: Nascida em data ignorada. . ----------. Emolumentos: R$33,77, (VRC 175,00) Selo Funarpen: R$2,34, ISS: R$0,67. ••
Anotações de cadastro: Nada consta. ••

Nome do Ofício: *1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais*
Oficial Registrador: *Danielle Mialski Vilas Bôas Vicente*
Município e Comarca / UF: *Município e Comarca de Ponta Grossa - Estado do Paraná*
Endereço: *Rua Frei Caneca, 120, Centro*
CEP: 84.010-060 - Fone: (42)3224-0307

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Ponta Grossa -PR, 16 de março de 2018 .

Leticia Iarocrinski
Escrevente Juramentada

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS PONTA GROSSA - PR

Fonte: 1º Serviço de registro civil – Ponta Grossa

ANEXO B – Certidão de óbito de Maria Nascimento B. Philipovsky

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
rcPmj.YIPJx.2FNmy
Controle:
KhkVZ.KPaLc
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome

MARIA NASCIMENTO BRANCO PHILIPOVSKY

CPF: Sem Informação

Matrícula
079871 01 55 1945 4 00028 075 0009117 69

Sexo	Cor	Estado civil, idade e profissão
Feminino	Branca	Viúva, 92 anos, profissão Doméstica ••

Naturalidade	Documento de identificação	Eleitor
Ponta Grossa-PR ••	Sem Informação ••	Ign

Filiação e residência
JOSÉ BRANCO e ANA CLAUDINA DE SOUZA BRANCO. A falecida era residente e domiciliada, em Ponta Grossa-PR ••

Data e hora do falecimento	Dia	Mês	Ano
Trinta e um de julho de um mil e novecentos e quarenta e cinco, às 01h 00min ••	31	07	1945

Local do falecimento
em domicílio na Av. Com. Bonifacio Vilela, 585, em Ponta Grossa-PR ••

Causas
Arterio esclerose, gripe ••

Sepultamento / Cremação (Município e cemitério, se conhecido)	Declarante
Cemitério Municipal, desta cidade ••	Francisco Chostak ••

Nome e número de documento do médico que atestou o óbito
Dr. Antonio Schwansee ••

Averbações/Anotações à acrescer
Nascida em data ignorada. Era viuva de CARLOS LEOPOLDO PHILIPOVSKY. Deixa seis filhos maiores, que deixa bens a inventariar. ----------. Emolumentos: R$33,77, (VRC 175,00) Selo Funarpen: R$2,34, ISS: R$0,67. ••

Anotações de cadastro
Nada consta. ••

Nome do Ofício
1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais
Oficial Registrador
Danielle Mialski Vilas Bôas Vicente
Município e Comarca / UF
Município e Comarca de Ponta Grossa - Estado do Paraná
Endereço
Rua Frei Caneca, 120, Centro
CEP: 84.010-060 - Fone: (42)3224-0307

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Ponta Grossa -PR, 16 de março de 2018 .

Leticia Iarocinski
Escrevente Juramentada

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS PONTA GROSSA - PR

Fonte: 1º Serviço de registro civil – Ponta Grossa

ANEXO C – Certidão de óbito de Carlos Philipovsky

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
FcPmj.6ey64.Rmak5
Controle:
WbXc4.PubIb
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome

CARLOS PHILIPOVSKI

CPF: Sem Informação

Matrícula
079871 01 55 1915 4 00009 103 0003444 44

Sexo	Cor	Estado civil, idade e profissão
Masculino	------	Casado, 69 anos, profissão ignorada ••

Naturalidade	Documento de identificação	Eleitor
Austria ••	Sem Informação ••	Ign

Filiação e residência
IGNORADOS. O falecido era residente e domiciliado, em Ponta Grossa-PR ••

Data e hora do falecimento	Dia	Mês	Ano
Dezessete de junho de um mil e novecentos e quinze, às 02h 00min ••	17	06	1915

Local do falecimento
em domicílio, em Ponta Grossa-PR ••

Causas
Morte natural sendo a causa Vicio cardíaco ••

Sepultamento / Cremação (Município e cemitério, se conhecido)	Declarante
Cemitério desta cidade ••	Ozorio Guimarães Martins ••

Nome e número de documento do médico que atestou o óbito
Dr. Francisco Burzio ••

Averbações/Anotações à acrescer
Nascido em data ignorada. Era casado com MARIA DO NASCIMENTO BRANCO PHILIPOSKI. Deixou filhos. ----------. Emolumentos: R$33,77, (VRC 175,00) Selo Funarpen: R$2,34, ISS: R$0,67. ••

Anotações de cadastro
Nada consta. ••

Nome do Ofício
1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais
Oficial Registrador
Danielle Mialski Vilas Bôas Vicente
Município e Comarca / UF
Município e Comarca de Ponta Grossa - Estado do Paraná
Endereço
Rua Frei Caneca, 120, Centro
CEP: 84.010-060 - Fone: (42)3224-0307

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Ponta Grossa -PR, 16 de março de 2018 .

Leticia Iarocrinski
Escrevente Juramentada

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS PONTA GROSSA - PR

Fonte: 1º Serviço de registro civil – Ponta Grossa